

Ministério da Educação e Cultura - MEC  
Secretaria do Primeiro e Segundo Grau - SEPS  
Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL

**Documentos Relativos aos  
Encontros de Secretários de  
Educação e Cultura  
e Nacional de Coordenadores  
Estaduais e Territoriais  
do MOBRAL**

Rio de Janeiro, 23 a 25 de junho de 1981

13671

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - MEC  
FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO - MOBRAL

MOBRAL/SEDOC/BIBLIOTECA

1361

DOCUMENTOS DO ENCONTRO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE  
EDUCACAO E CULTURA QUE SUBSIDIARAM OS TRABALHOS DO  
ENCONTRO NACIONAL DE COORDENADORES DO MOBRAL.

SEPS

O COMPROMISSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
E AS RELAÇÕES ENTRE SEPS E  
UNIDADES FEDERADAS

## INTRODUÇÃO

### O conceito de "educação básica"

A prioridade atribuída à educação básica, na estratégia formulada pelo Ministério da Educação e Cultura, exige que se delimite, com precisão, o conteúdo e a amplitude desse conceito.

Não se trata, apenas, de uma questão teórica. Os objetivos da educação básica, os elementos que a integram, sua duração, as modalidades sob as quais pode ser apresentada, entre outros fatores, têm decisiva influência sobre as ações a desenvolver, a cobertura que pode ser assegurada à população e os mecanismos e instrumentos a utilizar para alcançar os objetivos e metas propostos.

O ponto de partida encontra-se na caracterização apresentada no documento *Diretrizes de planejamento do MEC (programação para 1982)*: "A área de educação básica compreende o espaço educativo formal e não formal, centrado no 1º grau e em torno dele, incluindo o pré-escolar e, em estágios mais avançados do desenvolvimento, a terminalidade do 2º grau, como forma de garantir aos membros da sociedade a auto-realização como pessoas, a qualificação como agentes econômicos e a preparação para o exercício de suas responsabilidades sócio-políticas".

A conjugação dos elementos contidos no texto supramencionado com os componentes do conceito de educação básica que aparecem na literatura especializada facilita a delimitação de sua abrangência e evita confusões com outros conceitos afins.

Em primeiro lugar, convém não confundir educação básica com a simples soma do pré-escolar, 1º grau e alguns aspectos do 2º grau. Ela tem um sentido mais amplo, incluindo: modalidades formais e não formais; ações educativas, com ou sem grau de escolaridade; ações educativas integradas com elementos de saúde, nutrição e trabalho; conteúdos educativos relacionados com:

- a) atitudes positivas em relação à cooperação, à solidariedade, à valorização da cultura local e nacional;
- b) alfabetização funcional e matemáticas básicas;
- c) enfoque científico com referência à saúde, à agricultura e às atividades produtivas em geral;
- d) conhecimentos básicos para a participação social e cívica;
- e) conscientização.

Em segundo lugar, não se deve identificar educação básica com escolaridade obrigatória. Embora, em sua origem, os dois conceitos estejam muito próximos (deve ser obrigatória a educação considerada básica), na prática o primeiro é bem mais amplo que o último, tanto em termos da duração quanto de conteúdo ou modalidades sob as quais a educação básica pode apresentar-se.

Em terceiro lugar, importa distinguir entre o conceito de educação básica, utilizado pelo MEC e o de necessidade básica em educação ou o de mínimo educacional que deve ser assegurado a toda a população. Na literatura internacional, ambos os conceitos estão estritamente vinculados<sup>1</sup> e refletem o enfoque

-----  
<sup>1</sup> Vide, entre outros: ILO, Meeting basic needs: strategies for erradicating mass poverty and unemployment; World Bank, Education sector working paper, 1974; Philip H. Coombs; Roy C. Prosser; Manzoor Ahmed, New paths to learning for rural children and youth, UNICEF, 1973.

que atribui importância significativa à educação para a redução das desigualdades sociais e regionais e para a eliminação da extrema pobreza. Na concepção adotada pelo MEC, a educação básica é mais ampla que os mínimos educacionais, correspondendo mais a um objetivo desejável a médio ou longo prazo e dificilmente viável a curto prazo.

Por último, é necessário considerar que o conceito de educação básica pode ter conteúdos diferenciados em função da clientela a ser atendida, segundo características sócio-econômicas e localização urbana ou rural. Também a duração da educação pode variar, correspondendo, em distintas situações, a diferente número de anos de escolaridade.

#### A prioridade da educação básica na política do MEC

A prioridade da educação básica é uma consequência da diretriz social do III Plano Nacional de Desenvolvimento, "que significa o compromisso compartido por todo o Governo de reduzir as desigualdades sociais e regionais, num esforço integrado e intersetorial de cunho sócio-econômico",<sup>2</sup> ou seja, o reconhecimento de que, por um lado, a educação constitui fator relevante na política de redução da extrema pobreza e, por outro, a existência de desigualdades sociais acentuadas exige, na política social em geral e na educativa em particular, ações diferenciadas por grupos sócio-econômicos, com forte conteúdo compensatório quando se destinam a populações carentes.

-----  
<sup>2</sup> Discurso do Secretário-Geral do MEC por ocasião da visita do Diretor-Geral da UNESCO ao Brasil, 1981.

## I - A ESTRATEGIA DE APOIO À EDUCAÇÃO BÁSICA: ALGUMAS DIRETRIZES

### Introdução

As diretrizes, que a seguir se apresentam, correspondem a uma tentativa de sistematização de princípios que orientem a ação normativa do MEC e de execução por parte dos estados e municípios.

Parte-se da ideia de que, implícita no conceito de educação básica, se encontra a exigência de atuar simultaneamente sobre os fatores endógenos e exógenos ao sistema educativo. Posteriormente, apresentam-se diretrizes por nível e modalidade de ensino e, por último, indicam-se alguns princípios que devem ser observados na operacionalização dos programas de educação básica, tanto por parte do MEC quanto por parte dos estados, municípios e outras agências executoras.

#### 1 - Ação simultânea sobre fatores endógenos e exógenos

Considerando que a clientela principal dos programas de educação básica está constituída pelas populações carentes urbanas e rurais que não estão incorporadas ao sistema educativo ou que não conseguem nele permanecer e ter acesso aos níveis mais altos, torna-se indispensável, ao lado de ações que melhorem o professor, a unidade escolar, o currículo, o material de ensino-aprendizagem, as estruturas de apoio à unidade escolar, prever uma atuação sobre os fatores exógenos – condições de saúde e nutrição dos alunos, nível de emprego e renda do aluno e de sua família, situação sócio-cultural da comunidade à qual o aluno pertence – que afetam o acesso e o rendimento dos alunos.

Tem-se plena consciência das limitações do setor educação para conseguir, exclusivamente com os instrumentos e mecanismos de que dispõe, mudanças significativas nos condicionamentos exógenos do processo educativo. No entanto, isto não justifica uma possível omissão em atuar sobre eles, pois existem certas margens que podem ser aproveitadas pelo setor educação, com resultados promissores.

2 - Ênfase especial atribuída a alguns tipos e modalidades de ensino e à superação de alguns problemas críticos:

2.1 - A prioridade da educação pré-escolar

2.1.1 - Justificativa da prioridade

Considerando a importância da fase que vai do nascimento até os seis anos, do ponto de vista biopsicossocial e as diferentes realidades sócio-econômico-culturais do País, torna-se urgente atender às necessidades da criança, de forma global, para um desenvolvimento ótimo das suas potencialidades e consequente melhoria do desempenho. Para isso é necessária uma forma integrada de atendimento nas áreas de educação, saúde e nutrição.

2.1.2 - Diretrizes da política de educação pré-escolar:

- atendimento a grandes números e a baixo custo, com ênfase em programas não formais e informais de educação pré-escolar, através de:
  - . uso de espaços físicos disponíveis na comunidade, evitando-se a construção de prédios para fins exclusivos de educação pré-escolar;

- aproveitamento de pessoal da comunidade (especialmente as mães), com ou sem habilitação, para desempenho de atividades de monitoria, multiplicando a capacidade de atendimento da professora;
- equipamento escolar mínimo;
- uso de material de sucata para atividades pedagógicas;
- flexibilidade dos currículos e métodos;
- articulação entre os programas do setor educação e os de outros setores, para compatibilizar orientações e garantir continuidade à ação educativa;
- participação comunitária na definição dos programas, na sua execução e avaliação;
- aproveitamento do programa do pré-escolar como "porta de entrada" à família, para um posterior atendimento às mães, pais, adolescentes e crianças em idade escolar, através de programas específicos;
- visão dos programas de educação pré-escolar como programas intersetoriais, que envolvam ações educacionais, de nutrição e de saúde e que aproveitem os recursos da comunidade.

2.1.3 - A participação do MEC no apoio à educação pré-escolar, através da SEPS, desenvolver-se-á por meio de ações que visem a:

- subsidiar a formulação de diretrizes nacionais para a educação pré-escolar, coordenando, no MEC, as ações dessa área;

- apoiar ações desenvolvidas pelas Secretarias de Educação e Cultura e Secretarias Municipais de Educação e Cultura na área de educação pré-escolar, a partir das diretrizes traçadas, através dos encontros regionais e da troca de experiências.

#### 2.1.4 - Recursos para a educação pré-escolar

Os recursos para a educação pré-escolar ainda são escassos para a magnitude do atendimento pretendido e necessário. No entanto, já se realizam, no MEC, estudos que objetivam a captação de recursos de outras fontes para um maior incremento das ações da área do pré-escolar.

### 2.2 - O ensino de 1º grau

#### 2.2.1 - A expansão da escolaridade

A expansão da escolaridade, no 1º grau, deverá levar em conta:

- a utilização de espaços disponíveis da comunidade e a reorganização da rede escolar existente, visando a um melhor atendimento à demanda;
- a redução de custos das construções e equipamentos escolares, especialmente nas zonas rurais e periferias urbanas, através de:
  - utilização de técnicas construtivas locais e introdução de tecnologias construtivas de baixo custo;
  - adequação de construção e de equipamentos aos padrões vigentes na comunidade;
- o aumento da oferta de professores qualificados, garantindo-lhes remuneração e condições de trabalho adequados para retê-

los no sistema educacional;

- expansão na oferta de alimentação e material escolar aos alunos carentes.

#### 2.2.2 - A melhoria do rendimento.

A preocupação com a melhoria do rendimento, especialmente nas séries iniciais (1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup>), conduz a SEPS às seguintes proposições:

- utilização de inovações educacionais, tais como currículos flexíveis ou abertos, produção de materiais de ensino-aprendizagem adequados às condições do meio e da clientela;
- incorporação do universo cultural de cada comunidade nos conteúdos e práticas educacionais;
- valorização do trabalho produtivo como conteúdo curricular, tendo em vista a importância social do trabalho, o desenvolvimento de atividades produtivas, em algumas escolas, como fonte de renda para alunos carentes e de experiências de terminalidade antecipada;
- valorização dos recursos humanos, através de habilitação e treinamento associados a uma política de remuneração adequada;
- adoção de formas de organização e funcionamento de unidades escolares que atendam às inovações educacionais propostas;
- apoio às escolas unidocentes existentes em localidades de reduzida concentração demográfica;
- mudanças no sistema de promoção, considerando a diversidade de organização do conteúdo curricular e as formas diversificadas de organização e funcionamento escolar;

- integração entre escola-comunidade, de forma a colocar a escola, nas áreas carentes, a serviço da comunidade;
- implantação ou melhoria de estruturas intermediárias de apoio à unidade educacional, como delegacias regionais de educação, órgãos municipais de educação, etc.;
- articulação das ações educacionais com as de saúde, alimentação escolar, assistência à família no atendimento à criança.

2.2.3 - A utilização do rádio e da televisão na expansão da escolaridade e na melhoria do ensino de 1º grau regular e/ou supletivo, atendendo às diversidades regionais e às características locais.

2.2.4 - Integração entre ensino regular e supletivo em nível de 1º grau.

Esta integração poderá ser feita pelo desenvolvimento de:

- programas de atendimento a alunos evadidos, bem como aqueles considerados fora da faixa etária para o ensino de 1º grau, evitando a marginalização de alunos carentes;
- estudos visando à definição de mecanismos que permitam o fluxo entre o ensino regular e o supletivo.

2.2.5 - A participação do MEC, no apoio ao ensino de 1º grau, através da SEPS, desenvolver-se-á por ações que visem ao:

- apoio aos sistemas de ensino, através da cooperação técnica e da assistência financeira;
- desenvolvimento de estudos referentes ao ensino regular de

1º grau.

2.2.6 - Aumento de recursos para o financiamento do ensino de 1º grau.

Algumas propostas são apresentadas com vistas ao aumento de recursos para o ensino de 1º grau, tais como:

- eliminação de gastos de administração e outros não diretamente ligados ao ensino de 1º grau cobertos com recursos do FNDE;
- captação de financiamento para o ensino de 1º grau.

2.3 - Ensino de 2º grau

2.3.1 - Concepção de profissionalização

A obrigatoriedade da profissionalização no ensino de 2º grau somente pode ser concebida dentro de uma perspectiva ampla do mundo do trabalho, admitindo-se desde uma formação profissional geral até a formação do técnico propriamente dita.

O planejamento das habilitações profissionais pode ensejar uma série de opções curriculares, com variações em objetivos, conteúdos e metodologias, conforme as diferenças individuais dos alunos, as condições da escola e as características do mundo do trabalho, para o qual, invariavelmente, os egressos se dirigirão, mediata ou imediatamente, após o curso de 2º grau.

2.3.2 - Linhas prioritárias de ação:

- apoio ao desenvolvimento de ações destinadas à avaliação do

ensino profissionalizante em nível de 2º grau;

- estímulo aos sistemas de ensino na busca de soluções alternativas, incluídas ou não nas modalidades existentes, visando ao aperfeiçoamento do 2º grau;

- articulação com outras instituições, visando ao reconhecimento e à valorização do profissional de nível médio;

- incentivo às atividades de interação escola-comunidade;

- desenvolvimento de experiências de educação-produção;

- apoio aos sistemas estaduais na manutenção das escolas técnicas e agrotécnicas;

- apoio das escolas técnicas e agrotécnicas do sistema federal aos sistemas estaduais, no que se refere ao desenvolvimento:

. da formação especial do currículo de 1º e 2º graus;

. de programas de educação comunitária;

- integração com os órgãos e instituições de ensino superior, visando à formação e ao aperfeiçoamento de professores especialmente de disciplinas profissionalizantes;

- apoio à criação e/ou desenvolvimento de serviços de assistência técnico-pedagógica destinados aos professores de disciplinas profissionalizantes;

- apoio ao desenvolvimento da política de recursos humanos para o ensino de 2º grau;

- apoio aos sistemas de ensino nos programas de formação de professores de 1º grau - 1<sup>a</sup> à 4<sup>a</sup> série.

2.3.3 - A participação do MEC, no apoio ao ensino de 2º grau, através da SEPS, desenvolver-se-á por ações que visem a:

- promover a integração entre os órgãos vinculados e subordinados à SEPS;
- promover a articulação com os órgãos e instituições de ensino superior e outros de interesse do ensino de 2º grau;
- desenvolver cooperação técnica e assistência financeira aos sistemas de ensino das unidades da Federação.

## 2.4 - O ensino supletivo

O ensino supletivo deve ser visto não tanto como uma chance renovada de escolarização, mas como processo próprio de educação, dotado de conteúdos e métodos que atendam eficazmente aos objetivos específicos do desenvolvimento cultural, de ampliação de experiências e vivências e de aquisição de novas habilidades, respeitando-se as diferenças individuais e peculiaridades regionais.

### 2.4.1 - A suplênci

Os cursos e exames de suplênci terão continuidade, partindo, no entanto, de padrões renovados de atuação. Neste particular, os Centros de Ensino Supletivo serão fonte primordial de apoio e orientação técnica.

### 2.4.2 - A qualificação e a aprendizagem

A atuação da SEPS em relação aos aspectos de qualificação e aprendizagem será, evidentemente, normativa. Preconiza-se uma articulação efetiva com os programas desenvolvidos por instituições vinculadas ao Ministério do Trabalho e ao Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra, tendo em conta

que nesses órgãos se concentram, hoje, os programas na área.

Urge, neste aspecto, a definição e operacionalização de um sistema abrangente de certificação ocupacional, com vistas a garantir a seu usuário condições mínimas de concorrência no mercado de trabalho, em sua faixa de atuação.

No que se refere à qualificação dos recursos humanos necessários ou atuantes no sistema educacional, dar-se-á continuidade aos projetos em desenvolvimento, bem como prestar-se-á apoio a outras iniciativas consideradas válidas.

Dentro dessa perspectiva, está sendo definido um programa de qualificação de pessoal para a área de saúde, integrado ao PREV-SAÚDE.

#### 2.4.3 - Suprimento

Dentro do princípio de educação permanente, buscar-se-á diversificar as formas de atendimento à clientela que concluiu, no todo ou em parte, os estudos sistemáticos, através da ampliação da oferta de cursos de aperfeiçoamento e atualização.

#### 2.4.4 - Pressupostos para as ações supletivas

As ações supletivas serão embasadas nos seguintes pressupostos:

- o atendimento prioritário aos grupos carentes urbanos e rurais, visando à participação na política social do Governo;
- ações concebidas com uma orientação intersetorial;
- o envolvimento intensivo da comunidade;

- o aproveitamento dos espaços disponíveis na rede escolar e na comunidade;
- a adaptação de currículos às realidades locais;
- a flexibilidade de horários e calendários;
- a preocupação com o material de ensino-aprendizagem, tendo em vista adaptações regionais e culturais;
- valorização de recursos humanos, visando à profissionalização, à qualificação de mão-de-obra, segundo as demandas locais do mercado, à terminalidade real, antecipada ou não (1º e 2º graus);
- o baixo custo unitário de atendimento;
- a possibilidade de ampliação para ampla cobertura da população;
- combinação de ações educacionais com outras que tenham efeitos sobre o emprego, a renda, o nível de saúde e bem-estar da população.

#### 2.4.5 - Financiamento

Em relação ao ensino supletivo, a carência de recursos financeiros para seus programas é, também, acentuada. E;forços estão sendo desenvolvidos no sentido de obter-se recursos mais significativos para as ações de educação supletiva.

3 - Alguns princípios gerais que deverão nortear a operacionalização dos programas de educação básica

### Introdução

A concretização da prioridade de educação básica exigirá mudanças progressivas, ao nível da SEPS e dos estados, na forma de operacionalização dos programas, tentando-se evitar a contradição que eventualmente se observa nas diretrizes adotadas pelos diversos órgãos envolvidos. Não se pensa chegar, sempre, a uma forma única de atuação ou eliminar certo pluralismo indispensável, dada a diversidade de situações em que se encontram. Trata-se, apenas, de eliminar as orientações conflitantes, partidas dos diferentes órgãos, programas ou projetos vinculados à SEPS ou aos estados, que obstaculizam a eficácia das ações junto aos órgãos da estrutura intermediária e aos beneficiários.

Alguns dos princípios, que a seguir se apresentam, são adotados por certos órgãos e programas da SEPS; outros correspondem a propostas ainda não concretizadas, cuja viabilidade deverá ser previamente comprovada.

3.1 - Direcionamento, em benefício do pré-escolar e do 1º grau, de parte dos esforços das instituições de ensino de 2º grau e de outros órgãos vinculados à SEPS.

A ênfase na educação básica – especialmente no nível pré-escolar e 1º grau – exigirá reformulação na programação dos órgãos do MEC, em geral, e da SEPS, em particular, para apoiar as ações previstas. Alguns exemplos podem ser mencionados:

- a) o MOBRAL reorientará sua programação, ampliando significativamente seu esforço na área do pré-escolar;

b) as escolas técnicas e agrotécnicas participarão na formulação e implementação de propostas de apoio à formação especial ao nível de 1º grau e à qualificação de populações carentes urbanas e rurais.

### 3.2 - Vinculação horizontal da SEPS com outros órgãos do MEC

No que concerne à política educacional para o período 1980/1985, o III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos já a explicitou. Por sua vez, a Secretaria-Geral, num esforço de conduzir o planejamento do Ministério, apresentou, nas *Diretrizes de planejamento do MEC* (programação para 1982), uma estruturação de programação por áreas, a saber: Apoio à Educação Básica, Educação Superior, Cultura e Desporto.

Para cada uma das áreas definidas, foi criada a Comissão de Coordenação, com as seguintes atribuições:

- "propor políticas e estratégias do planejamento da área;
- coordenar a definição do conjunto de ações correspondentes à área respectiva de atuação;
- coordenar a elaboração da programação plurianual e avaliar o desempenho da área."

No que se refere à Comissão da Área de Apoio à Educação Básica, é a mesma coordenada pela SEPS, sendo ainda composta por representantes de seus órgãos vinculados e subordinados, bem como das demais secretarias do MEC cuja atuação incida, direta ou indiretamente, em sua área de competência.

Espera-se que o funcionamento da Comissão de Coordenação propicie uma maior racionalidade na distribuição de recursos e de tarefas, maior compatibilização das ações financiadas

pelo Ministério, bem como maior convergência de esforços para consecução dos fins pretendidos.

3.3 - Vinculação horizontal da SEPS com órgãos de outros ministérios que desenvolvem ações complementares à educação básica.

A educação básica, no seu sentido amplo, inclui ações que estão sendo desenvolvidas não só pelo sistema MEC, como também por outros ministérios, destacando-se, entre outras, as seguintes:

- a) *educação pré-escolar, especialmente na faixa de 0 a 4 anos* - desenvolvida pelo Ministério da Saúde (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição) e Ministério da Previdência e Assistência Social (Legião Brasileira de Assistência e FUNABEM);
- b) *educação para a saúde* - ações formais desenvolvidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social (LBA) e pelo Ministério da Saúde;
- c) *extensão rural*, especialmente os aspectos de informação sobre processos tecnológicos; organização comunitária; qualificação dos agricultores para o melhoramento ou a mudança tecnológica. Uma vinculação com o Ministério da Agricultura (EMBRATER) torna-se indispensável para estabelecer uma complementaridade com as ações do setor educação;
- d) *qualificação de mão-de-obra* - embora, segundo a Lei nº 5.692/71, a qualificação constitua uma modalidade do supletivo, os programas de qualificação estão a cargo do Ministério do Trabalho (SENAR e PIPMO) e instituições a ele vinculadas (SENAI, SENAC). A simples presença do MEC no Conselho Federal de Mão-de-Obra e nos Conselhos do

SENAI, SENAC, SENAR, e a participação daqueles órgãos em colegiados do MEC (v.g. Conselho CENAFOR), não são suficientes para garantir a integração das atividades. Torna-se indispensável estabelecer novos mecanismos de articulação para permitir a necessária integração do elemento qualificação na educação básica;

- e) *formação de técnicos de nível médio e programas de qualificação desenvolvidos por órgãos vinculados a outros ministérios* - observam-se escolas e programas de qualificação, a cargo de outros ministérios, em relação aos quais é mínima a participação, mesmo exclusivamente normativa, do MEC. Tais órgãos poderiam associar-se ao esforço de desenvolvimento e melhoramento da educação básica, se se estabelecer uma vinculação formal entre o MEC e os ministérios de que dependem;
- f) *desenvolvimento e ação comunitária* - além do MEC, atualmente, ao nível federal, tais programas vêm sendo desenvolvidos pelos seguintes ministérios ou órgãos correspondentes:
  - 1. SEPLAN: Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos
  - 2. MINTER: Ação comunitária desenvolvida pelo Projeto Rondon e pelas Superintendências de Desenvolvimento Regional
  - 3. MPAS: Alguns programas a cargo da LBA
  - 4. Ministério da Agricultura: PRODECOR
  - 5. Ministérios militares: Programa de Ação Cívica.

Sem pretender que os programas de desenvolvimento e ação comunitária sejam exclusivamente educacionais, é inegável reconhecer que incorporam, em boa medida, um componente de educação não formal e informal, especialmente ao nível que corresponderia à educação básica. Assim, torna-se

indispensável maior presença da SEPS em ações diretas nessa área ou em esforços conjuntos com órgãos de outros ministérios.

g) *saúde e nutrição para grupos biológica e socialmente vulneráveis* - tais programas são desenvolvidos pelo Ministério da Previdência e Assistência Social. Na área de nutrição, também atua o MEC, através da CNAE. Embora exista um organismo coordenador para as ações na área de alimentação e nutrição (o Conselho Deliberativo do INAN), a complementaridade e a articulação dos diferentes subprogramas ainda deixam a desejar.

#### 3.4 - Integração de ações formais e não formais nos programas a serem desenvolvidos.

A integração entre ensino regular e supletivo e entre modalidades formais e não formais de ensino regular é imperativa na ação futura da SEPS. Especialmente no 1º e 2º graus, torna-se indispensável uma programação conjunta que assegure:

- a) a complementaridade entre ambas as modalidades;
- b) a intercomunicação entre ambas, permitindo a passagem de uma para outra;
- c) a incorporação, em cada uma das modalidades, de características positivas que tradicionalmente aparecem como específicas da outra (assim, por exemplo, a incorporação ao ensino regular da agilidade e flexibilidade de que caracterizam muitos dos programas supletivos; o esforço por estender, a muitos dos programas supletivos, o reconhecimento oficial que caracteriza o ensino regular).

3.5 - Participação comunitária na identificação dos problemas, formulação de programas e projetos, execução e avaliação destes.

O esforço de descentralização, em benefício dos estados e municípios, da responsabilidade pelos programas de educação básica deve ser complementado por um envolvimento progressivo das comunidades às quais se destinam tais programas, para que passem, de simples beneficiários, à condição de agentes, conjuntamente com aqueles órgãos.

Esse envolvimento deverá evitar as duas situações extremas, igualmente indesejáveis:

- a) utilizar o envolvimento como forma de manipulação da comunidade, procurando apenas "vender-lhe" uma programação definida em órgãos centrais e transmitida verticalmente;
- b) fomentar uma visão, por parte da comunidade, de que qualquer proposta formulada externamente não tem qualquer validade, e de que cada comunidade dispõe da capacidade plena para, sem ajuda externa, equacionar e solucionar todos os seus problemas.

O nível e as formas de participação comunitária variarão em cada caso, em função do grau de organização e da experiência de cada comunidade. O mínimo de participação consistirá na simples consulta (sem compromisso em relação à solução dos problemas detectados) à comunidade sobre os seus problemas e necessidades; o nível máximo consistirá em atribuir-se à comunidade a plena responsabilidade pela formulação das soluções, gestão de recursos e de meios para resolver os problemas e avaliação dos resultados alcançados.

É importante cuidar para que a participação comunitária seja

assegurada nos aspectos relevantes e não apenas nas dimensões acessórias dos problemas, evitando-se criar a "ilusão da participação", muito frequente em alguns programas de desenvolvimento comunitário.

Também se deve evitar que se formulem programas a partir de simples consultas, sem maiores discussões e aprofundamentos, sobre os problemas que as comunidades consideram como prioritários. A experiência tem demonstrado que muitas das respostas dadas, em tais circunstâncias, não correspondem às reais necessidades das comunidades e podem orientar a formulação de programas inadequados.

3.6 - Canalização, em favor das comunidades às quais se destinam os serviços educacionais, dos benefícios econômicos (especialmente emprego e renda) gerados pela implantação e funcionamento dos projetos de educação básica.

Nos projetos destinados a populações carentes, a observância deste princípio permitirá que se gerem maiores benefícios para os grupos aos quais se destinam os serviços educacionais.

A sua operacionalização far-se-á através de:

- a) compras locais de bens necessários à construção, reconstrução, equipamento e reequipamento das escolas (esta política estimulará o aumento da produção local, que permitirá o aumento do emprego ou a redução do subemprego nas unidades produtoras de material de construção e equipamento escolar);
- b) contratação de mão-de-obra ou de serviços para construção, reconstrução, equipamentos, reequipamento, conservação e funcionamento da unidade escolar (isto permite o aumento das oportunidades de emprego e de renda para as

- populações carentes);
- c) apoio à inserção, no mercado local de trabalho, de alguns dos egressos dos programas educacionais (através do financiamento direto ou da garantia para obtenção de financiamento junto a instituições de crédito, para a instalação de pequenas unidades produtivas com egressos de programas de qualificação ou de profissionalização ao nível de 2º grau).

Embora existam alguns obstáculos para a aplicação deste princípio, a experiência de alguns programas da SEPS tem demonstrado a possibilidade de pô-lo em prática, sem mudanças no marco legal e administrativo vigente.

Não se elimina a possibilidade de realizar as compras de bens e serviços fora da área onde se implanta ou já funciona a unidade educacional. A falta de capacidade produtiva local, aliada à urgência em pôr em funcionamento o serviço educacional, por um lado, ou a concessão de preços muito mais favoráveis para os bens e serviços produzidos fora da região, por outro, podem justificar, em alguns casos, a inobservância deste princípio.<sup>1</sup>

### 3.7 - Atuação, predominantemente através de programas integrados, concentrados em áreas geográficas previamente definidas, num enfoque de planejamento com base territorial.

Embora alguns programas da SEPS já observam este princípio (EDURURAL, PRODASEC/URBANO), a maioria se desenvolve através de projetos relativamente autônomos, com cobertura

---

<sup>1</sup> É importante, neste último caso, levar em consideração os custos sociais que estão envolvidos quando se compram os bens e serviços fora da área, evitando-se conclusões a partir de simples comparações de preços de mercado.

populacional e geográfica diferente. Tais projetos se concentram, predominantemente, nas áreas de: melhoramento dos agentes do processo educativo (formação e treinamento de professores), melhoramento dos insumos (elaboração de material de ensino-aprendizagem, tecnologias educacionais, etc.), ampliação e melhoramento da infra-estrutura (construção e melhoramento de unidades escolares), criação e reforço de estruturas intermediárias de apoio ao ensino (órgãos municipais de educação, sistemas de supervisão, delegacias e núcleos regionais das Secretarias de Educação), entre outros.

A atuação por projeto, se bem apresenta a vantagem da simplicidade em termos de gerência, tem as seguintes limitações:

- a) a relativa autonomia, o diferente ritmo de execução e a distinta cobertura de cada projeto não permitem que se reforcem e complementem mutuamente, o que reduz o impacto que podem causar aos beneficiários;
- b) a mesma característica indicada no item anterior gera, muitas vezes, distorções, algumas das quais a seguir são indicadas:
  1. a desvinculação entre o projeto de construção ou reconstrução de escolas e o de preparação ou treinamento de professores faz com que, em muitos casos, as escolas construídas ou recuperadas não possam funcionar por falta de professores;
  2. a desvinculação entre os projetos de treinamento de professores e os de currículos e material de ensino-aprendizagem cria situações em que se treinam professores, muitas vezes, antes que estejam concluídos os currículos e que estejam disponíveis os materiais de

ensino-aprendizagem que irão ser utilizados pelos docentes;

3. a desvinculação, em alguns casos, entre os projetos de implantação ou reforço a estruturas intermediárias e os de expansão da infra-estrutura educacional faz com que possam estar subutilizadas ou superutilizadas as unidades e órgãos criados ou reforçados;
4. a desvinculação entre os projetos de treinamento e os de melhoramento de remuneração dos professores e de suas condições de trabalho faz com que, em muitos casos, o treinamento se constitua num mecanismo que estimula a saída de pessoal técnico do setor educação para outros setores onde as remunerações e as condições de trabalho são mais favoráveis.

A atuação integrada e concentrada em áreas geográficas definidas, embora mais complexa, evita os problemas mencionados. É necessário, porém, evitar que, com atuação concentrada, se contribua para aumentar as desigualdades dentro das zonas urbanas e entre as diversas regiões dos estados. Para tanto, conviria:

- a) dar prioridade às áreas mais carentes para a ação concentrada;
- b) prever, ao lado da atuação concentrada, certas ações que beneficiariam a toda a clientela do sistema educacional (v.g. distribuição de material de ensino-aprendizagem e de alimentação escolar a toda a população carente, e não, apenas, à que se encontra nas áreas de atuação concentrada).

### 3.8 - Fortalecimento da capacidade de produção local de material de ensino-aprendizagem e de apoio ao processo

educacional.

A preocupação com a economia de escala (que geraria uma discutível redução de custos) e com a qualidade do material de ensino-aprendizagem gerou um processo de concentração das responsabilidades pela elaboração e produção de tal material ao nível de órgãos vinculados ao MEC e em certas regiões do País.

A política de descentralização e de reconhecimento das diversidades sócio-econômicas e culturais das regiões do País aconselha uma mudança na orientação tradicionalmente seguida, no sentido de:

- a) criar, fortalecer ou apoiar núcleos de produção de material de ensino-aprendizagem e complementar em cada unidade da Federação, com prioridade para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste;
- b) envolver o pessoal docente do estado no processo de elaboração do material de ensino-aprendizagem, utilizando uma metodologia participativa;
- c) utilizar, sempre que possível, empresas privadas ou unidades públicas existentes em cada região, para publicar o material elaborado;
- d) além dos conteúdos comuns, o material de ensino-aprendizagem deve estar adaptado às clientelas urbanas e rurais, valorizar os elementos culturais locais e refletir as diferenças culturais existentes entre os estados.

## II - ASPECTOS OPERACIONAIS DAS RELAÇÕES ENTRE A SEPS E OS SISTEMAS DE ENSINO

### Introdução

Conforme explicitam os princípios gerais mencionados, as ações da SEPS caracterizar-se-ão por:

- . coordenação
- . descentralização e
- . planejamento integrado e participativo, com base geográfica ou territorial. Isto significa o reconhecimento das diversidades regionais e da necessidade de tratamento diferenciado, com inclusão de componentes compensatórios para as regiões menos desenvolvidas.

Além desses princípios, deve-se ressaltar a intenção do MEC de, progressivamente, voltar sua atuação para ações mais normativas que executivas.

#### 1 - Mecanismos de articulação da SEPS com os sistemas de ensino

##### 1.1 - Cooperação técnica

Pretende-se que a cooperação técnica se caracterize como um processo contínuo e bidirecional, capaz de subsidiar a definição de política e estratégias, de realimentar o processo decisório e de contribuir para o aprimoramento, tanto do MEC quanto dos sistemas de ensino. Deverá levar em conta linhas interdependentes e intercomplementares, a saber:

- . cooperação em matéria de planejamento e gerência, com vistas à modernização organizacional do sistema;

- . cooperação em matéria técnico-pedagógica, com vistas à melhoria da produtividade do sistema;
- . cooperação em matéria de valorização dos recursos humanos, com vistas a sua formação, em quantidade e qualidade exigidas pelo sistema, sua manutenção e uso.

Nesse sentido, alguns pressupostos devem nortear a ação cooperadora entre a SEPS e os sistemas de ensino, tais como:

- . incentivo ao exercício do planejamento participativo em todos os níveis (federal, em relação aos sistemas; estadual, em relação aos municípios; municipal, em relação às comunidades locais);
- . proposição de um plano de cooperação orientado para solução de problemas, visualizados no contexto global, ou seja, nos aspectos organizacionais, pedagógicos, de recursos humanos, físicos e financeiros;
- . orientação para que se observe uma implementação gradativa das medidas que visem a modificar situações-problemas, com o necessário acompanhamento e avaliação que fornecam subsídios para realimentação do processo de planejamento;
- . incentivo à cooperação técnica horizontal para intercâmbio de capacidade técnica e experiências entre os sistemas de ensino.

### 1.2 - Assistência financeira

A assistência financeira, intimamente relacionada com a cooperação técnica, oferecerá suporte às ações consideradas prioritárias, dentro de um contexto institucional e econômico e dos limites do disponível.

Em face da prioridade concedida à área de educação básica e tendo em vista a magnitude das ações pretendidas, necessário se faz um incremento substancial nos orçamentos a elas relativos, como também o desenvolvimento de esforços para captação de recursos de fontes alternativas. Além disso, é necessário que se rationalizem os custos, o que, por certo, reflectirá numa diferenciação de incremento.

No sentido de agilizar o processo de assistência financeira do MEC aos sistemas de ensino, pretende a SEPS atual sobre dois aspectos:

- . o primeiro, de simplificação dos instrumentos utilizados pelos sistemas de ensino para captação de recursos da SEPS, de tal forma que contenham as informações necessárias ao conhecimento dos resultados desejados, a partir de certos critérios de rationalização;
- . o segundo, de flexibilidade orçamentária, significando que não haveria rótulos preestabelecidos para os recursos financeiros distribuídos aos sistemas de ensino e que a SEPS preparará sua programação orçamentária a partir das solicitações feitas pelos sistemas, fundadas em suas reais necessidades, em termos de custeio e capital.

## CONCLUSÃO

Ao elaborar este documento, teve a SEPS duas grandes preocupações: a de reafirmar o compromisso do MEC com a educação básica e a de apresentar as implicações desse compromisso no seu relacionamento com os sistemas de ensino.

Na conceituação dada à educação básica, pretendeu-se acentuar a prioridade que se quer dar à redução das desigualdades regionais e sociais, propiciando um tratamento diferenciado

que atenda às necessidades daqueles a que se destina.

O fato a se considerar é que, ao assumir um compromisso com a educação básica, deve-se levar em conta a obrigatoriedade ética de se assegurar a todos um mínimo de conteúdos educacionais que realmente satisfaçam as suas necessidades sócio-econômico-culturais.

Pretendendo atuar sobre fatores endógenos e exógenos ao sistema educacional (embora reconhecendo suas limitações quanto aos exógenos), a SEPS propõe, ao longo da exposição feita, algumas diretrizes, das quais se destacam:

- o esforço para que se venha a atender grande número de pré-escolares, utilizando-se uma estratégia que assegure um rendimento ótimo a baixo custo;
- a expansão de oportunidades educacionais associada à melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem, no 1º grau;
- a utilização de processos formais e não formais para recuperação de alunos que apresentem distorção idade/série e para os evadidos;
- a avaliação do ensino profissionalizante e a busca de novas alternativas de profissionalização, a partir de uma conceituação mais ampla que inclua variações de objetivos, conteúdos e metodologias;
- a exploração das potencialidades oferecidas pelo ensino supletivo, através das suas funções de suplência, qualificação, aprendizagem e suprimento.

Diante disso, alguns princípios gerais no relacionamento da SEPS com os sistemas de ensino podem ser sintetizados nas

seguintes propostas:

- atuação da SEPS na articulação de ações de apoio à educação básica, que envolvam seus próprios órgãos vinculados, os órgãos do MEC que atuam na área e, até mesmo, outros ministérios;
- promoção da cooperação técnica, incluindo a horizontal (para aproveitamento da capacidade técnica e experiências de outros sistemas);
- assistência financeira com base em instrumentos simplificados e em flexibilidade orçamentária;
- incentivo à descentralização, em todos os níveis, ao exercício de um planejamento participativo e integrado, com base geográfica ou territorial.

Deseja-se que as intenções aqui expressas sejam entendidas como um compromisso, cuja operacionalização exigirá mudanças progressivas na SEPS e nos sistemas de ensino, bem como no relacionamento entre a SEPS e os sistemas de ensino e destes com os municípios e as comunidades.

SECRETARIA GERAL

DIRETRIZES E REORGANIZAÇÃO  
ADMINISTRATIVA DO MEC

SÉRGIO MÁRIO PASQUALI  
SECRETÁRIO GERAL

Este é o primeiro encontro nacional que temos a honra de participar com os Secretários de Educação e Cultura das Unidades da Federação.

O Encontro se reveste de importância singular, pois, sendo a educação básica e o desenvolvimento cultural prioridades maiores do MEC, impõem-se efetiva articulação e complementariedade de esforços das diferentes esferas administrativas, de modo a responder adequadamente aos desafios que decorrem das necessidades educacionais dos diversos grupos da população, especialmente os de baixa renda.

Gostaria assim de dizer que a presença dos Secretários de Educação e da Cultura neste Encontro não é fortuita. Decorre não somente da definição da educação básica e desenvolvimento cultural como prioridades, mas também do fato de que as ações educacionais devem ter a cultura como referencial básico.

A educação e a cultura se caracterizam por relações de reciprocidade e os desencontros existentes comprometem, não só a qualidade do ensino, como também o próprio desenvolvimento cultural.

No esforço de articulação e complementariedade nosso desejo é ouvir dos Secretários de Educação e Cultura, que estão num contato mais estreito com a realidade educacional e cultural, opiniões e sugestões sobre diretrizes e medidas que cabem ao Ministério definir na sua função de órgão responsável pela política educacional do País e também pelo desenvolvimento de ações de apoio aos sistemas de educação e cultura. Objetiva-se também debater estratégia do Ministério para a educação básica, estabelecer formas eficazes de interação MEC/Unidades Federadas e favorecer o intercâmbio de informações e experiências entre os participantes.

Antes, porém, de serem apresentadas diretrizes, estratégias,

proposições e idéias relacionadas aos setores educação, cultura e desporto e à atuação do Ministério parece-nos importante destacar alguns aspectos que orientaram as definições do MEC a serem apresentadas neste Encontro.

O primeiro deles se refere à permanência da política traçada no III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto que contou, para sua elaboração, com expressiva participação das Secretarias de Educação e Cultura das Unidades da Federação, durante os Encontros Regionais coordenados pelo Ministério. As diretrizes políticas e prioridades contidas no Plano foram mantidas e, como poderá ser observado no decorrer das apresentações a seguir, elas fundamentam as propostas educacionais, culturais e desportivas.

O segundo se relaciona a integração que deve existir entre os setores educação-cultura-desporto.

O compromisso assumido com a educação básica e o desenvolvimento cultural exige que se rationalizem as ações de rotina indispensáveis ao cumprimento dos objetivos propostos, como também, e principalmente, que se efetivem os mecanismos de coordenação envolvendo, sob formas variadas, todas as áreas que compõem o sistema. A ausência de integração compromete não só a educação e o desporto, como o próprio desenvolvimento cultural. A integração é fundamental e deve ser buscada em todas as atividades do sistema educacional, cultural e desportivo.

O terceiro diz respeito à rationalização e simplificação de estruturas e procedimentos administrativos adotados como forma de agilizar e reduzir os custos das ações em curso. Na realidade coloca-se o planejamento administrativo como suporte para o planejamento substantivo.

A preocupação com a rationalização e a simplificação não visa

apenas melhorar o desempenho do Ministério. Busca-se principalmente adequar a estrutura ao nível do Ministério, atualizando-a em relação a presente conjuntura, de forma a permitir um desempenho mais eficaz, a partir das definições maiores de suas políticas. Busca-se também, através desta melhoria, maior flexibilidade, rapidez e eficiência nos contatos e transferências de recursos do MEC as Secretarias de Educação e Cultura, com benefícios para o sistema como um todo.

O quarto se refere a regionalização de ações, e que ainda hoje são realizadas de forma centralizada pelo Ministério. A regionalização é fundamental como forma de adequação da educação, da cultura e do desporto às diferentes realidades regionais e mesmo estaduais.

A última colocação se relaciona as prioridades de programação para 1982. Este Ministério considera que a prioridade deve merecer a devida atenção dos órgãos no que se refere a alocação de recursos financeiros, humanos e materiais. A prática tem sido a de se voltar, em primeiro lugar, para as atividades de rotina, ficando as prioridades como elementos residuais, como programas a serem desenvolvidos se recursos adicionais forem alocados nos órgãos responsáveis. É necessário reverter este processo. A prioridade não deve ser residual, mas sim a parte principal das atividades dos órgãos.

Dada a importância desta última colocação, não só no que se refere à visão de prioridade no contexto da programação, como também às prioridades definidas colocaremos, a seguir, de forma sucinta, os componentes prioritários para 1982 e os componentes prioritários por área de atuação já analisados pela Comissão de Coordenação Geral do Ministério e aprovados pelo Exmo. Senhor Ministro.

Como componentes prioritários o MEC definiu, em consonância com a política social do Governo, a educação básica e o desenvolvimento cultural.

Estas prioridades satisfazem a expectativa do Governo de reduzir as desigualdades sociais e regionais, fomentar o processo de democratização da sociedade e adotar comportamento racional no uso dos recursos, porquanto se orientam para o atendimento preferencial das populações e regiões mais carentes.

A área de educação básica compreende o espaço educativo formal e não formal, centrado no 1º grau e em torno dele, incluindo o pré-escolar e, em estágios mais avançados do desenvolvimento, a terminalidade do 2º Grau, como forma de garantir aos membros da sociedade a auto-realização como pessoas, a qualificação como agentes econômicos e a preparação para o exercício de suas responsabilidades sócio-políticas. A acentuação desta área é, na verdade, simples decorrência da diretriz social e cultural do Ministério, bem como do compromisso constitucional de garantir acesso ao 1º grau a toda a população entre 7 e 14 anos. Esta prioridade significa a ação mais abrangente e fundamental que o Ministério propõe à sociedade e ao País.

No plano do desenvolvimento cultural, é preciso reconhecer que sua importância não tem sido retratada de modo adequado em nenhum momento da vida do Ministério. Assim, em todas as ações do Ministério, seja no apoio aos sistemas de educação das Unidades da Federação, seja na execução direta, deverá estar sempre presente a dimensão cultural, voltada prioritariamente para a criatividade popular, valorizando a comunidade e a região.

Estas grandes áreas de atuação devem conferir ao MEC a necessária unidade do discurso e da prática, envolvendo, sob formas variadas, todos os órgãos que compõem o sistema.

Não devem, no entanto, excluir as outras prioridades descritas no III PSECD, como a valorização dos recursos humanos, planejamento participativo, alocação e captação de recursos que, no caso, aparecem num plano mais instrumental.

O compromisso assumido com a educação básica e o desenvolvimento cultural deverá operacionalizar-se em quatro áreas de atuação:

1. Na área de educação básica propõem-se as seguintes acentuações operacionais:

- a) Início do processo de implantação progressiva de um sistema nacional de pré-escolar, de orientação necessariamente intersetorial;
- b) Expansão da escolaridade e melhoria do rendimento do 1º grau regular, visando imprimir à taxa de escolarização um ritmo ascendente visível e alcançar a permanência maior possível do aluno dentro do sistema, favorecendo também experiências de terminalidade antecipada;
- c) Integração das ações educativas não formais com o ensino formal visando imprimir maior flexibilidade e objetividade à ação educacional;
- d) Aprimoramento do ensino de 2º grau, através do apoio à terminalidade, como forma de valorização específica deste nível de ensino e da busca de novas alternativas;
- e) Apoio a instrumentos de promoção social, atendendo a populações e regiões carentes, dentro da ótica participativa e descentralizada, no que se refere à merenda, ao material didático e a esquemas de financiamento a estudantes.

2. Na área da educação superior visa-se à operacionalização da idéia de qualidade do ensino, através sobretudo da inserção da universidade na problemática de seu meio e da educação básica. Deve, assim, ser incrementada a atividade de extensão, e dos programas de estágio curricular, como instrumento pedagógico privilegiado para a renovação da metodologia do ensino, para comprometimento efetivo com os problemas da comunidade e do desenvolvimento do País, e para a formação da consciência social do jovem universitário.

Sem prejuízo de sua autonomia e de sua vocação universalista, a universidade encontrará nas diretrizes sociais e culturais suficiente inspiração para redefinição de seu papel no País e na comunidade, com reflexos significativos na estrutura docente e discente, bem como a nível da promoção da cultura comunitária e da educação básica.

Ressalte-se, ainda, a necessidade de introduzir formas de experimentação e demonstração do ensino teórico, de orientar o esforço de pós-graduação e pesquisa para a melhoria da atividade de graduação e para o desenvolvimento da capacidade endógena de criação científica e tecnológica. Urge também redirecionar a atenção habitualmente voltada para a sistemática do vestibular e para a excessiva importância atribuída a seus efeitos sobre o perfil de desempenho escolar do aluno.

3. Na área da cultura e do patrimônio é preciso que se dê o lugar de importância devido no mesmo nível da educação básica. Duas acentuações prioritárias se apresentam: uma ligada ao patrimônio histórico, traduzida na necessidade de envolvência comunitária no seu cultivo e manutenção, dentro da rota de caracterização nacional e regional do País; outra ligada ao desenvolvimento cultural e comprometida com as formas de criatividade popular,

capazes de realizar os princípios da educação comunitária e regional. Sem desmerecer outras expressões da cultura, o Ministério procurará emergir como promotor dos bens culturais que mais caracterizam as necessidades básicas e a qualidade de vida da população.

Esta proposta cultural, profundamente comprometida com a meta política do Governo de democratização da sociedade, de valorização dos processos de participação comunitária e de promoção regional, deve ser analisada e debatida assim como a educação básica, para ocupar o seu devido espaço, aparecendo como elemento constituinte e por vezes determinante da educação básica, da educação superior, e do desporto.

4. A área do desporto deve aparecer mais integrada ao sistema MEC através sobretudo da participação dos diversos segmentos da população na prática regular de atividades físicas, da preservação e incentivo de atividades físicas de caráter popular, identificadas com as características culturais, nacionais e regionais, assim como da organização e implementação do desporto escolar, de forma a integrá-lo definitivamente a área da educação básica.

A intensidade e efetividade das ações voltadas para o alcance das prioridades definidas dependerão da organização das ações em cada um dos setores, da integração desses setores, da participação da clientela e instituições, como também da adequação destas ações ao contexto regional e estadual.

Neste sentido, os Senhores terão oportunidade de acompanhar logo a seguir as colocações a serem feitas pelos Secretários de Ensino Superior, da Cultura, de Ensino de 1º e 2º Graus e de Desportos.

Não menos importante para esta adequação é a utilização de

métodos, processos e instrumentos capazes de otimizar o uso dos recursos disponíveis.

O Ministério da Educação e Cultura, consciente da necessidade dessa adequação e da flexibilidade de procedimentos e normas, está buscando a criação, absorção ou adaptação dos métodos e técnicas simples de exercício das funções administrativas. Visa-se com este esforço tirar o máximo proveito com o mínimo de dispêndio, otimizando e valorizando os recursos administrativos e finalmente, buscando a racionalização das estruturas organizacionais.

Nesta perspectiva apresentaremos aos Senhores Secretários e assessores o pensamento do Ministério sobre o comportamento e perfil de alguns mecanismos, cuja atividade, direta ou indiretamente, repercutem nos sistemas de educação, cultura e desportos das Unidades Federadas. Estes mecanismos são:

- . o planejamento e as relações setoriais como responsáveis pela coerência e racionalidade do sistema;
- . o salário-educação, a tecnologia educacional e o apoio ao educando como meios voltados para a expansão e aperfeiçoamento do sistema educacional; e
- . o convênio padrão como instrumento para flexibilizar as transferências de recursos.

As atividades de planejamento do Ministério cuja coordenação cabe à Secretaria Geral têm como fundamentos de sua ação:

- a) a racionalização do processo de planejamento, tendo em vista a adequação do orçamento à programação, através de um processo contínuo que guarde coerência entre as prioridades da política setorial e a respectiva alocação de recursos.

- b) a coordenação das ações do MEC nas áreas de Educação Básica, Educação Superior, Cultura e Patrimônio e Desporto visando harmonizar as ações dos diversos órgãos, através da racionalização dos processos e orientar a definição das linhas de atuação do planejamento substantivo.
- c) a articulação do MEC com as Secretarias de Educação das Unidades Federadas, tendo a cooperação técnica e assistência financeira como instrumento. Esta articulação deverá compreender três níveis de atuação: o primeiro refere-se à coordenação de todo o processo de cooperação técnica efetuada pelo MEC; o segundo refere-se à atuação direta da SEPLAN junto às Universidades da Federação, no sentido de realimentar o planejamento estadual e articulá-lo ao federal e ao terceiro nível refere-se a uma atuação indireta da SEPLAN, a fim de orientar as áreas substantivas do MEC no atendimento às necessidades identificadas nas Unidades da Federação.
- d) os estudos e análises de forma articulada com órgãos do próprio sistema MEC e com as Secretarias de Educação das Unidades Federadas, no sentido de colher e proporcionar informações de ordem qualitativa e quantitativa. Além do diagnóstico de situações críticas da realidade educacional, e da caracterização de focos de improdutividade dos sistemas de ensino, essas informações poderão indicar caminhos e soluções inovadoras com maior probabilidade de acerto na definição de prioridades e na identificação de ações.
- e) a avaliação, em termos essencialmente operacionais da ação programática do MEC e respectivos resultados, confrontando os com as diretrizes do Ministério, de um lado, e com as necessidades básicas dos sistemas educativo-culturais de outro.

f) a articulação intersetorial visando a complementaridade de ações desenvolvidas com outros Ministérios.

Reportando-nos a esta articulação, observa-se que nos últimos anos, a Função Educação vem crescendo significativamente, fora do Ministério da Educação e Cultura.

Assim, hoje, se situa em torno de 200 o volume de Representações do Ministério junto à Administração Pública em Conselhos, Colegiados, Grupos de Trabalho e outros. Tais representações têm por objetivo firmar a posição deste Ministério junto aos outros órgãos que estejam desenvolvendo atividades que associem a Função Educação.

Dentro desse quadro, a Secretaria Geral decidiu pela criação de uma Assessoria de Relações Setoriais, com a função principal de articular harmonicamente as relações do MEC com os outros setores governamentais, seja através das representações referidas, seja através de convênios firmados para execução de projetos.

Não é função da Assessoria supervisionar quaisquer atividades interministeriais, mas agilizar os contatos, identificar áreas de ação comum, enfim, desempenhar uma função dinamizadora das Representações, a nível de formulação de políticas, tendo em vista a unificação das ações e propósitos da função Educação.

A Assessoria de Relações Setoriais, no que se reporta especificamente às Secretarias de Educação, se coloca à disposição delas para:

- . promover a integração de atividades educativas desenvolvidas sob a responsabilidade do Estado com ações análogas ou complementares ali realizadas por outros Ministérios e/ou instituições não vinculadas ao Governo;

- propor a participação das Secretarias em projetos interministeriais, envolvendo o setor educacional, a serem executados nos estados;
- informar sobre estrutura, composição e funcionamento de Colegiados com representação do MEC, na área estadual e regional, e oferecer subsídios advindos dos resultados das sessões.

No que se refere ao salário-educação parece-nos, que todos estão conscientes de sua importância para o desenvolvimento da educação no País, principalmente agora que o compromisso do sistema educacional com a educação básica exigirá, ainda mais, uma sólida base financeira que assegure não só o ingresso, como a permanência na escola do primeiro grau, da população compreendida entre os sete e os quatorze anos.

Nesse contexto, urge revisar o instituto do salário-educação, em vigor há dezessete anos, aperfeiçoando-lhe os aspectos altamente positivos, como fator de redistribuição de renda e de atenuação dos desníveis sociais e regionais de desenvolvimento, a par de corrigir-lhe falhas e distorções.

A fim de viabilizar sua dinamização, o Ministério da Educação e Cultura se propõe:

- a) considerar, como critério complementar aos vigentes para a estimativa do cálculo da receita do Salário-Educação, os prováveis incrementos da arrecadação decorrentes da atual política salarial, tais sejam os reajustes semestrais e a aplicação dos índices de produtividade;
- b) manter os critérios de distribuição geográfica, fazendo corresponder à concentração da receita no Centro-Sul, uma despesa maior nas Regiões Norte e Nordeste, onde a oferta de oportunidades de ensino, especialmente nas zonas rural

e suburbana e aos segmentos mais humildes da sociedade, coloca o Brasil em posição inacreditável no panorama mundial;

- c) programar o Salário-Educação com uma visão mais antropológica e menos pedagógica, mais social e menos escolar, reconhecendo-lhe o caráter de instrumento de democratização, utilizando critérios de alocação que objetivem a elevação dos níveis de vida da população carente;
- d) redimensionar o Salário-Educação, através da contribuição de todas as entidades empresariais dele devedoras, eliminando-se todas as formas de dispersão, duplicação, evasão e sonegação;
- e) poupar o Salário-Educação de financiar as rotinas para as quais caberia consignar recursos ordinários.

Solicita-se a colaboração de todos os Senhores Secretários, não só para esta tarefa de redirecionar o salário-educação, mas também para a continuidade dos estudos sobre novas fontes de financiamento para a Educação, a Cultura e o Desporto.

A aplicação de tecnologias modernas ao processo educacional é um dos grandes desafios colocados para os sistemas de educação e cultura.

Em nosso País, a expansão das necessidades e demandas educativas produzidas pelo crescimento demográfico, a expansão do conhecimento e a expansão das expectativas têm ultrapassado os limites da capacidade de atendimento do nosso sistema educativo formal.

Torna-se, assim, necessário desenvolver ação que permita promover efetivamente a integração das tecnologias aos sistemas de educação suprindo suas carências e, principalmen-

te, ampliando as possibilidades de atendimento. Seu papel não é, no entanto, o de suplantar ou substituir, mas o de integrar, complementar, apoiar e incentivar o sistema educativo existente.

Como coordenadora das atividades de teleducação, a nível nacional, a Secretaria de Aplicações Tecnológicas tem como linha de atuação:

- o apoio efetivo às prioridades educacionais do País através da integração dos meios tecnológicos ao sistema formal de ensino;
- a busca de uma linguagem própria para a teleducação, de forma que o meio tecnológico não se limite a reproduzir a relação professor/aluno que se desenvolve em sala de aula;
- a regionalização da programação teleducativa.

Nesta perspectiva, a tônica da atuação da Secretaria de Aplicações Tecnológicas está centrada:

- na produção de programas que preservem as características regionais e locais;
- no estímulo à implantação de centros de produção regionais;
- na criação de núcleos de tecnologia educacional nas Secretarias de Educação e Cultura e Universidades;
- na formação, capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos para a teleducação;
- no apoio à utilização de multimeios para o treinamento de professores.

Para maior flexibilidade e dinamização das ações teledidáticas, cogita-se a transformação da SEAT em uma Fundação.

Considerando que a regionalização das ações educativas culturais somente se dará a medida em que forem propostas e operacionalizadas ações a nível regional, o envolvimento das Secretarias de Educação e Cultura com a teleducação é fundamental. Este Encontro é um momento oportuno para se analisar e se definir os termos de referência desta atuação.

Na área de assistência ao estudante, o MEC, com o objetivo de assegurar o máximo de resultados no esforço de atendimento à educação básica, estuda a integração de todas as entidades com esta finalidade em um sistema unificado de apoio ao educando.

Com o objetivo de assegurar o máximo de resultados no esforço de atendimento à Educação Básica, as ações de assistência ao estudante serão adaptadas às características específicas das várias regiões sócio-econômicas do País, contribuindo, assim, para a crescente autonomia político-administrativa das Unidades Federadas.

Constituirão diretrizes do novo órgão, em todas as suas atividades:

- a) Atender prioritariamente às populações e regiões carentes.
- b) Atingir capacidade claramente redistributiva, no sentido de evitar o privilegiamento de regiões mais prósperas em favor de regiões marginalizadas.
- c) Descartar o assistencialismo sob todas as formas, assumindo-o, apenas, como elemento estratégico inicial em casos extremos.
- d) Promover, ao máximo, a capacidade local de produção, seja do material escolar, seja da alimentação, visando ao melhor aproveitamento da mão-de-obra local, a adaptação

dos produtos às condições regionais e à redução dos custos de transportes.

- e) Assegurar atendimento alimentar durante todo o ano letivo, sobretudo às crianças do pré-escolar ou maternal.

A natureza e magnitude dos propósitos assistenciais ao aluno carente, da parte do MEC, dependerão, essencialmente, da estreita colaboração das Secretarias de Educação das Unidades Federadas.

No que se refere às transferências financeiras para as Secretarias de Educação e Cultura, o Ministério da Educação e Cultura busca a racionalização deste processo, visando agilizar o repasse dos recursos sem, contudo, prejudicar as atividades inerentes ao acompanhamento e controle e sua execução, com observância das disposições legais existentes.

De princípio, pensa-se na adoção de um único documento destinado a caracterizar as intenções do Ministério para com as Unidades Federadas, no que se relaciona com as ações a serem desenvolvidas por seus órgãos e entidades.

Neste sentido, elaborou-se um modelo de "Minuta de Convênio Padrão" para exame e apreciação dos Senhores Secretários, cuja consolidação consubstanciará intenção deste Ministério.

O "Convênio Padrão" apresenta-se como instrumento eficaz para a implementação do processo de racionalização administrativa que se pretende executar, razão porque se aguarda a contribuição dos Senhores Secretários.

Em resumo, Senhores Secretários, o Ministério da Educação e Cultura, juntamente com as Secretarias de Educação e Cultura, busca formas mais articuladas de operacionalizar as ações voltadas para a educação básica e o desenvolvimento cultural.

Procura caminhos para uma melhor integração da educação superior com a educação básica e do desporto com a educação e cultura.

Esta integração tem como fundamentos:

- . a adequação do orçamento ao planejamento;
- . a compatibilização de critérios, mecanismos e diretrizes;
- . a concentração de esforços na educação básica e no desenvolvimento cultural;
- . a regionalização das ações educacionais e culturais;
- . a simplificação e racionalização de procedimentos.

O Ministério da Educação e Cultura, tendo em vista estimular esta integração, propõe-se a desenvolver algumas medidas consideradas importantes, no momento, como esforço ao processo. Nesta perspectiva se encontram ações relacionadas a:

- . Coordenação e adequação do planejamento das ações do MEC.
- . Articulação Setorial.
- . Rendimensionamento do Salário-Educação.
- . Dinamização do uso de tecnologias educacionais.
- . Regionalização da merenda escolar e do material didático.
- . Simplificação e racionalização das transferências de recursos.

Lembro aos Senhores Secretários que as idéias, proposições e diretrizes estão sendo apresentadas neste Encontro para análise e debates. Espera-se de todos uma participação

crítica, pois esta atitude abre perspectivas para o encontro de alternativas e soluções.

Temos a convicção de que os compromissos assumidos neste Encontro constituirão o marco inicial de um processo, cuja continuidade deverá se refletir na melhoria do processo educativo-cultural.

Durante o Encontro a Secretaria Geral e as Secretarias de Ensino de 1º e 2º Graus, de Ensino Superior, da Cultura e de Educação Física e Desporto estarão à disposição a fim de, em conjunto, se buscar esclarecimentos e caminhos para os problemas detectados.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
SECRETARIA DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO

RESUMO DO DOCUMENTO "O COMPROMISSO DA  
EDUCAÇÃO BÁSICA E AS RELAÇÕES ENTRE A  
SEPS E OS SISTEMAS DE ENSINO"

MAIO - 1981

## I - O CONCEITO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

"A área de Educação Básica compreende o espaço educativo formal e não formal centrado no 1º Grau e em torno dele, incluindo o Pré-Escolar e, em estágios mais avançados do desenvolvimento, a terminalidade do 2º Grau, como forma de garantir aos membros da sociedade a auto-realização como pessoas, a qualificação como agentes econômicos e a preparação para o exercício de suas responsabilidades sócio-políticas" (Diretrizes de Planejamento do MEC-Programação 1982).

Educação Básica não se confunde com a simples soma do pré-escolar, 1º Grau e alguns aspectos do 2º Grau. Tem um sentido mais amplo, incluindo modalidades formais e não formais; ações educativas com ou sem grau de escolaridade; ações educativas integradas com saúde, nutrição e trabalho; conteúdos educativos relacionados com: a) atitudes positivas para a cooperação, a solidariedade, a valorização da cultura local e nacional; b) alfabetização funcional e matemáticas básicas; c) enfoque científico com referência a saúde, agricultura e atividades produtivas em geral; d) conhecimentos básicos para a participação social e cívica; e) conscientização.

Embora haja certa aproximação entre ambos os conceitos, educação básica não se confunde com escolaridade obrigatória.

Na literatura internacional, o conceito de Educação Básica está associado ao de necessidades básicas e de mínimos educacionais que devem ser assegurados a todos. Reflete também o enfoque que atribui importância significativa à educação para a redução das desigualdades regionais e sociais e para a eliminação de extrema pobreza. Na definição adotada pelo MEC, a Educação Básica é mais ampla que os mínimos

educativos e está mais relacionada a um objetivo desejável a médio prazo, que possível, a curto prazo.

O conceito de Educação Básica pode permitir interpretação diferenciada de sua cobertura por regiões e em zonas urbanas e rurais. Nas áreas urbanas e regiões mais desenvolvidas do País, é possível pensar numa Educação Básica que inclua ações do nível Pré-Escolar ao 2º Grau. Nas áreas rurais mais pobres, o conceito de básico deve incluir menor número de anos de escolaridade, além de conteúdos diferenciados.

## II - A ESTRATÉGIA DE APOIO À EDUCAÇÃO BÁSICA

Sente o MEC a preocupação em atuar simultaneamente sobre os fatores endógenos – em particular, o professor, a unidade escolar, o currículo, o material de ensino-aprendizagem, as estruturas de apoio à unidade escolar, etc. – e exógenos ao Sistema Educativo – condições de saúde e nutrição dos alunos; nível de emprego e renda do aluno e de sua família; situação sócio-cultural da comunidade à qual o aluno pertence. Neste último caso, tem-se consciência das limitações do Setor Educação para conseguir, com os seus próprios instrumentos e mecanismos, mudanças significativas nos condicionantes exógenos do processo educativo, no entanto, considera-se indispensável aproveitar ao máximo as possibilidades de atuação que o Sistema Educacional pode desenvolver para superar ou minimizar influências negativas dos fatores exógenos.

A necessidade de superação de problemas críticos, relacionados à Educação Básica, conduz a SEPS à proposição de diretrizes específicas, das quais se destacam:

- atendimento a grande número de Pré-Escolares, utilizando-

se uma estratégia que assegure um rendimento ótimo a baixo custo, mediante máximo aproveitamento dos recursos disponíveis na comunidade e integração de ações das áreas de educação, saúde e nutrição.

- expansão de oportunidades educacionais, a nível de 1º Grau, principalmente mediante racionalização dos processos de construção e utilização de espaços educativos e aumento da oferta de docentes qualificados, bem como de alimentação e material escolar.
- melhoria do rendimento, especialmente nas séries iniciais do 1º Grau, mediante utilização de inovações educacionais, integração educação/cultura, valorização do trabalho produtivo como conteúdo curricular, valorização de recursos humanos, reforço às estruturas intermediárias de apoio à unidade educacional, entre outras.
- integração entre ensino regular e supletivo, mediante programas de atendimento a alunos evadidos ou fora da faixa etária e definição de mecanismos que permitam o fluxo entre as modalidades de ensino.
- avaliação do ensino profissionalizante e busca de novas alternativas de profissionalização, a partir de uma conceituação mais ampla que inclua variações de objetivos, conteúdos e metodologias.
- exploração das potencialidades oferecidas pelo ensino supletivo, através de suas funções de suplência, qualificação, aprendizagem e suprimento, por intermédio de ações especialmente voltadas para grupos carentes, concebidas com orientação intersetorial e com participação intensiva da comunidade.

### III - PRINCÍPIOS GERAIS QUE DEVERÃO NORTEAR A OPERACIONALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA E O RELACIONAMENTO SEPS/ESTADOS

A concretização da prioridade de Educação Básica exigirá mudanças progressivas, ao nível da SEPS e dos Estados, na forma de operacionalização dos programas, segundo os princípios que a seguir se apresentam:

- Direcionamento, em benefício do Pré-Escolar e do 1º Grau, de parte dos esforços das instituições de Ensino de 2º Grau e de outros órgãos vinculados à SEPS.
- Vinculação horizontal da SEPS com órgãos do próprio MEC e de outros Ministérios que desenvolvam ações complementares à Educação Básica.
- Integração de ações formais e não formais nos programas a serem desenvolvidos.
- Participação comunitária na identificação de problemas, formulação de programas e projetos, em sua execução e avaliação.
- Canalização, em favor das comunidades às quais se destinam os serviços educacionais, dos benefícios econômicos (especialmente emprego e renda) gerados pela implantação e funcionamento dos projetos de educação básica.
- Atuação predominantemente através de programas integrados, concentrados em áreas geográficas previamente definidas, num enfoque de planejamento com base territorial.
- Fortalecimento da capacidade de produção local de material de ensino-aprendizagem e de apoio ao processo educacional.

No que se refere ao relacionamento entre a SEPS e os sistemas de ensino, este se concretiza, basicamente, pela assistência financeira e cooperação técnica. Alguns princípios desse relacionamento podem ser sintetizados nas seguintes propostas:

- atuação da SEPS na articulação de ações de apoio à educação básica que envolvam seus próprios órgãos vinculados, os órgãos do MEC que atuam na área e, até mesmo, outros Ministérios;
- promoção da cooperação técnica como processo contínuo e bidirecional, incluindo a horizontal (para aproveitamento da capacidade técnica e experiências de outros sistemas);
- assistência financeira com base em instrumentos simplificados e em flexibilidade orçamentária;
- incentivo à descentralização, em todos os níveis, ao exercício de um planejamento participativo e integrado, com base geográfica ou territorial.

RELAÇÕES DO MOBRAL COM AS SECRETARIAS ESTADUAIS  
NO CONTEXTO DA PROPOSTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

## RELAÇÕES DO MOBRAL COM AS SECRETARIAS ESTADUAIS NO CONTEXTO DA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

A experiência dos programas educacionais levados a efeito a nível local mostra que há uma integração natural das ações entre diversas entidades diante das necessidades básicas. As exceções ocorrem quando uma determinada organização implanta seus projetos isoladamente, não considerando a participação comunitária.

Com a nova proposta da Educação Básica, o imprescindível enfoque comunitário cria maior responsabilidade das diferentes entidades educacionais na coordenação das ações.

Anteriormente, esses pressupostos levaram o MOBRAL a assumir uma postura administrativa flexível, com três níveis de atuação, possibilitando a descentralização das ações e garantindo a manutenção da sua unidade. Esses três níveis, Central, Estadual/Territorial e Municipal, assumem funções específicas de diferenciações de formas de conjugação de esforços: integração, compatibilização e articulação.

A integração é entendida como ocorrência, apenas, do nível local quando as pessoas e os órgãos julgam oportuno e viável a composição de diversas ações, tanto do MOBRAL como de outras entidades.

A compatibilização constitui a tarefa principal das Coordenações Estaduais e Territoriais do MOBRAL no alcance de coerência entre as ofertas e orientações que partem do MOBRAL Central e das outras entidades e as solicitações e informações que surgem a partir dos municípios.

A articulação, por sua vez, é a tarefa principal de troca de informações entre os diferentes órgãos do MOBRAL Central já se facilitando as compatibilizações e a integração que se sucederão nos demais níveis.

O planejamento participativo acionado pela rede do MOBRAL junto aos Municípios reflete a presença desses três níveis, pela participação do Movimento, do agente e da comunidade, em sua formulação.

Nesses esquemas de coordenação também incide o esforço do MOBRAL quanto a desburocratização, no caso entendida como descentralização de decisões, conforme preconizado pelo Governo Federal e, consequentemente, pelas Diretrizes de Planejamento do MEC.

No estágio atual de adaptação à Educação Básica é previsível uma compatibilização contínua com as Secretarias de Educação, buscando-se um bidirecionamento de responsabilidades mútuas. Como órgão operativo no nível das comunidades, o MOBRAL tem condições de oferecer assistência técnica dentro de seu âmbito de experiências assim como recebê-la quando envolvido, complementar ou suplementarmente, com o ensino formal.

Em termos operacionais tal proposição tomaria forma a partir das reuniões mensais do Subsistema de Supervisão Global do MOBRAL, hoje dentro da rotina de todas as Coordenações Estaduais e Territoriais. Nesses encontros de troca de informações e de acerto de orientações de toda a rede do MOBRAL, o Secretário de Educação do Estado e do Território – ou seu representante – participaria, com os dirigentes e assessores principais da jornada de modo a compatibilizar interesses mútuos da Secretaria e do MOBRAL.

Nestas condições, as Secretarias de Educação teriam acesso a

informações vindas de todo o Estado ou Território em troca de um período breve mensal de participação além de reorientar o MOBRAL em comum acordo com a Coordenação. A cooperação, no caso, poderia ocorrer no âmbito de assistência técnica ou de execução de tarefas, sempre que pertinentes aos objetivos do MEC e das Secretarias.

Nos Estados/Territórios onde já ocorrem iniciativas de coordenação multisetorial – como por exemplo nos projetos relacionados ao pré-escolar – o MOBRAL se ajustaria de imediato aos esquemas implantados, procurando, nesta ou na alternativa anterior, em se tornar um dos canais principais de implantação da Educação Básica.

DISCURSO DE ENCERRAMENTO DO SR. SECRETÁRIO GERAL DO MEC  
SÉRGIO PASQUALI NO ENCONTRO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE  
EDUCAÇÃO E CULTURA DISTRIBUIDO AOS  
COORDENADORES DO MOBRAL

Senhores Secretários

Chegamos ao fim desta jornada. Acompanhei, direta ou indiretamente, os trabalhos e após o conhecimento das conclusões, creio poder afirmar que os objetivos pretendidos com este evento foram alcançados.

O Ministério apresentou aqui várias diretrizes, propôs idéias e se predispos ao debate e à busca de caminhos para problemas que se nos apresentam no papel de administradores da educação. Ressalto com satisfação a franqueza e sinceridade na colocação dos problemas e na análise das situações hoje existentes.

A leitura do documento contendo os pontos de convergência do MEC e Secretarias de Educação deixou-nos claro um roteiro de aspectos fundamentais que deverão nortear nossas ações. Gostaria, no entanto, de ressaltar alguns aspectos que considero essenciais.

Em primeiro lugar, reafirmar a decisão do Ministério de levar avante o processo de descentralização administrativa da educação, cultura e desporto, restringindo-se, de forma mais efetiva, coordenada e sistemática, à sua função de apoio técnico e financeiro. Lembro, todavia, que descentralização implica transferência de responsabilidades e encargos de uma esfera a outra, e que este processo somente se efetivará se houver a aceitação da diversidade de situações por um lado e, por outro, o compromisso de adequar as ações à realidade estadual e regional.

Este processo de descentralização poderá se desdobrar em níveis sucessivos, até chegar necessariamente a uma maior participação da comunidade, essencial à democratização do processo. Implica, ainda, a identificação e utilização de

instrumentos e mecanismos flexíveis que facilitem a gestão dos programas e ações, de modo a obter o melhor resultado social com o mínimo de recursos.

Neste sentido, o Ministério reitera sua decisão de descentralizar progressivamente as estruturas e mecanismos referentes à merenda escolar, ao livro didático, à regionalização da produção de programas teledidáticos, bem como a transferência de algumas unidades, para a esfera da administração estadual.

O Ministério aguarda também o posicionamento final das Secretarias no que se refere ao convênio único, após a análise das implicações de natureza técnica e de gerência financeira. Em segundo lugar, gostaria de ressaltar que o Ministério da Educação e Cultura reconhece e sente os problemas de natureza financeira que afetam a nação como um todo e que se refletem, de maneira acentuada, nos sistemas educacional e cultural.

No entanto, esta situação não pode nos imobilizar. Frente a ela devemos buscar:

- maior criatividade na solução dos problemas, o que nos parece viável ante o depoimento de participantes do Encontro, ao relatarem experiências inovadoras encontradas na mobilização da comunidade;
- maior racionalidade na aplicação e utilização dos recursos disponíveis;
- definição mais concisa de nossas prioridades, em função do compromisso social, a fim de se evitar a pulverização de recursos em um sem número de ações;
- fontes alternativas de captação de recursos.

Um terceiro aspecto a ser enfatizado é a integração da educação, cultura e desporto. A cultura deve permear todas as ações educacionais. Isto leva a se considerar a cultura não apenas como a promoção de um conjunto de eventos culturais, mas como o ambiente próprio em que se desenvolve a educação, atentando-se para sua dimensão sócio-antropológica. Por outro lado não se pode perder de vista que a ação educativa precisa impregnar-se cada vez mais da experiência cultural da comunidade, para se tornar contemporânea e funcional. A ausência de uma integração entre educação e cultura compromete não só a qualidade da educação como também o próprio desenvolvimento cultural.

Gostaria, assim, de enfatizar a necessidade de se reformular o conceito e a operacionalização de cultura, desvinculando-a de sua quase exclusiva relação com eventos culturais. As possibilidades de ações integradas são variadas, oferecendo-se um campo vasto para inovações.

Na busca de integração da universidade com a educação básica, encareço das Secretarias de Educação que insistam junto às Universidades para que correspondam mais efetivamente na solução de problemas educacionais e culturais.

Em quarto lugar, assinalo a convergência entre o MEC e as Secretarias, quanto ao atendimento prioritário à educação básica centrada no 1º grau. Face ao tratamento preferencial dado nas discussões de grupo à educação básica, aproveito a oportunidade para alguns esclarecimentos e destaque:

- não desmerece a escola tornar-se também agência social, sobretudo se os problemas sócio-econômicos, em determinado momento, se tornam mais relevantes que os pedagógicos. Nessa tarefa, contudo, é essencialmente educativo-cultural, particularmente quando colaboramos com setores contíguos como os da saúde, nutrição, trabalho, previdência, etc. A

ótica social, bem como a cultural, são essenciais à educação, embora não possam justificar qualquer discriminação qualitativa na oferta educacional.

É simplesmente uma questão de realismo. Partimos preferencialmente daquela grande maioria que não se beneficia ainda do sistema;

- nosso compromisso prioritário continua sendo, portanto, com as populações de baixa renda do meio urbano e rural e das regiões mais carentes, com o objetivo de incorporá-las, efetivamente ao processo educativo-cultural;
- devemos renovar nosso empenho com o ensino supletivo. Essa clientela é muito expressiva, pelo menos em termos quantitativos; e a atuação nesta área deverá incentivar a participação comunitária, tendo a cultura como ponto de referência a preparação para o trabalho como um dos objetivos e a tecnologia educacional como um dos instrumentos;
- com referência ao ensino de 2º grau, o esforço maior deverá se voltar para o reestudo do problema da profissionalização, no contexto sócio-econômico atual, com vistas às adaptações que porventura sejam necessárias, para o que se encarece todo o empenho das Secretarias de Educação;
- no que se refere ao pré-escolar, o MEC entende que as ações devem ser gradativas, atendendo preferencialmente às crianças na faixa de 4 a 6 anos, utilizando-se para isto de meios formais e não formais existentes e possíveis na comunidade, de modo a integrar iniciativas de instituições públicas e particulares.

E determinação do MEC que o MOBRAL ajuste a sua atuação

com as atuais diretrizes, compatibilizando-a com os interesses, e características dos sistemas estaduais de educação e planejando em conjunto, dando apoio, desenvolvendo ações complementares e intercambiando informações, de forma a desburocratizar os procedimentos e a racionalizar esforços.

Terminando, gostaria de destacar que, face aos desafios que a educação, cultura e desporto apresentam, principalmente, na fase em que estamos atravessando, o Ministério da Educação e Cultura se alia às Secretarias de Educação e Cultura e demais agências atuantes no processo educativo-cultural na busca de caminhos e soluções eficazes, de modo que a educação, cultura e desporto contribuam efetivamente para o desenvolvimento social.

As conclusões e recomendações aqui apresentadas serão analisadas pelas Secretarias do Ministério, tendo em vista a oportunidade de sua aplicação.

Gostaria de agradecer a presença dos Senhores Secretários de Educação e Cultura, seus assessores, participantes e sua inestimável colaboração nos trabalhos desenvolvidos, pelas contribuições e sugestões apresentadas.

Esta ação conjunta da família educação e cultura deverá se repetir, sempre quando a condução dos programas educacionais, culturais e desportivos assim o exigir.

MUITO OBRIGADO!

MOCÓES

MOÇÃO N° 1

Considerando que o Salário-Educação, por sua destinação constitucional, é tributo devido aos Estados, incumbidos, de fato, dos encargos de assegurar o cumprimento da obrigatoriedade do ensino de 1º grau;

Considerando que o IAPAS, prevalecendo-se da sua condição de órgão arrecadador, vem retendo, indebitamente, as quotas do Salário-Educação, não as repassando aos Estados dentro dos cronogramas legalmente previstos,

PROPOMOS:

- . a transferência para os Estados da competência legal para arrecadação e fiscalização do Salário-Educação.

MOÇÃO N° 2

Considerando a indiscutível importância da Educação Pré-Escolar;

Considerando o interesse demonstrado pelo MEC, na ampliação dos programas destinados ao atendimento à criança antes do seu ingresso na escola de 1º grau;

Considerando a necessidade de assegurar aos programas de educação pré-escolar e do ensino de 1º grau, uma unidade de execução como forma de lhes garantir a indispensável articulação,

RECOMENDAMOS:

1. que sejam reservados aos Estados todas as ações de execução da Educação Pré-Escolar;
2. que o MEC, através do MOBRAL e de outros órgãos interessados nesses programas, proporcione aos Estados a necessária cooperação técnica e financeira.

#### MOÇÃO Nº 3

Considerando que, por força da limitação de recursos e da progressiva elevação dos custos, os programas de assistência ao educando tem sofrido constante redução anual;

Considerando que a expansão do atendimento escolar em todos os níveis mas especialmente no 1º grau, tem levado à incorporação de número crescente de alunos carentes de recursos;

Considerando que a estratégia de ação do MEC e dos sistemas estaduais de Ensino, reforçada neste Encontro Nacional, enfatiza o atendimento da clientela das zonas rurais e das periferias urbanas, o que vem aprovar a situação acima descrita,

#### PROPOE-SE:

Que o MEC busque meios de reforçar as dotações de recursos destinados aos programas de assistência do educando, muito especialmente os que se referem à distribuição gratuita de Material Escolar e Livro Didático e à Merenda Escolar, de alcançar significativa expansão Real desses programas.

MOÇÃO N° 4

Considerando a oportuna decisão do MEC em redimensionar o uso de Tecnologias Educacionais principalmente via Rádio e TV, como forma de viabilizar a universalização e a coerente prática de democratização e oportunidades educacionais a nível de ensino básico, assim como no sentido de preservação das peculiaridades regionais e/ou estaduais,

PROPOMOS:

- 1) que o MEC prossiga no seu manifesto apoio aos programas educacionais e culturais desenvolvidos pela SEAT cujas intenções coincidem com as aspirações suscitadas;
- 2) que em nenhuma hipótese as atuais e futuras programações, quer voltadas para o ensino, quer destinadas ao treinamento de professores, percam essa identidade e, acima de tudo, tenham sempre a concordância da respectiva região e/ou da Unidade Federada, conforme o caso.

Brasília, 12 de junho de 1981.

Elison Machado de Souza

Sec. de Educação do Paraná

José de Oliveira Cordeiro Sec. de  
Educação do Paraná

Garcia - Sec. Ed. do Paraná

Fábio - Sec. Ed. da Cidade do DF

Waldo Tavares Sec. da  
Cultura do Paraná



III ENCONTRO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO

GRUPO I  
RIO GRANDE DO SUL  
SANTA CATARINA  
PARANÁ  
MATO GROSSO DO SUL

LEÔNIDAS RIBAS  
COORDENADOR - RS  
EDSON MACHADO DE SOUZA  
RELATOR - PR

GRUPO I

RIO GRANDE DO SUL  
SANTA CATARINA  
PARANÁ  
MATO GROSSO DO SUL

Coordenador: Leônidas Ribas (RS)

Relator: Edson Machado de Souza (PR)

1. SOBRE O CONCEITO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

O grupo considerou válido o conceito de "educação básica", assim como a estratégia de trabalho pela ação comunitária. Deseja, no entanto, alertar para alguns aspectos e consequências não abordados nos documentos básicos:

- a) a Educação, como setor, está chamando a si a responsabilidade pela solução de graves problemas sociais que afetam principalmente a faixa da população de baixa renda; a escola será transformada em agência social;
- b) aceitando o desafio, a Educação terá que aceitar também a estratégia de trabalho integrado com todos os setores, governamentais ou não, que atuam sobre os mesmos problemas. Mais do que isso, a Educação deverá atuar como catalisador e dinamizador desses setores;
- c) será necessário buscar urgentemente a "desformalização" do ensino de 1º grau, para dar condições de atendimento a população escolarizável que hoje está fora da escola regular, assim como para receber a demanda adicional que será gerada pela expansão do atendimento pré-escolar;

- d) o trabalho comunitário, que o grupo aceita como válido e necessário, tem a tendência de gerar, com o tempo, responsabilidades crescentes para o Governo, na medida em que os recursos humanos envolvidos tenham que ser absorvidos (relação de emprego). A capacidade da comunidade de arcar com os custos da ação, se esgota rapidamente;
- e) a filosofia adotada terá que ser amplamente divulgada, como ação inicial, para que a Educação não seja acusada:
  - a) de estar transferindo responsabilidade governamental para a comunidade; b) de estar criando uma espécie de "Sub-educação" para a população carente economicamente;
- f) o incentivo à ação comunitária terá que ser tecnicamente conduzido, em vista da existência de conflitos de aspirações no seio da comunidade e do perigo de que os objetivos da ação sejam deturpados.

## 2. SOBRE A ESTRATÉGIA

A estratégia fundamental será a "ação comunitária", entendida como envolvimento da comunidade na mobilização de recursos humanos e materiais. Evidentemente "comunidade" não exclui o Governo, que é parte dela. Isto significa, como já foi apontado antes, o envolvimento de todos os setores governamentais, nos três níveis de Governo.

Não será suficiente a articulação dos órgãos governamentais apenas a nível central, pois esta articulação terá que se concretizar a nível local.

2.1 - Quanto ao relacionamento MEC/Unidades da Federação, recomenda-se:

- a) a regionalização da ação dos órgãos do MEC, compreendendo a descentralização da execução nas Unidades da Federação;
- b) os programas a serem executados deverão ser definidos com a participação prévia dos Estados;
- c) transferência de recursos globais aos Estados para a execução de programas como: merenda, material escolar, livro didático e outros;
- d) revisão das competências do Conselho Federal de Educação com a sua eventual transferência para os Conselhos Estaduais, especialmente no que se refere ao ensino superior;
- e) que os mesmos princípios de descentralização sejam observados pelos Estados em relação aos Municípios, no que for aplicável;
- f) as atividades desenvolvidas pela SEPS e seus órgãos vinculados deveriam se caracterizar, de um modo geral, como de cooperação técnica e de assistência financeira.

Desta forma, toda e qualquer ação desenvolvida diretamente pela SEPS sobre determinado sistema de ensino somente deveria se consubstanciar por opção da Unidade Federada. O MEC assumirá assim o papel supletivo a que se refere a Lei 5.692/71.

2.2 - Quanto à ação das instituições de ensino superior, além da colaboração que poderão prestar, através da extensão, na execução dos programas, utilizando alunos e professores de todas as áreas, recomenda-se que:

- a) sejam repensados os programas de formação de professores e especialistas de educação. Para isso será necessário que,

antes, o Conselho Federal de Educação acelere seus estudos sobre a reformulação de currículos mínimos; estudos que deverão levar em consideração as contribuições dos sistemas estaduais de ensino quanto aos perfis profissionais desejáveis;

- b) que as Universidades assumam a cultura numa perspectiva antropológica e no sentido de defesa da identidade regional.

2.3 - Quanto à educação física e o desporto escolar recomenda-se:

- a) que a educação física seja tratada de fato como um componente curricular, quer executando uma ação integrada com os demais componentes, quer no currículo por atividades, quer em áreas de estudo, quer como disciplina;
- b) esta colocação implica uma revisão tanto da formação como do desempenho, hoje isolado, do professor de educação física;
- c) no pré-escolar e nas primeiras quatro séries do 1º grau, as atividades sejam desenvolvidas pelo próprio regente de classe;
- d) que os sistemas estaduais cuidem de não sofisticar instalações e equipamentos, utilizando-se, quando possível, de equipamentos comunitários.

### 3. QUANTO AO SUPORTE FINANCEIRO

Parte-se da premissa que parcela dos recursos adicionais necessários ao suporte da ampliação de programas existentes

ou criação de novos, deverá provir da própria comunidade.

Isto não dispensará, entretanto, a necessidade de ampliar os recursos públicos aplicados não só na Educação como em outros setores sociais. Sendo assim, recomenda-se:

- a) que seja urgentemente revista a sistemática de liberação dos recursos da Quota Estadual do Salário-Educação, voltando-se ao sistema de repasse automático aos Estados pelo agente financeiro arrecadador;
- b) que sejam tomadas providências para a liberação imediata dos duodécimos atrasados da Quota Estadual do Salário Educação, caso contrário não apenas haverá o colapso das atividades em andamento;
- c) que o MEC aguarde novos estudos, pelos Estados, da proposta do convênio-padrão para a transferência de recursos, tendo em vista as eventuais implicações de ordem orçamentária e jurídico-legal;
- d) que, na busca de recursos financeiros adicionais, o MEC tenha preocupação especial com o Ensino de 2º Grau, sem prejuízo dos demais níveis e modalidades de ensino;
- e) que o MEC esclareça melhor as alterações que, pelo que se depreende da leitura do documento básico, serão possivelmente introduzidas na aplicação dos recursos do Salário-Educação. Especialmente, se estes recursos financiariam todas as atividades incluídas no conceito de "educação básica".

III ENCONTRO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO

GRUPO II

DISTRITO FEDERAL  
MINAS GERAIS  
RIO DE JANEIRO  
SÃO PAULO

GRUPO II

DISTRITO FEDERAL  
MINAS GERAIS  
RIO DE JANEIRO  
SÃO PAULO

RELATÓRIO

1. INTRODUÇÃO

O Grupo se reuniu com a presença dos Secretários de Estado de Educação e Cultura e respectivos Assessores – além dos observadores do MEC e educadores interessados – tendo debatido com afinco cerca de 40 pontos levantados pelos participantes.

A técnica aplicada às reuniões foi a de obtenção do consenso, mediante sucessivas aproximações dos enfoques pessoais e das delegações estaduais. Excepcionalmente, para imprimir executoriedade às conclusões, adotou-se a votação, quando o consenso se revelou impraticável.

Inicialmente, mediante o levantamento de uma preliminar, o "roteiro" apresentado pelo MEC foi aceito como ponto de referência, sem prejuízo da exposição, pelos Secretários, da problemática específica de seus Estados. Isso se revelou muito válido, por enlargetecer a área de abrangência dos aspectos abordados, sem prejudicar, por outro lado, o trato das questões sugeridas pelo MEC.

A seguir, devidamente catalogadas segundo sua iniciativa, registram-se as conclusões e recomendações formuladas.

## 2. RECOMENDAÇÕES E CONCLUSÕES

2.1 - O Grupo entende que, sem embargo do desenvolvimento das ações do Ministério da Educação e Cultura, quer na sua área específica de atuação, quer no campo de integração com os sistemas de ensino, setores culturais, órgãos governamentais e com a comunidade, o conceito de educação básica, conforme enunciado no documento em exame, deve ser revisto em função da realidade brasileira.

2.2 - O Grupo entende que a integração comunitária no processo educativo e cultural não está consistentemente conceituada no Documento Base. Em alguns momentos, porém não sempre como seria necessário, essa integração é proposta como forma de se repensar a educação e a cultura pela qual a escola e demais agências culturais se pretendem pólos privilegiados das comunidades. Devem ser eliminadas do texto todas as referências que possam conduzir a uma interpretação reducionista do conceito, em que a integração comunitária se coloca como mera troca de favores ou intervenções esporádicas.

2.3 - Em relação às propostas pertinentes à educação pré-escolar, o grupo entende que:

- a) deva ser considerada de responsabilidade básica do setor educação a faixa etária de 4 a 6 anos;
- b) sem prejuízo de esforços no sentido do desenvolvimento da educação pré-escolar mediante a utilização de recursos da comunidade ou de outras agências, impõe-se a definição de recursos específicos para essa faixa de atendimento, sem o que não se poderá cumprir a prioridade;
- c) deverá o MEC envidar esforços para que seja alterado o parágrafo 2º, do artigo 19, da Lei 5692/71, a fim de que

seja viabilizada a aplicação de recursos vinculados ao ensino de 1º grau, em programas de educação pré-escolar.

Indica-se para o referido parágrafo a seguinte redação:

" § 2º - Os sistemas de ensino envidarão esforços para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente atendimento em programas de educação pré-escolar, os quais serão considerados como integrantes do ensino de 1º grau."

d) em vista da proposta de criação de uma coordenação nacional de programas de educação pré-escolar, articulando diferentes agências que atuam no setor, impõe-se que essa coordenação seja feita, em nível estadual, pelos órgãos próprios dos respectivos sistemas de ensino.

2.4 - O Grupo externa sua mais profunda preocupação com o fato de que os recursos alocados ao Programa do Livro Didático haja sofrido significativa queda, a preços constantes, para o exercício de 1982, o que trará prejuízo considerável no atendimento da clientela do ensino de 1º grau. Recomenda, pois, reestudo de alocação de recursos, implementando-se o PLIDEF de formas a manter o atendimento médio por alunos, existente no último quinquênio (1977-1981).

2.5 - O Grupo recomenda que o MEC, ao reformular o mecanismo de funcionamento da CNAE, adote fórmulas de repasse direto dos recursos aos Estados, para que estes se incumbam da aquisição e distribuição descentralizadas de mercadorias. Acredita-se que isso represente estímulo às economias locais e poupança em termos de custo/benefício social.

2.6 - O Grupo adota como seu o documento elaborado pela Secretaria de Educação de Pernambuco, sobre repasse de

recursos do salário-educação, eliminando as referências aos aspectos regionais e incorporando ao citado documento, em substituição ao último parágrafo, o seguinte:

"Propõe-se que as Secretarias de Educação em cada um dos Estados se empenhem com os respectivos Governadores, no sentido de uma atuação direta junto à Presidência da República para imediata normalização dos repasses das cotas estaduais do salário-educação, retidas indevidamente desde janeiro/81, sem o que haverá total colapso das programações em desenvolvimento, inclusive da distribuição da merenda escolar".

2.7 - Quanto à política relativa ao ensino de 2º grau propõe-se que:

- a) seja alterada a Lei 5692/71, visando à eliminação da exigência de predominância da parte de formação especial sobre a de educação geral. Tal alteração deverá permitir a execução de novos esquemas de profissionalização que atendam às reais condições do mercado de trabalho;
- b) sob a coordenação do MEC, e com a cooperação de outros organismos direta ou indiretamente ligados à formação profissional, sejam implementados estudos que definam perfis ocupacionais nos três setores da economia, considerando-se especialmente a carência de pesquisas no âmbito do setor primário.

2.8 - O Grupo manifesta seu apoio à orientação adotada pelo Ministério da Educação e Cultura e pelo Conselho Federal de Educação no sentido de ampla consulta aos setores interessados, na hipótese de alteração da Lei 5692/71.

2.9 - Que seja examinada, com urgência, na política

tributária do País, forma mais adequada de aplicação dos incentivos fiscais, diretamente vinculados às várias ações culturais.

2.10 - Educação e Cultura devem ser objeto de uma só política integrada, respeitadas as metodologias próprias.

2.11 - Efetiva integração intersetorial Ministério da Educação e Cultura, Secretarias Estaduais e Municipais, na elaboração e execução de programas culturais visando ao incentivo e à promoção de produção cultural da comunidade. Estado patrocinando e não produzindo cultura.

2.12 - O Grupo entende que deve ser adotada política que desestimule o envolvimento dos municípios com o ensino superior.

2.13 - Que o Sistema Nacional de Telecomunicações determine a obrigatoriedade de que as emissoras e redes de rádio e TV comerciais reservem espaço de tempo para a produção própria e transmissão de programas culturais regionais.

2.14 - Estímulo ao uso de formas diversas de Teleducação desde que adequadas às diferentes realidades brasileiras, suas necessidades e interesses.

2.15 - Em princípio, o Grupo considera pertinente a adoção da sistemática de convênio único do Ministério da Educação e Cultura com as Unidades da Federação. Considerando, contudo, a problemática legal e operacional decorrente de um novo mecanismo, propõe um prazo de 60 (sessenta) dias para as Secretarias encaminharem sugestões sobre a matéria.

2.16 - O Grupo entende que, no momento, não é possível manifestação a respeito das atividades desenvolvidas pela

SECRETARIA DE ENSINO DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS que poderiam ser transferidas aos sistemas de ensino. Solicita, pois, que o Ministério da Educação e Cultura comunique aos sistemas de ensino quais seriam as atividades passíveis de transferência, para a devida apreciação e pronunciamento.

2.17 - Sugere-se que o Ministério da Educação e Cultura seja, efetivamente, o articulador e coordenador na permuta de informações e experiências entre os sistemas de ensino.

2.18 - Que a Educação Física seja, em todos os Estados, realmente implementada na pré-escola e nas quatro primeiras séries do 1º grau, e que o MES/SEED financie capacitação de recursos humanos, aquisição de materiais e instalações.

2.19 - Sugere-se à Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação e Cultura, que oriente metodologicamente a prática da Educação Física na Escola, com vistas à utilização, sempre que possível, das manifestações da cultura regional.

Terminando, é de se ressaltar que o Grupo procurou cingir-se a questões de cunho eminentemente operacional, salvo eventuais exceções. Para isso, foi de ponderável valia a abertura proporcionada pela Comissão Executiva do ENCONTRO, quando solicitou e, mesmo, induziu críticas e questionamentos a processos e estilos de ação do MEC.

III ENCONTRO NACIONAL DE SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

GRUPO III

ALAGOAS

BAHIA

ESPÍRITO SANTO

FERNANDO DE NORONHA

SERGIPE

ERALDO TINOCO MELO

COORDENADOR RELATOR

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA BAHIA

## GRUPO III

ALAGOAS

BAHIA

ESPÍRITO SANTO

FERNANDO DE NORONHA

SERGIPE

Coordenador e Relator: Eraldo Tinoco Melo  
Secretário de Educação e Cultura da Bahia

### 1. EDUCAÇÃO BÁSICA

O grupo resolveu considerar como válido o conceito atribuído pelo MEC à educação básica, em seu conteúdo e amplitude, depois de entender:

- a) que as questões levantadas em torno do risco de defasagem entre o discurso e a prática podem ser encaminhadas desde que a abordagem do problema se faça, a partir de uma ótica, ao mesmo tempo, econômica, política e pedagógica;
- b) que o esforço do órgão federal, no sentido de implementar uma linha de atuação com base no trabalho participativo, deve ser valorizado, assumindo, porém, as SECS uma atitude crítica de "alerta", a fim de que seja preservada, do ponto de vista político, à necessária autonomia para tomar as decisões que lhes são pertinentes, e, do ponto de vista administrativo, sejam, também, preservadas as peculiaridades regionais e/ou estaduais.
- c) que, coerente com este posicionamento, sente-se o grupo

responsável pela colocação de algumas recomendações, quase "advertências":

#### 1.1 - RECOMENDAÇÕES GERAIS

- a) a captação de novos recursos e a racionalização dos recursos existentes são condições básicas para a operacionalização das diretrizes expressas no documento do MEC;
- b) a integração interministerial é passo indispensável na definição da estratégia que possa assegurar a efetivação do modelo de educação básica, na perspectiva apresentada;
- c) faz-se indispensável a definição de diretrizes regionais e/ou estaduais, a fim de informar ao MEC quanto à delimitação de conteúdos mínimos e área de abrangência, na estreita dependência das expectativas e condições locais.

#### 1.2 - RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS

O grupo orientou-se pelo roteiro proposto, destacando em relação ao item 1:

- a) a ênfase na educação pré-escolar deve ser entendida como um esforço, no sentido de garantir o desenvolvimento nutricional e de saúde, visando à psico-motricidade e à socialização.

Uma preocupação básica deve presidir a expansão dos programas, qual seja, garantir a nível de 1º grau, a absorção da clientela resultante do aumento da demanda;

- b) em relação ao 1º grau, destaca-se a necessidade de consolidar o esforço voltado para a melhoria da qualidade do ensino, nas séries iniciais, com ênfase na alfabetização.

A prioritzação deste segmento de escolaridade torna relevante o aspecto da composição curricular diversificada, atendendo-se a imperativos de ordem sócio-econômica, que indicam a necessidade de definir conteúdos e estratégias, com base no perfil de cada comunidade;

- c) a iniciação para o trabalho deve ser encarada como uma opção necessária, principalmente nas áreas onde a oferta de outros níveis de ensino seja precária, a fim de possibilitar ao indivíduo o instrumental mínimo para seu desenvolvimento integral. Nesse sentido, necessário se torna um investimento inicial, para garantir a ampliação de experiências já iniciadas, sob a denominação de "Escola de Produção";
- d) as avaliações sobre o processo de implantação da reforma, a nível de 2º grau, embora esparsas e não sistematizadas, acredita-se que já são suficientes para apontar caminhos alternativos, no sentido do seu redirecionamento.

O redimensionamento dos currículos deverá oportunizar de um lado, a ênfase na educação geral, através da aquisição de um instrumental teórico, indispensável ao exercício da iniciação crítico-reflexiva; e de outro, mediante o redimensionamento dos conteúdos de formação especial, deverá oportunizar uma efetiva prática produtiva na escola (escola de produção).

A necessidade de captação de recursos específicos para este segmento de escolaridade, dentro da perspectiva de educação básica, sugere a ênfase na criação de mecanismos de auto-sustentação, capazes de assegurar relativa autonomia financeira, facilitadora da autonomia administrativo-pedagógica.

Assim, a escola de 2º grau deve ser uma escola comunitária

(dimensão especial), de administração mista (dimensão política), capaz de propiciar aos egressos de seus cursos, mediante uma aprendizagem de iniciação crítica e produtiva (dimensão pedagógica) um instrumental (teórico-prático) para sua prática de vida;

- e) o ensino supletivo deve ser acionado, não apenas para possibilitar as superações de deficiências na escolarização do indivíduo, mas, também, para dotá-lo de condições para enfrentar o mercado de trabalho. Deve ser encarado, portanto, como mecanismo de promoção sócio-educativo e cultural;
- f) entre as medidas necessárias à melhoria do rendimento da educação pré-escolar e do ensino de 1º e 2º graus, incluem-se a renovação de esquemas e de estratégias de formação de professores e a revitalização das instituições encarregadas dessa formação, a fim de que possam elas atender às solicitações do atual contexto educacional.

Torna-se necessária, então, a reorganização da estrutura e do funcionamento dos cursos de habilitação, em nível de 2º grau, para o Magistério de 1º grau (Escolas Normais), de maneira a possibilitar a melhoria do produto desses cursos e a ampliação de suas funções. O potencial dessas Escolas poderá ser plenamente aproveitado, em benefício dos sistemas, incentivando-se a realização de estudos apcionais para formar o especialista em educação pré-escolar, educação física, educação artística, educação de adultos e outros, bem como atribuindo-lhes a responsabilidade de atualizar e de aperfeiçoar os professores em exercício.

Por outro lado, torna-se imprescindível que as instituições de ensino superior reorganizem a oferta de cursos e atualizem seus currículos, a fim de que possam atender a

demandas de professores e especialistas para o ensino de 1º e 2º graus. Cita-se, como exemplo, a habilitação de professores para a área de formação especial do currículo do ensino de 1º grau;

- g) o envolvimento da comunidade deve estar centrado na escola, que pode ser utilizada, inclusive como polo de desenvolvimento cultural, tanto de alunos quanto da família e população em geral, visando criar um comprometimento mútuo;
- h) recomenda o grupo a necessidade de um apoio cada vez maior aos municípios brasileiros, para que possam ampliar funções educacionais que lhes são atribuídas. Julgamos que só uma Reforma Tributária e/ou reestudo do financiamento da educação poderão assegurar fontes de recursos indispensáveis a esse desempenho;
- i) reconhece-se a validade do envolvimento e a gradual transferência aos Estados de responsabilidades cada vez maiores em relação à alimentação escolar, livro didático e a outros serviços de assistência ao educando.

A regionalização do livro didático é indispensável para que seja reflexo das aspirações, costumes e motivos do meio, dentro do contexto cultural, como instrumento de formação do homem, do ponto de vista da vida que vai levar e viver na sua região. O estímulo à produção local do livro didático contribuirá para a produção local, no reconhecimento da existência de parques gráficos que respondam às demandas da região.

Salientamos os excelentes resultados da elaboração e publicação das cartilhas para o meio rural editadas localmente.

A alimentação deve adequar-se a aspectos quantitativos e qualitativos, ajustada ao cardápio regional e aos hábitos alimentares. As escolas devem ser estimuladas a produzir alimentos que servirão de subsídio e apoio ao programa.

## 2. INTERAÇÃO MEC/UNIDADES DA FEDERAÇÃO E UNIDADES DA FEDERAÇÃO/MEC

Entende o grupo que a sistemática proposta para o relacionamento MEC/Unidades da Federação é plenamente válida, desde que possibilite uma maior agilização dos programas e projetos e assegure um melhor exercício da autonomia dos diversos níveis de governo.

Entretanto, a minuta de convênio único apresentada deve ser melhor analisada para equacionamento de alguns óbices evidenciados. Sugere-se, ainda, que a cooperação técnica entre as Unidades da Federação seja estimulada, no sentido de melhor aproveitamento das experiências inovadoras que vão surgindo nos diversos pontos do País.

## 3. A EDUCAÇÃO FÍSICA E O DESPORTO ESCOLAR

É indispensável que o MEC destine recursos para a construção e equipamento de áreas de educação física e desporto nas escolas já existentes, bem como promova meios para que as novas unidades, a serem construídas, possam dispor desses equipamentos. Julga-se importante a ajuda efetiva no envio de delegações estaduais aos jogos Escolas Brasileiras, realizados anualmente.

#### 4. CONTRIBUIÇÃO DA UNIVERSIDADE

Considerando-se as prioridades definidas, a Universidade poderá participar nas seguintes áreas e ações:

- desenvolver pesquisas voltadas para o ensino de 1º e 2º graus;
- redefinir o perfil do professor que está sendo formado, para que corresponda aos interesses e expectativas dos sistemas de ensino;
- colaborar no redirecionamento dos currículos do ensino de 2º grau e
- organizar esquemas de estágio que subsidiem o ensino de 1º e 2º graus, com a participação dos estagiários nesses níveis de ensino.

III ENCONTRO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO

GRUPO IV

CEARÁ  
PIAUÍ  
RIO GRANDE DO NORTE  
PERNAMBUCO

GRUPO IV

CEARÁ  
PIAUÍ  
RIO GRANDE DO NORTE  
PERNAMBUCO

RELATÓRIO

1. Os trabalhos foram coordenados pelo Professor Dionísio Dalton da Rocha Correia e Relator o Secretário de Cultura do Piauí, Professor Wilson de Andrade Brandão. Quanto ao primeiro item, relacionado com estratégias e mecanismos para atendimento da educação básica, propõem-se:

- 1) A participação comunitária sem que isto implique exploração, adotando-se, para isto, mecanismos de contrapartida para desenvolvimento da comunidade.  
  
Mobilização de organização da comunidade tendo em vista seu envolvimento na construção, equipamentos e manutenção da escola.
- 2) Proposição da reativação dos Conselhos de Escolas, com envolvimento de toda a comunidade.
- 3) Apoio, fortalecimento e ampliação dos programas PRODASEC e PRONASEC, inclusive na área cultural.
- 4) Maior flexibilidade nas transferências de recursos alocados, sem necessidade de contínuas prestações de contas.

- 5) Maior estreitamento entre as ações culturais e educativas valorizando os eventos culturais, tais como: eventos cívicos, folclóricos, teatrais, etc.
- . Enfatizar o levantamento das necessidades culturais e educacionais da comunidade, para a resposta do trabalho efetivo a ser realizado;
  - . Atuação prioritária na área periférica urbana, em face da pressão constante das migrações;
  - . Estímulo à atividade artesanal, com a orientação técnica para o aperfeiçoamento das peças produzidas;
  - . Valorizar as manifestações cívicas a tradicionais, principalmente as folclóricas; ocupar os locais disponíveis - Centros Cívicos e Urbanos, Igrejas, Salão de Espetáculos, de entidades, etc. - interessando a comunidade não apenas para colaborar nos eventos da escola, mas para avaliar as suas próprias necessidades.
- 6) Fortalecimento dos cursos de formação de professores a nível de 1º grau.
- 7) Maior entrosamento entre as escolas normais e os movimentos comunitários.
- 8) Melhor remuneração dos professores de 1º Grau.
- 9) Apoio total e solicitação de rapidez na implementação dos instrumentos propostos pelo MEC, tais como:
- a) Convênio Padrão
  - b) transferências de recursos do salário-educação para o Banco do Brasil e deste, para os Bancos Estaduais.
  - c) Prestação de contas facilitadas por intermédio dos Tribunais de Contas Estaduais.

- 10) Apoio ao MEC em relação aos outros Ministérios na captação dos recursos.
  - 11) Continuidade nos programas iniciados.
2. Quanto a interação MEC e Unidades Federadas, propõem-se:
- 1) Participação das Secretarias de Educação na reestruturação do NOBRAL - mais especificamente ao que diz respeito à Educação Pré-Escolar.
  - 2) Alocação de recursos oriundos do salário-educação, para Formação de Professores de 1º Grau (Escolas Normais).
  - 3) Formação específica nas escolas normais para educação pré-escolar.
  - 4) Que os recursos da área internacional também sejam aplicados na área cultural.
  - 5) Planejamento de fato participativo entre o MEC e as Unidades Federadas.
  - 6) Transferências de recursos da área federal para pagamento de professores.
  - 7) Reformulação dos currículos das Escolas de Educação Física, com insistência para a formação correta de professores de Educação Física, voltada para a formação profissional para ministrar de fato a Educação Física e não o Desporto.
  - 8) Obrigatoriedade da Educação Física em forma de jogos recreativos na formação corporal do pré-escolar.

- 9) Insistir para que seja cumprida obrigatoriedade da Educação Física no 2º Grau e o aperfeiçoamento do atleta escolar, para formação do atleta de alto nível.
- 10) Supervisão efetiva do MEC/SE, para efetiva aplicação da Educação Física nas Escolas Oficiais e Particulares.
- 11) A criação, já prevista no Decreto 80.228/81 dos Departamentos Municipais de Educação Física e Desportos nas Prefeituras, principalmente nas capitais e nas maiores cidades de cada Estado, com vistas a Educação Pré-Escolar.
- 12) Educação Física de 1.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> séries com professores de nível pedagógico com treinamento em educação física ou curso adicional.
- 13) Desenvolver ações de modernização administrativa, de forma a organizar e regulamentar as atividades do Desporto e integrá-lo ao desporto comunitário ou formal.

3. A Universidade deve manter laços mais estreitos com o magistério de 1º e 2º graus, atendendo as seguintes sugestões:

- 1) Treinamento de recursos humanos ao nível de 3º grau nas diversas áreas pedagógicas.
- 2) Pós-graduação em áreas de planejamento educacional e cultural.
- 3) Colaboração com as Escolas como parte da interiorização da Universidade.
- 4) Treinamento de discentes na área de educação, nas Escolas Oficiais de 1º e 2º Graus.

- 5) Na área de pesquisa.
- 6) Programação conjunta de extensão das Secretarias de Educação e das Universidades, sobretudo na área do desenvolvimento cultural.

### III ENCONTRO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO

GRUPO V

PARÁ  
AMAZONAS  
MARANHÃO  
GOIÁS

ALDO GOMES DA COSTA  
COORDENADOR  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO AMAZONAS

ADJAIR DE LIMA E SILVA  
RELATOR  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE GOIÁS

GRUPO V

RELATÓRIO

PARTICIPANTES

Dionísio João Hage	Secretário de Educação/PA
Manoel Viegas Noutinho	Assessor/PA
Olavo Lira Maia	Secretário de Cultura/PA
Eliana Brito Franco	Assessora/PA
Aldo Gomes da Costa	Secretário de Educação e Cultura/AM
Maria das Graças P.Costa	Assessora/AM
Firmino Alves Campello	Assessor/AM
Maria de Lourdes Hawatt	Assessora/AM
Antonio Carlos Beckman	Secretário de Educação e Cultura/MA
Maria A.Coelho F. Dias	Assessora/MA
Maria Telma Almeida	Assessora/MA
José Ribamar Pinheiro	Assessor/MA
Adjair de Lima e Silva	Secretário de Educação/GO
Jovelina B. da Silva	Assessora/GO
Ruth Clair J. Kumagai	Assessora/GO
Benevide Mamede	Assessor/GO
Aguinaldo O. de Almeida	Secretário de Cultura/GO
Roland Vieira Nunes	Assessor/GO
Cândida R.M. de Oliveira	Subsecretária de Apoio Técnico-Pedagógico/SEPS/MEC
Milton Cabral Viana	Coordenador/PRONASEC/SEPS/MEC
Rogério de A. Córdoba	Assessor/SESU/MEC
Marieta da S. Carvalho	Assessora/SEED/MEC
Maria Cecília L.Fonseca	Assessora/SEC/MEC
Nilza V.F. Pereira	Assessora/FNDE/MEC
Florinda M.P. de Almeida	Assessora/SEPLAN/SG/MEC
Eliana B.P. Aun	Assessora/ELETRONORTE/TUCURUI

Rosa M. de S. A. Barbosa Assessora/ELETRONORTE/TUCURUI

Coordenador

Aldo Gomes da Costa Secretário de Educação e Cultura  
do Amazonas

Relator

Adjair de Lima e Silva Secretário de Educação de Goiás

ANÁLISE DO DOCUMENTO PROPOSTO

1. Educação Básica

1.1 - Pré-Escolar:

A par da importância que se deve dar à educação da criança na fase dos 4 a 6 anos, o grupo chegou às seguintes conclusões:

- buscar um imediato reordenamento dos recursos hoje investidos em atividades de pré-escolar, inclusive os relativos a incentivos fiscais, direcionando-os para o MEC;
- centralizar o controle do programa nos seus aspectos institucionais e operacionais, a nível federal no MEC e a nível estadual nas Secretarias de Educação;
- definir, como área prioritária de ação, as periferias urbanas e a zona rural;
- definir uma estratégia de recursos humanos, envolvendo os seguintes aspectos:

- .. vínculo funcional a cargo dos estados e municípios;
- .. capacitação mínima para o exercício do magistério, a nível de 2º grau;
- .. revisão dos currículos de magistério, com abertura para formação do professor de pré-escolar;
- propiciar a criação, nos Estados, de uma central de produção de material de ensino-aprendizagem, com a efetiva participação das Secretarias de Cultura, onde for o caso;
- orientar o processo de educação, dando ênfase especial à integração social, à alimentação e à saúde;
- buscar o maior comprometimento possível da comunidade no programa pré-escolar;

#### 1.2 - O Ensino de 1º Grau:

Na análise deste tópico houve uma aceitação geral quanto aos itens: expansão da escolaridade, melhoria do rendimento, utilização dos meios de comunicação na expansão da escolaridade, integração entre o ensino regular e o supletivo, participação do MEC no apoio ao ensino de 1º grau através da SEPS e aumento de recursos para o financiamento do ensino de 1º grau.

Acresça-se à essa concordância as seguintes sugestões:

- deverá o MEC definir uma política própria de capacitação de recursos humanos visando, principalmente, vincular a Universidade como elemento de execução dessa política junto às Secretarias de Educação;

- dar ênfase à criação nos Estados de Centrais de Produção de Materiais de Ensino-Aprendizagem também para o 1º grau;
- promover maior divulgação das experiências regionais como forma de estimular a criatividade e propiciar o intercâmbio de idéias;
- reordenar os recursos da área de educação, direcionando-os para o MEC, principalmente os do Ministério da Agricultura, Previdência e Saúde;
- promover um amplo debate com os Conselhos Estaduais de Educação visando adaptar suas ações a nova sistemática.

#### 1.3 - O Ensino de 2º Grau:

Constatando como realidade das regiões representadas no grupo que a sistemática do ensino de 2º grau, imposta pela Lei nº 5.692, pode representar os anseios de uma população, mas não corresponde à realidade conjuntural vivida no dia a dia, mormente no que diz respeito a relação ensino-mercado de trabalho, o grupo concluiu pela postura de deixar de analisar o capítulo, por entender ser absolutamente urgente e necessária uma total revisão da Lei de diretrizes e bases no que diz respeito à obrigatoriedade da profissionalização no ensino de 2º grau.

#### 1.4 - Ensino Supletivo:

No que se relaciona ao ensino supletivo, encontrou-se uma concordância quanto aos tópicos enunciados fazendo-se apenas a ressalva de que deve haver um efetivo programa de apoio do MEC à expansão dos Centros Estaduais de Ensino Supletivo.

1.5 - Também concordância foi encontrada com relação aos princípios gerais que nortearão a operacionalização dos programas de educação básica e a nova sistemática de relacionamento entre a SEPS e os sistemas estaduais de ensino, questionando-se apenas a validade de maior envolvimento do MEC na área do pré-escolar por entender que os trabalhos de participação comunitária, voltados para o ordenamento de nossa pirâmide etária através da implementação de uma política de planejamento familiar, como ação educativa, tem maior valia em relação ao quadro conjuntural sócio-econômica, para o futuro do País, vez que as atividades de pré-escolar poderão ser desenvolvidas diretamente pelas Secretarias de Educação.

2. Integração da Universidade com as Secretarias de Educação para o desenvolvimento da educação básica

Por filosófica e não conclusiva a proposta, o grupo optou por sugerir, mais uma vez, a necessidade de que os sistemas estaduais encontrem respaldo junto à Universidade para o desenvolvimento de política de capacitação de recursos humanos, principalmente nos estados com alto índice de leigos e com baixa oferta de cursos de licenciatura.

Ressalte-se que o entendimento é no sentido de que essa postura venha a ser adotada como política do MEC através da SESU, buscando principalmente a licenciatura curta e parcelada ou outras formas correlatas de capacitação, ressalvando-se que essa prática somente deverá ocorrer em Estados onde a licenciatura ainda não esteja interiorizada e a baixa capacitação do professor seja fator decisivo na má qualidade do ensino.

### 3. Integração das atividades desportivas no desenvolvimento da educação básica

A importância da atividade desportiva como fator de educação básica, aliada a anemia dos recursos ora disponíveis na SEED, fizeram com que, embora concordando com a sistemática proposta, o grupo questionasse o atual sistema desportivo brasileiro, no qual o desporto comunitário que recebe maior ênfase e apresente menor resultado, devesse ser direcionado, em termos de recursos e ação, para a escola, configurando-a assim, como um efetivo instrumento da comunidade e dando à prática desportiva muito mais validade e eficiência, por estar estreitamente ligada a um processo educativo.

### 4. A importância das aplicações tecnológicas no desenvolvimento integrado da Educação, Cultura e Desporto

A busca de maior aproximação com o SEAT, a validade da alternativa de teleducação e a conquista de novos espaços educativos, através da utilização dos veículos de comunicação e da aplicação de novas tecnologias, encontraram ponto consensual na opinião do grupo.

A atualização do rádio e da televisão, no entendimento dos participantes, poderá apresentar resultados extraordinários no oferecimento de programas educativos de saúde, trânsito e extensão rural, sendo, a par de sua aplicação no ensino regular, de extrema valia como política de capacitação de recursos humanos, no treinamento de professores leigos.

### 5. Política Nacional de assistência ao educando

A reformulação proposta para o Setor, quanto ao reordenamento

da FENAME, CNAE e DAE e as novas diretrizes fixadas para o Setor inegavelmente encontra eco junto aos sistemas estaduais.

#### 6. Salário-Educação

A importância de uma sólida base financeira para a execução do programa educacional faz com que o salário-educação, único suporte real do Setor, seja uma preocupação constante de todos nós.

A sua periódica revitalização, como forma de suportar os crescentes encargos do setor, nos parece salutar e oportuna, razão porque as alterações propostas, no que diz respeito às empresas agrícolas e alteração da sistemática de bolsas de estudo, na relação empresa privada e sistema privado de ensino, recebeu, da parte do grupo não só a concordância como o aplauso, merecendo preocupação apenas no que diz respeito aos critérios de repasse do recurso aos Estados, tendo em vista as diferenças regionais.

O quadro atual, onde a retenção das quotas estaduais por parte do Ministério da Previdência, tendo posto em risco a estabilidade dos Sistemas Estaduais, fez com que integrantes do grupo resolvessem subscrever e hipotecar irrestrito apoio ao documento produzido pela Secretaria de Educação de Pernambuco sob o título: "A retenção da quota estadual do salário-educação é ato ilícito".

#### 7. Integração da Cultura na Educação Básica

Apoio às manifestações, bens e segmentos culturais, através do desenvolvimento de ações planejadas pelo setor cultural e

intentadas aos conteúdos programáticos dos currículos da pré-escola até a Universidade, buscando proporcionar o surgimento de valores que possam emergir da classe estudantil e predispor a referida classe ao consenso dos bens e eventos culturais.

Treinamento de recursos humanos, em especial, para o pré-escolar e 1.<sup>a</sup> fase do 1º grau, para o desenvolvimento de conteúdos dentro da grade curricular existente, voltados para a conscientização da necessidade e importância da preservação dos bons e valores culturais e patrimoniais de sua terra e sua gente.

## 8. Outras Questões

### 8.1 - FPE e FPM

A carência de recursos financeiros, a dificuldade de identificação de fontes alternativas e a constatação de que os efeitos do Decreto nº 83.556 de 07/06/79 que reformulou a obrigatoriedade de aplicação dos recursos do FPE e FPM no setor educação, trouxe sérios prejuízos para a atividade no âmbito dos Estados e Municípios levam o grupo a propor ao Ministério buscar junto ao escalão superior o retorno ao estado anterior disciplinado pelos Decretos 77.565 e 81.967 em que se exigia a obrigação da aplicação de 20% desses recursos na área de educação.

Sugere-se entretanto que o percentual seja vinculado da seguinte forma:

- 10% ao ensino formal
- 5% à educação física e desporto
- 5% ao Setor Cultural

## 8.2 - Reforma Tributária

A necessidade de um maior comprometimento do povo com o processo de desenvolvimento, o fortalecimento da cédula municipal como forma de se atingir esse desiderato levou o grupo a propor seja feito chegar até a Presidência da República o ponto de vista dos Secretários de Educação da necessidade de uma urgente e imediata reforma tributária oferecendo maior participação aos estados e municípios.

## 9. As transferências dos recursos federais alocados ao MEC para os Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios

Tendo em vista o alcance da proposta e as diferenciações regionais existentes, considerou-se preliminarmente a medida como salutar e saneadora do ponto de vista burocrático e acordou-se que o assunto seria discutido inicialmente a nível estadual e posteriormente repassada cada posição do MEC.

III ENCONTRO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO

GRUPO VI

ACRE  
RONDÔNIA  
RORAIMA  
AMAPÁ  
MATO GROSSO

ALVARO LUSTOSA PIRES  
COORDENADOR  
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO TERRITÓRIO DE RONDÔNIA

IRIS CÉLIA CABANELAS  
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO ESTADO DO ACRE

## GRUPO VI

ACRE  
RONDÔNIA  
RORAIMA  
AMAPÁ  
MATO GROSSO

Coordenador: Prof. Alvaro Lustosa Pires

Secretário de Educação do Território de Rondônia

Relatora: Prof.<sup>a</sup> Iris Célia Cabanellas

Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Acre

### 1. EDUCAÇÃO BÁSICA

Um programa de ação de Educação Básica, na perspectiva do desenvolvimento cultural, deve fundamentar-se nas necessidades, aspirações e possibilidades da comunidade a que se destina.

O planejamento participativo é o instrumento dinamizador do processo de diagnóstico, da busca de soluções para essas necessidades, aspirações e identificação das possibilidades da comunidade, no seu contexto sócio-econômico e cultural.

#### 1.1 - Recomendações

- a) que a prioridade dos programas e projetos para atendimento da educação básica esteja sempre a cargo dos sistemas de ensino, que centralizarão suas ações nas necessidades das comunidades, oferecendo maior atendimento às mais carentes, a fim de minimizar essas carências, buscando um

certo equilíbrio social;

- b) que seja buscada a conjugação de esforços de todas as forças vivas da comunidade - esta entendida no seu sentido mais amplo: instituições públicas e particulares, famílias, lideranças locais - no desenvolvimento das ações de promoção humana;
- c) que os currículos e programas de Educação Básica sejam adequados às realidades locais e embasados nos contextos culturais específicos;
- d) que a capacitação dos recursos humanos seja adequada às possibilidades dos professores, às necessidades do sistema e às realidades locais;
- e) que sejam respeitados os valores culturais e seja promovida a integração do homem ao seu meio físico e social, através de:
  - produção de material de aprendizagem local;
  - uso de produtos alimentares regionais;
  - incentivo ao cooperativismo e aos pequenos produtores;
  - conhecimento, utilização e preservação dos recursos naturais existentes nas comunidades.
- f) que o sistema de concessão de bolsas ofereça:
  - bolsa de alimentação para o pré-escolar;
  - bolsa-trabalho para o estudante das escolas normais, a fim de que possam atuar na monitoria do pré-escolar e em outras atividades comunitárias.
- g) que se conduza a comunidade a refletir sobre problemas e

necessidades da criança na 1.<sup>a</sup> infância, sobre a importância do seu atendimento e que se desenvolva uma ação comunitária na área de atendimento ao pré-escolar.

## 2. INTERAÇÃO MEC/SEC e SEC/MEC

A interação MEC/SEC, SEC/MEC e a cooperação horizontal (intersetoriais) nos níveis Federal, Estaduais e Municipais e entre as próprias secretarias é fator básico no fortalecimento e na consolidação dos objetivos educacionais.

### 2.1 - Recomendações

- a) que as propostas orçamentárias do MEC reflitam as reais necessidades dos sistemas estaduais de ensino e que, ainda em 1981, seja esboçada a programação orçamentária de 1983;
- b) que haja maior fluidez, por parte do MEC, nas comunicações administrativas;
- c) que se faça divulgação de experiências e atividades técnicas realizadas pelos Estados;
- d) que o MEC promova cooperação técnica em âmbito regional;
- e) que seja produzida uma única sistemática operacional, eliminando ou compatibilizando as existentes, a fim de facilitar o planejamento;
- f) que o NOBRAL promova cooperação técnica operacional aos Estados, planejando as ações em conjunto e que haja troca constante de informações.

### 3. PROGRAMAÇÃO

- a) que nenhum programa do MEC seja implantado sem consulta prévia e de preferência sejam elaborados a partir das necessidades dos sistemas de ensino;
- b) que gradativamente os sistemas estaduais de ensino assumam a execução e avaliação das atividades planejadas na respectiva Unidade da Federação.

### 4. AÇÃO DA UNIVERSIDADE

Considerando as áreas de ação: ensino, pesquisa e extensão da Universidade, a realidade e peculiaridades de cada Unidade da Federação aqui representadas e a perspectiva de integração dos sistemas de 1º, 2º e 3º graus, o grupo propõe:

- a) que as Universidades, com suas atividades de pesquisa, extensão, atendam às necessidades reais dos sistemas de 1º e 2º graus e para tal reformulem o currículo de formação do magistério;
- b) que a Universidade promova a habilitação dos docentes do sistema de ensino de 1º e 2º graus, ainda não habilitados, com recursos próprios ou a ser conquistados por ela;
- c) que as Universidades incorporem os normalistas nas suas atividades de pesquisa e extensão.

### 5. EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO ESCOLAR

Na área de Educação Física e Desporto escolar o grupo propôs que se leve em consideração:

- a) a capacitação de recursos humanos para a educação física e atividades de lazer para o pré-escolar, para a clientela do ensino especial e para a do ensino de 1º grau, em geral;
- b) a conscientização da comunidade quanto à importância da educação física e do desporto, em geral;
- c) que as atividades de esporte de massa deva ser um ponto de partida para o desenvolvimento social;
- d) o aproveitamento dos recursos naturais, no tocante às atividades de recreação, desde o pré-escolar ao ensino do 1º grau, especialmente nas 4 (quatro) primeiras séries.

## 6. OUTRAS RECOMENDAÇÕES DO GRUPO

- a) a preocupação com a melhoria da qualidade do ensino deve nortear todas as ações da escola;
- b) a dignificação do magistério, através da melhoria salarial dos professores, deve ser prioridade para os administradores, considerando-se a responsabilidade que assumem em todo o processo educacional, esses heróis nacionais;
- c) que sejam dispensados aos professores tratamentos especiais que resultam em salários indiretos como: a casa própria junto ao BNH, facilidades de saúde e previdência social, ajudas de custo com relação a deslocamentos e aquisição de livros e outros;
- d) que o ensino profissionalizante seja repensado face ao mercado de trabalho na região;
- e) inclusão no C.F.E. de um representante da Região Norte;

- f) que o Estado de Mato Grosso receba tratamento nas mesmas proporções dispensadas às Unidades da Federação das Regiões Norte e Nordeste, quanto ao Salário-Educação;
- g) redefinição das competências das Delegacias Regionais do MEC;
- h) que a SEPS promova o aproveitamento de horário ocioso do rádio e televisão, buscando identificar as interfaces;
- i) adoção por parte do MEC, de relatórios administrativos, em vez de documentos analíticos de despesa, não somente observando a formalização processual das despesas mas, sobretudo, o atingimento dos objetivos propostos, os quais deram origem à transferência feita;
- j) que a Universidade promova a criação de programas diversificados de estágio curricular, como instrumento pedagógico privilegiado para renovação da metodologia de ensino, efetivamente comprometido com os problemas da comunidade local;
- l) que o MEC assegure a continuidade deste esforço de plenajamento, face a conjuntura política.

MINISTERIO DA EDUCACAO E CULTURA - MEC  
SECRETARIA DE ENSINO DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS - SEPS  
FUNDACAO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZACAO - MOBRAL

ENCONTRO NACIONAL  
DE COORDENADORES ESTADUAIS  
E TERRITORIAIS

RIO DE JANEIRO  
23 A 26 DE JUNHO DE 1981

TEMA

O POSICIONAMENTO DO MOBRAL  
NO CONTEXTO DOS OBJETIVOS DA SEPS

OBJETIVO

FORNECER ORIENTAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO  
DAS ATIVIDADES NO SEGUNDO SEMESTRE/81

PERÍODO

DE 23 A 26 DE JUNHO DE 1981

LOCAL

HOTEL MIRAMAR  
Av. ATLÂNTICA, 3668  
COPACABANA

FONE

247-6070

## PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO DE COORDENADORES

DIA: 23/06/81

HORÁRIO	ASSUNTO/ATIVIDADE	OBJETIVO	TÉCNICA	RECURSO	RESPONSÁVEL
8h15min às	Objetivos, diretrizes e estratégias do MEC/SEPS, que vão fundamentar o trabalho do MOBRAL	Conhecer detalhadamente os objetivos, diretrizes e estratégias, estabelecidas pelo MEC/SEPS.	Exposição Esclarecimentos	Transparências Documentos: 1. O Compromisso da Educação Básica e as Relações entre SEPS e Unidades Federadas  2. Diretrizes e Reorganização Administrativa do MEC.  3. Resumo do Doc. "O Compromisso da Educação Básica e as Relações entre a SEPS e os Sistemas de Ensino".	Lamartine Pereira da Costa
9h30min às 10h	I N T E R V A L O				
10h às 11h	Recepção ao Ilmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura  Pronunciamento do Senhor Ministro	-	-	-	Dr. Claudio Moreira  Sr. Rubem Ludwig, Ministro da Educação e Cultura

11h às 12h	O MOBRAL no Contexto dos Objetivos da SEPS: <ul style="list-style-type: none"><li>• Reafirmação de Conceitos</li><li>• Detalhamento de atividades/prioridades</li><li>• Coordenação e Operação</li></ul>	Conhecer detalhadamente os conceitos, princípios, prioridades, projetos e operação que definem a posição do MOBRAL no contexto dos objetivos da SEPS.	Exposição Debate	Transparência Flip-chart Documento: 4. O MOBRAL NO CONTEXTO DOS OBJETIVOS DA SEPS.	Prof. Cleide Ramos AESPE
12h às 14h	A L M O Ç O				
14h às 16h	Compatibilização a. Relações do MOBRAL com as SEC no contexto da proposta de Educação Básica b. Alternativas de compatibilização c. Caracterizações da compatibilização (definições, riscos e limites, aspirações das SEC, conflito, negociação, etc).	Conhecer as condições e caracterizações da compatibilização com a SEPS	Palestra	Documentos: 5. Relações do MOBRAL e as Secretarias Estaduais no Contexto da Proposta da Educação Básica.  6. Discurso de Encerramento do Secretário Geral  7. Moções das Secretarias	Dr. Claudio Moreira
16h às 16h15min	I N T E R V A L O				
16h15min	Esclarecimentos	Tirar dúvidas com relação aos itens abordados na exposição	Debate		Dr. Claudio Moreira

HORÁRIO	ASSUNTO/ATIVIDADE	OBJETIVO	TÉCNICA	RECURSO	RESPONSÁVEL
9h às 11h	Compatibilização com as SEC	Em pequenos grupos, elaborar e apresentar estratégias que possibilitem a compatibilização com as SEC	Trabalho de grupo. Organizar 6 grupos, seguindo o mesmo esquema do Encontro dos Secretários em Brasília.	Lápis e papel	Coordenadores e Assessores dos grupos: 1. Gerso Noronha Filho 2. Maria Luiza Cavalcanti 3. Lamartine Pereira da Costa 4. Roberto Cunha 5. Ana Maria Coutinho 6. Ely Pereira Participarão também Gerentes e Chefes do MOBRAL Central. Em anexo, divisão dos grupos.
11h às 13h	Compatibilização com as SEC	Apresentar os resultados dos trabalhos de grupo	Relato	Lápis e papel	Relatores dos grupos
13h às 14h	A L M O Ç O				
14h às 15h	Sistematização	Debater sobre os principais pontos Conclusões	Debate		Dr. Claudio Moreira
15h às 15h15min	I N T E R V A L O				
15h15min	Assuntos gerais 1. Difusão 2. Estudo preliminar do modelo SUSUG 3. Novas linhas da GEPAC	Receber informações concernentes aos assuntos	Exposição	Transparência	Lamartine Pereira da Costa Nádia da Silva (SUSUG) Suzana Kaz (GEPED)
17h30min às 18h	Encerramento				Dr. Claudio Moreira

Dia: 25/06/81

HORÁRIO	ASSUNTO/ATIVIDADE	OBJETIVO	TÉCNICA	RECURSO	RESPONSÁVEL
8h às 12h	Oficina com áreas-meio	Resolver problemas refe- rentes às áreas-meio	Oficina		Gerentes de Área-meio
12h às 14h	A L M O Ç O				
14h às 17h	Oficina com áreas-fim	Resolver problemas refe- rentes às áreas-fim	Oficina		Gerentes de Área-fim

Dia: 26/06/81 - DESLOCAMENTO

## OFICINA

. é uma técnica de aprendizado e solução de problemas, na qual um grupo se reúne durante alguns dias (dois ou três, usualmente), formando grupos de trabalho de modo que todos os membros participem no planejamento, trabalho e avaliação.

## ORGANIZAÇÃO DA OFICINA

- alguém concebe a idéia e a área geral a ser explorada obtém aprovação e faz propaganda;
- designa-se um diretor para escolher o local, receber as inscrições, conseguir peritos, etc;
- o diretor abre a sessão inicial e dirige a sessão de estudo do problema;
- são relacionadas as áreas específicas nas quais os grupos gostariam de trabalhar, formam-se grupos de trabalho;
- os G.T. se reúnem, escolhem um diretor, um secretário e um representante, e começam a trabalhar nas áreas que lhes são atribuídas;
- a comissão de planejamento é formada e inicia seu trabalho planejando o restante da oficina;
- a comissão de planejamento submete o referido plano a todo o grupo, para estudo e aprovação;
- a comissão de planejamento transforma-se em comissão executiva para dirigir a oficina, inclusive as reuniões de síntese e avaliação;
- uma exposição final dada por alguém selecionado pela

comissão de planejamento, encerra a oficina.

Fontes consultadas:

- . Planejamento de ensino e Avaliação - de Clódia M. Turra e outros, Porto Alegre, PUC, 1975
- . Seminário de Preparação de Instrutores da ARSA - Aeroportos do Rio de Janeiro S.A. - Departamento de Pessoal.

ADAPTAÇÃO DA TÉCNICA DE OFICINA PARA O ENCONTRO DE  
COORDENADORES - JUNHO/1981

OBJETIVO

Resolver assuntos pendentes referentes às áreas meio e fim.

ORGANIZAÇÃO DAS OFICINAS

1. As inscrições são Opcionais e deverão ser feitas através do preenchimento da FICHA DE INSCRIÇÃO PARA OFICINAS.
2. A FICHA deverá ser entregue na Secretaria do Encontro até às 14h do dia 23/06/81, 3a. feira.
3. As oficinas da área-meio serão realizadas de 8h às 12h, dia 25/06/81 e estarão disponíveis os seguintes órgãos: ASCON, ASSUR, GEHUM, GERAFA, GERAP, GEFOR, GECOM, GRUAM.

As de área-fim serão realizadas no mesmo dia, no horário de 14h às 18h, estando disponíveis os seguintes órgãos: ASSOP, SUSUG, GEPES, GEPAC, CECUT, GETEC, Pré-Escolar, GEPRO, GEPED.

4. Na 4a. feira, dia 24/06/81, será distribuída, a cada Coordenação, sua agenda de trabalho nas oficinas.

OBS.: Na medida do possível, os assuntos comuns serão tratados em grupos.

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA OFICINAS

COEST/COTER/COMET: \_\_\_\_\_

ÓRGÃO	ASSUNTO

DIVISÃO DE GRUPOS

GRUPO 1

Participantes: RS - PR - SC - MS  
Observador: Gerson

GRUPO 2

Participantes: SP - RJ - MG - DF  
Observador: Maria Luiza

GRUPO 3

Participantes: ES - BA - SE - AL  
Observador: Lamartine

GRUPO 4

Participantes: PE - PB - RN - CE - PI  
Observador: Cunha

GRUPO 5

Participantes: PA - AM - GO - MA  
Observador: Ana

GRUPO 6

Participantes: AC - RO - RR - MT - AP

Observador: Ely

Participantes do MOBRAL Central nos Grupos:

ASCON/DARCY, ASSUR/Dr. SILVIO, GEPEDE/ADÉLIA, GEHUM/ALFREDO,  
GEPRO/ROSA, GERAFA/BALTHAR, GERAP/EDWARD, GEPAC/SUZANA,  
GETEC/MARLISE, GEFOR/REINALDO, GETRE/TEREZA, SUSUG/NÁDIA,  
GRUAM/VELLEDA, PRÉ-ESCOLAR/STELLA.

ENCONTRO NACIONAL  
DE COORDENADORES  
ESTADUAIS E TERRITORIAIS  
DO MOBRAL

DOCUMENTOS, TEXTOS E  
TRANSCRICOES DE PALESTRAS

RIO DE JANEIRO  
23/24 DE JUNHO DE 1981

PALAVRAS DO EXMO. SR.

MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

EM 23/06/81

PALAVRAS DO EXMO. Sr. MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

EM 23.06.81

Meu caro Claudio, senhoras e senhores coordenadores do MOBRAL. Esta oportunidade que se apresenta ao Ministro de estar aqui presente e cumprimentá-los pessoalmente não poderia ser perdida. Daí por que a minha vinda neste momento, provocando uma interrupção nos trabalhos que estão realizando, tem vários objetivos.

O primeiro deles é este contato pessoal com cada um, na medida do possível e na medida em que o tempo torne este contato tão próximo como seria desejado por mim. Em segundo lugar, uma palavra de estímulo aos senhores e reconhecimento pelo que vêm fazendo. Inegavelmente, para quem, tomado posse do cargo de Ministro da Educação nesse País, tratou desde logo de se estabelecer uma avaliação daquilo que seria ou daquilo que estava sendo considerado prioritário no sentido de quem sabe reenfatizá-lo ou enfatizar alguma coisa que talvez devesse ser estabelecida. Isto foi feito. Foi o primeiro passo, considerando uma metodologia de ação, eu diria que o primeiro passo foi exatamente a definição de prioridades. A definição dos grandes objetivos a serem atingidos com maior ênfase naqueles setores que assim fossem considerados. Não foi difícil chegar ao estabelecimento destas prioridades, que já era, aliás, a prioridade do governo João Figueiredo, mas tratou-se essencialmente de enfatizá-la, de reafirmá-la e, num segundo passo, transformar aquilo que era tema de discurso em algo operacional. E, nesse sentido, o primeiro passo, a primeira decisão tomada, também não foi difícil. O instrumento de que o Ministério dispunha, de que o Governo dispunha, estruturado com experiência e sobretudo com garra, com vontade, com espírito de trabalho, era o MOBRAL. Daí por que a decisão de direcioná-lo ou

redirecioná-lo sem perda de seus objectivos essenciais no sentido de que a educação básica, o primeiro grau e o pré-escolar – uma área cor de cinza no nosso sistema educacional, uma área um pouco difusa – estava carente de ação efetiva e com força em cima dela para que realmente os resultados pudessem ser alcançados nos prazos que fossem, quem sabe, atingidos em breve espaço. O MOBRAL foi, portanto, no campo operacional, a primeira decisão e a primeira decisão que se impunha e que foi tomada até certo ponto com facilidade. Daí por que essa homenagem que presto a todos os senhores, os que sei dos trabalhos que realizam. Conhecemos já detalhes, inclusive o Claudio há poucos dias em Brasília me apresentava um programa audiovisual elaborado no Rio Grande do Norte, que eu confesso até me emocionou esse trabalho que ali vinha sendo realizado. Em terceiro lugar, reafirmar aos senhores que nesta reunião dão curso, dão prosseguimento à reunião realizada em Brasília com os secretários de educação de todos os estados e territórios, para que este sentido operacional que se busca seja realmente efetivo. Não podemos perder mais tempo. Não temos tempo a perder. Sete milhões de crianças sem escolas. Milhões de crianças que, por carências várias, adquiridas naquela faixa da infância em que às vezes, por insuficiência de recursos dos seus pais – recursos não apenas materiais, mas até mesmo, quem sabe, de capacidade de orientá-los, de conduzi-los, os tornam irrecuperáveis. É preciso que se atenda a essa faixa da população no mais breve prazo de tempo possível. Daí por que esse maravilhoso instrumento que é o MOBRAL foi convidado, foi chamado a esse engajamento. A ação nesta área não prescinde, pelo contrário, em particular na área do pré-escolar, não prescinde da participação da comunidade e esse é um dos grandes campos de experiência do MOBRAL. Isto só se fará através da comunidade, que precisa ser excitada, incentivada a esse trabalho, o que já vem sendo feito pelo MOBRAL há muito tempo. Tratou-se, quem sabe, apenas de uma ênfase nesta direção, de reafirmar a convicção de que este é o problema fundamental. Temos

problemas no ensino superior? Evidentemente os temos. E quem não os tem? Mas temos problemas muito mais sérios nesta faixa e era preciso, e é preciso, é indispensável que sejamos agressivos até nesta ação. O MOBRAL, portanto, é um instrumento fundamental desta participação integrado com a Secretaria de Educação e Cultura cujo objetivo da reunião em Brasília foi exatamente esse de chegarmos a uma linguagem comum, a um entendimento do que sejam essas prioridades e quais os tipos de ação a realizar, que, evidentemente, não poderão ser generalizadas para o País todo e serão essencialmente fruto das características regionais, daquelas realidades brasileiras de que tanto se fala, de que tanto se aceita em teoria mas que, na prática, pouco se faz para torná-las realmente efetivas; daí porque a ação descentralizada das Secretarias, a ação descentralizada dos coordenadores do MOBRAL, tendo em vista aquelas realidades nas quais estão inseridos, nas quais o seu esforço terá que ser realizado, é evidente.

Eu, portanto, os cumprimento e faço votos de que não só esta reunião, que é a segunda, se não me engano, que se realiza, nestes últimos meses, tenha resultados efetivos, mas principalmente os resultados sejam lá na linha de frente onde todos os senhores estão atuando. Que daqui imbuídos daquele espírito que já trouxeram, mas agora que carreguem daqui a convicção de que esta é a direção, de que este é o caminho que deve ser seguido por todos nós. Não creio que haja qualquer dúvida, e até curiosamente neste assunto de definição de prioridades, o problema da ênfase no pré-escolar, no primeiro grau e até no segundo grau, foi de aceitação unânime. Praticamente não tenho conhecimento de qualquer opinião contrária, o que nos assegura uma relativa tranquilidade de que estamos no bom caminho. É preciso, portanto, agora, ação. E num país subdesenvolvido, como ainda é o nosso, e os senhores, no contato que têm com esta realidade subdesenvolvida, têm isso bem presente e sentem

que isso realmente é uma característica do subdesenvolvido, por vezes uma certa falta de garra e de convicção na ação, pois que somos abalados por vezes por informações de fora que nos levam a estabelecer paralelos e que normalmente ou nem sempre são favoráveis. Mas no caso do esforço não se trata de estabelecer paralelos com quem quer que seja: o MOBRAL é uma experiência pioneira no mundo; o MOBRAL é uma organização, uma estrutura que já tem personalidade própria, que conhece realmente aquele meio onde está inserido. Daí por que não há no caso do MOBRAL este problema de ausência de convicções, até pelo contrário, eu sinto em todos aqueles com quem converso uma dose elevadíssima de convicção e entusiasmo pela tarefa que cumprem. Daí por que por vezes me perguntam por que o MOBRAL foi direcionado nesta direção? A razão é óbvia: era o melhor instrumento que se dispunha para que isso fosse feito. Não há dúvida nenhuma, daí por que os senhores todos sabem, foi a primeira decisão tomada. E a decisão da qual não me arrependi um minuto sequer; pelo contrário, a minha vinda aqui para cumprimentá-los, para conhecê-los e para dizer-lhes estas poucas palavras, é exatamente nesta direção que eu confio no MOBRAL. E muito mais do que eu, que transitoriamente estou nessa função, o povo brasileiro confia na ação do MOBRAL. E eu desejo a todos que sejam muito felizes nas suas ações, na certeza de que vão buscar a recompensa dentro de si mesmos: é aquele velho chavão do dever cumprido, mas que, na realidade, é a única recompensa válida, a única recompensa que realmente tem substância, pois que tudo mais passa, é passageiro. Os europeus da função não interessam. O que interessa é o exercício efetivo, consciente e entusiasta como o MOBRAL vem fazendo, como o MOBRAL vem realizando através de todas as suas coordenações. Evidentemente, num ou outro local as dificuldades serão maiores. A compreensão será por vezes maior aqui, menor ali, mas há que vencer. Esta integração com os estados, responsáveis que são constitucionalmente pelo ensino de primeiro e segundo grau, é fundamental, daí por que a reunião realizada em Brasília

buscou exatamente este aspecto: integrar-nos todos sem que ninguém abrisse mão das suas atribuições, das suas responsabilidades. Mas é esta convergência de ações que nós buscamos, é esta identidade de propósitos definidos e não mais difusos, esta definição de uma linha de ação efetiva sobre a qual devemos caminhar e sobre a qual vamos caminhar, e tenho certeza, em curto prazo, teremos os resultados concretos. Em curto prazo talvez seja um pouco de otimismo, mas a médio prazo. O desafio não é fácil, ele está diante de todos nós e isto talvez seja o nosso maior estímulo. Foi um prazer este contato com as senhoras e com os senhores, e ficam aqui os meus votos de que esta reunião seja útil, repito, mas de que muito mais útil, tenho certeza, será a ação de todas as senhoras e de todos os senhores no seu trabalho daqui para a frente. Como um complemento daquele trabalho que já realizaram e que tornou possível o estabelecimento e organização desta estrutura que não se faria apenas formalmente serão com garra e com esse espírito que anima todos os senhores. Foi um prazer, meu caro Claudio, seja feliz também no seu trabalho, sejam todos muito felizes, e acho que já lhes roubei o tempo suficiente. Boa viagem de retorno e, quem sabe, possamos ter novos encontros como esse, em breve. Não aqui, em Copacabana, mas lá nas suas frentes de trabalho. Felicidades a todos, meus cumprimentos pelo que estão realizando, e meus votos de que realizem muito mais nesses próximos meses. Muito obrigado a todos e muitas felicidades.

TRANSPARÊNCIAS USADAS  
NA EXPOSIÇÃO SOBRE "OBJETIVOS,  
DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS DO MEC/SEPS"  
QUE VÃO FUNDAMENTAR O  
TRABALHO DO MOBRAL

"À UNIÃO, NA CAPITAL, E NOS ESTADOS, NOS SEUS RESPECTIVOS TERRITÓRIOS, É QUE DEVE COMPETIR A EDUCAÇÃO EM TODOS OS GRAUS, DENTRO DOS PRINCÍPIOS GERAIS FIXADOS NA NOVA CONSTITUIÇÃO, QUE DEVE CONTER, COM A DEFINIÇÃO DE ATRIBUIÇÕES E DEVERES, OS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO NACIONAL. AO GOVERNO CENTRAL, PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CABERÁ VIGIAR SOBRE A OBEDIÊNCIA A ESSES PRINCÍPIOS, FAZENDO EXECUTAR AS ORIENTAÇÕES E OS RUMOS GERAIS DA FUNÇÃO EDUCACIONAL"

REFORMA DE ENSINO	REFORMAS ADMINISTRATIVAS	ENFASES
REFORMA FRANCISCO CAMPOS	1930 - CRIAÇÃO DO MES	- ESTRUTURAÇÃO DOS SISTEMAS
LEIS ORGÂNICAS DO ENSINO	1946	- AMPLIAÇÃO DOS ENCARGOS
LEI DE DIRETRIZES E BASES	1961	- BUREOCRATIZAÇÃO CRESCENTE
	1962 - CRIAÇÃO DO MEC	
	1970 - REFORMA INTERNA	- RACIONALIZAÇÃO FUNCIONAL
LDB DO 1º E 2º GRAUS	1971	
EDUCAÇÃO BÁSICA	1981 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	- DESCENTRALIZAÇÃO/INTEGRAÇÃO INTERNA

## RELACIONAMENTO SEPS/SISTEMAS DE ENSINO

- ARTICULAÇÃO COM ÓRGÃOS DO MEC E OUTROS MINISTÉRIOS
- COOPERAÇÃO TÉCNICA BIDIRECIONAL/HORIZONTAL
- ASSISTÊNCIA FINANCEIRA
- INCENTIVO DESCENTRALIZAÇÃO E PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO E INTEGRADO COM BASE GEOGRÁFICA OU TERRITORIAL

FUNDAMENTOS DA INTEGRAÇÃO NO MEC:

- ADEQUAÇÃO DO ORÇAMENTO AO PLANEJAMENTO
  - COMPATIBILIZAÇÃO DE CRITÉRIOS, MECANISMOS E DIRETRIZES
  - CONCENTRAÇÃO DE ESFORÇOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA E NO DESENVOLVIMENTO CULTURAL
  - REGIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES EDUCACIONAIS E CULTURAIS
- SIMPLIFICAÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS

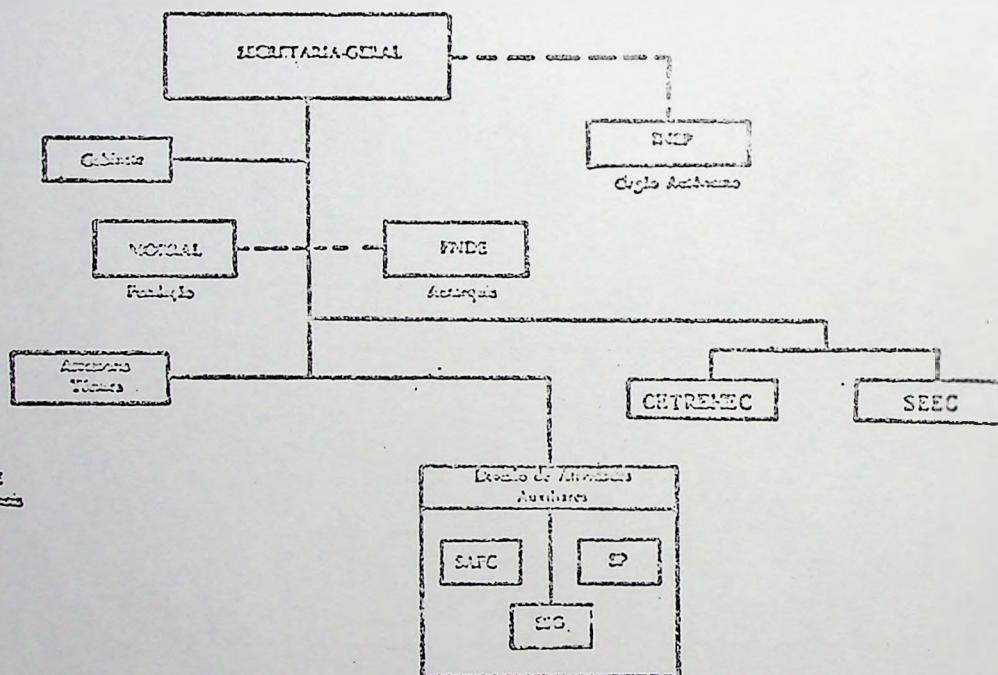
### MEDIDAS PARA A INTEGRAÇÃO NO MEC

- COORDENAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DO MEC
- ARTICULAÇÃO SETORIAL
- REDIMENSIONAMENTO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO
- DINAMIZAÇÃO DO USO DE TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS
- REGIONALIZAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR E DO MATERIAL DIDÁTICO
- SIMPLIFICAÇÃO E RACIONALIZAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

OBJETIVOS CONSOLIDADOS DO MEC

- DESCENTRALIZAÇÃO
- CONVÉNIO ONCE
- INTEGRAÇÃO EDUCAÇÃO  
CULTURA  
DESPORTO
- CONVERGÊNCIA P/EDUCAÇÃO BÁSICA

MDC - Defensor Administrativo

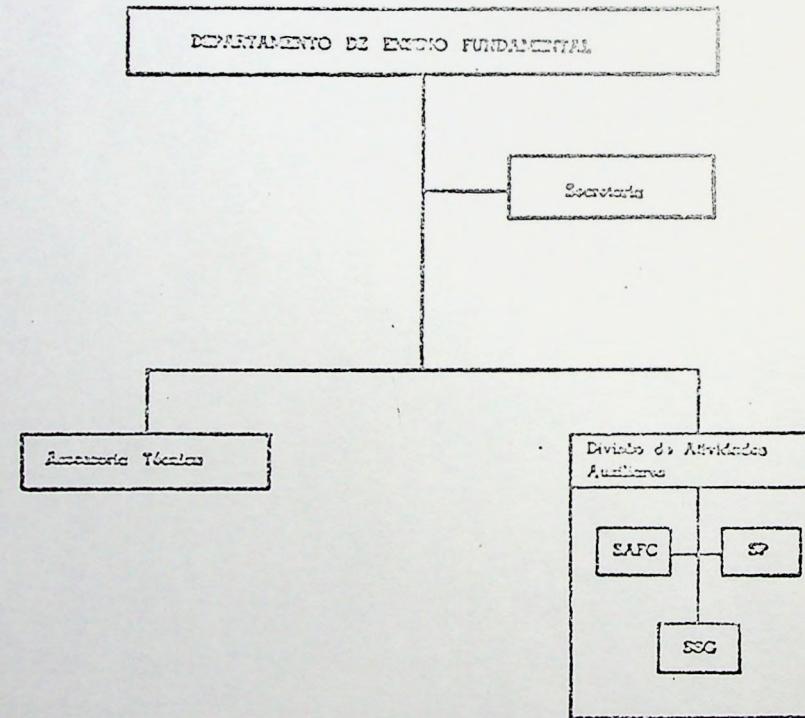


MIGAÇÕES

- Plano Nacional de Desenvolvimento
- Comitê para Assuntos Internacionais

= Criação Sustentada & Desenvolvimento  
com o Desenvolvimento Durável

## MDC - Estrutura Administrativa



## MECANISMOS:

- EPCN
- PREVOM
- PAEP

MEC — Reforma Administrativa

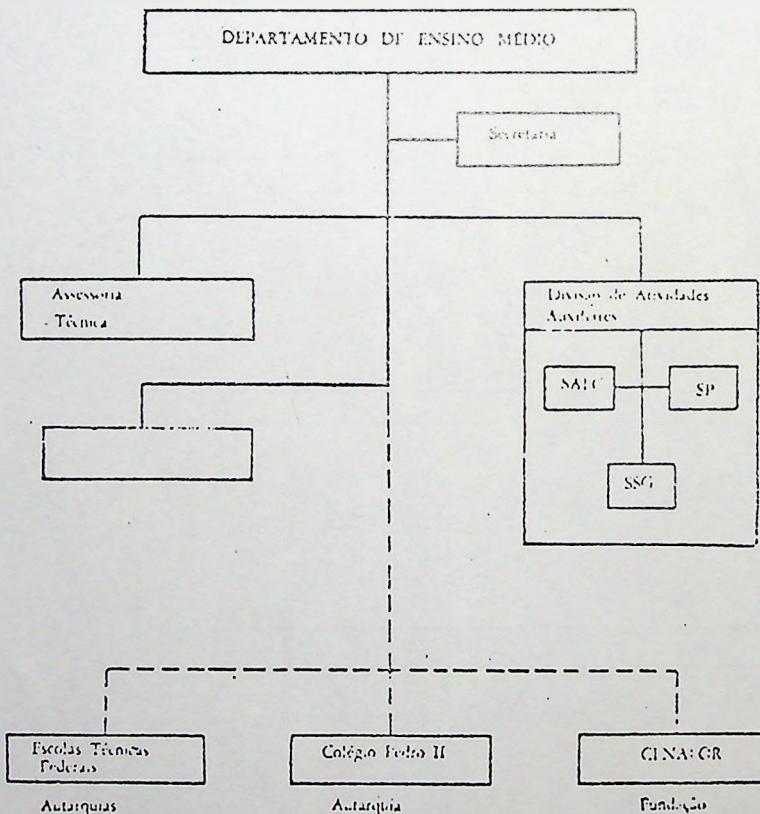
MECANISMOS:

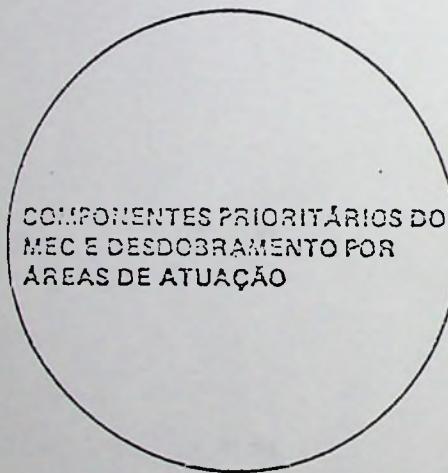
Colégio Clávis Salgado

CIPITI

Grupo Executivo do Ensino Industrial  
FIPMOI

CAIC



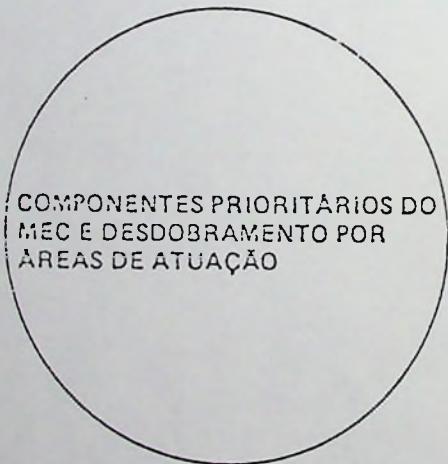


EDUCAÇÃO BÁSICA

EDUCAÇÃO SUPERIOR

CULTURA E PATRIMÔNIO

DESPORTO, ATIVIDADES FÍSICAS E LAZER



### EDUCAÇÃO BÁSICA

- Início da Implantação do Sistema Nacional de Pré-Escolar
- Melhoria do Rendimento do 1º Grau
- Incremento das Ações Supletivas
- Fomento à Terminalidade do 2º Grau
- Apoio à Merenda, Material Didático e Financiamento de Estudos

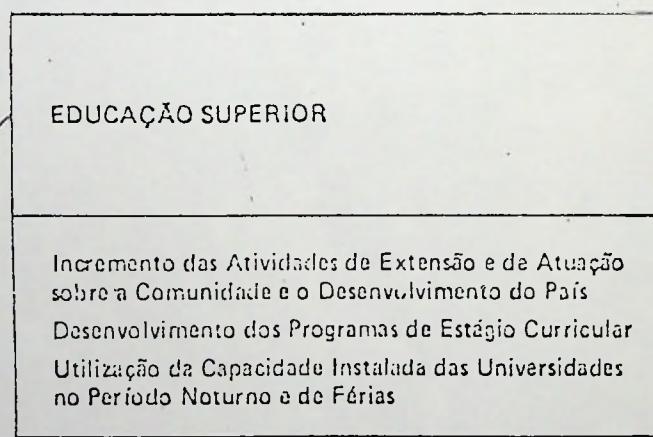
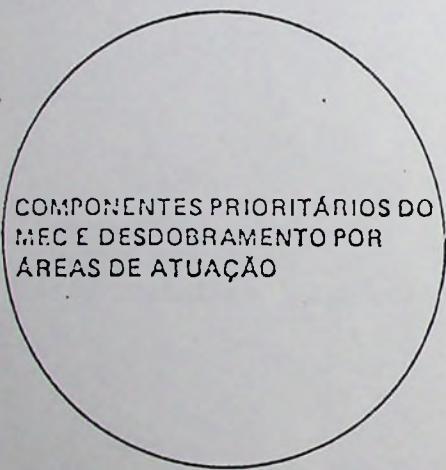
COMPONENTES PRIORITÁRIOS DO  
MEC E DESDOBRAMENTO POR  
ÁREAS DE ATUAÇÃO

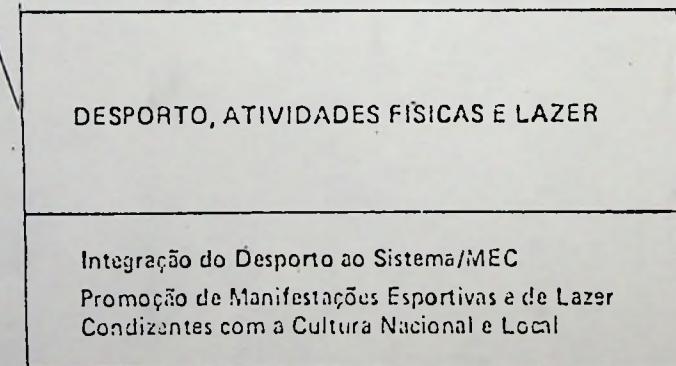
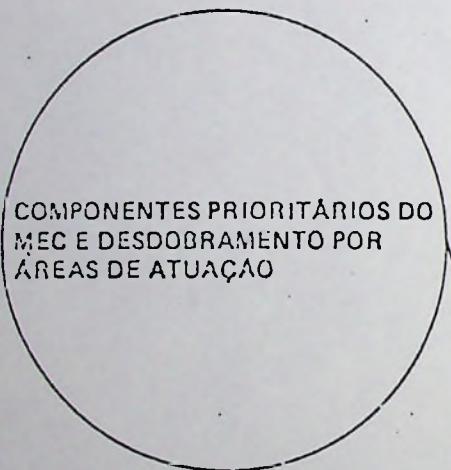
CULTURA E PATRIMÔNIO

Envolvência Comunitária no Cultivo e Manutenção do  
Patrimônio Histórico

Desenvolvimento Cultural através de Formas de  
Criatividade Popular

Promoção de Bens Culturais que mais Caracterizam as  
Necessidades Básicas da População





ÁREA DE ATUAÇÃO	ABRANGÊNCIA DA ÁREA	PROGRAMAS ORÇAMENTÁRIOS°	UNIDADES ADM. PARTICIPANTES	ÓRGÃO CENTRAL COORDENADOR DA ÁREA
1. Ação do MEC em Apoio à Educação Básica	Educação Pré-Escolar, Ensino de 1º Grau (Via Regular e Supletiva), Ensino de 2º Grau, (Via Regular e Supletiva), Educação Física, Educação Especial	1º Grau 2º Grau Educação Especial Ensino Supletivo Assistência ao Educando Educação Física e Desportos Outros Programas Atípicos	SEPS CEBRAE MOBRAL CENESP COAGRI CENAFOR ESCOLAS TÉCNICAS SEAT SEED SG SEAC SESU	Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus (SEPS)

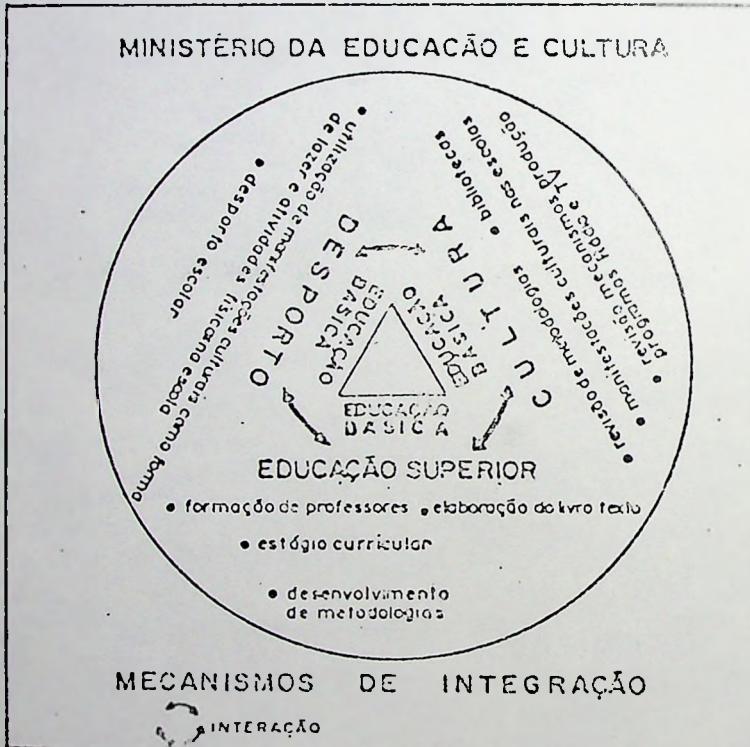
## PRIORIDADES NA ÁREA DE MODERNIZAÇÃO

- Racionalizar Estruturas e Processos
- Substituir Unidades de Controle por Mecanismos de Orientação e Supervisão
- Utilizar a Informática como Instrumento de Modernização
- Incorporar Tecnologias Avançadas de Suporte Administrativo
- Promover o Desenvolvimento e a Valorização dos Recursos Humanos do MEC, como Aperfeiçoar os Padrões de sua Utilização
- Criar Condições, Estímulos e Incentivos para o Estabelecimento de Clima Favorável ao Envolvimento, Participação e Mobilização do Pessoal
- Fortalecer a Atividade de Planejamento Substantivo nas Áreas de Atuação do MEC

ÁREA DE ATUAÇÃO	ABRANGÊNCIA DA ÁREA	PROGRAMAS ORÇAMENTÁRIOS*	UNIDADES ADM. PARTICIPANTES	ÓRGÃO CENTRAL COORDENADOR DA ÁREA
2. Ação do MEC na Educação Superior	Ensino Superior Pós-Graduação Ciência e Tecnologia	Ensino Superior Assistência ao Educando Educação Física e Desportos Outros Programas Atípicos	SESU e Órgãos Vinculados e Supervisionados SEED SG SEAT SEAC	Secretaria de Ensino Superior (SESU)

ÁREA DE ATUAÇÃO	ABRANGÊNCIA DA ÁREA	PROGRAMAS ORÇAMENTÁRIOS*	UNIDADES ADM. PARTICIPANTES	ÓRGÃO CENTRAL COORDENADOR DA ÁREA
3. Ação do MEC na Área Cultural	Patrimônio Histórico Cultura	Cultura Outros Programas Atípicos	SEAC SPHAN SG SEAT SEPS SESU	Secretaria de Assuntos Culturais (SEAC) / Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)

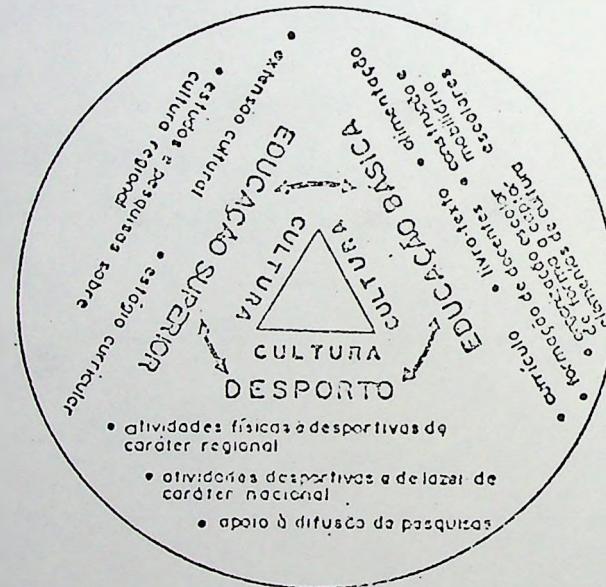
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA



## MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO

INTERAÇÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA



MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO

INTERAÇÃO

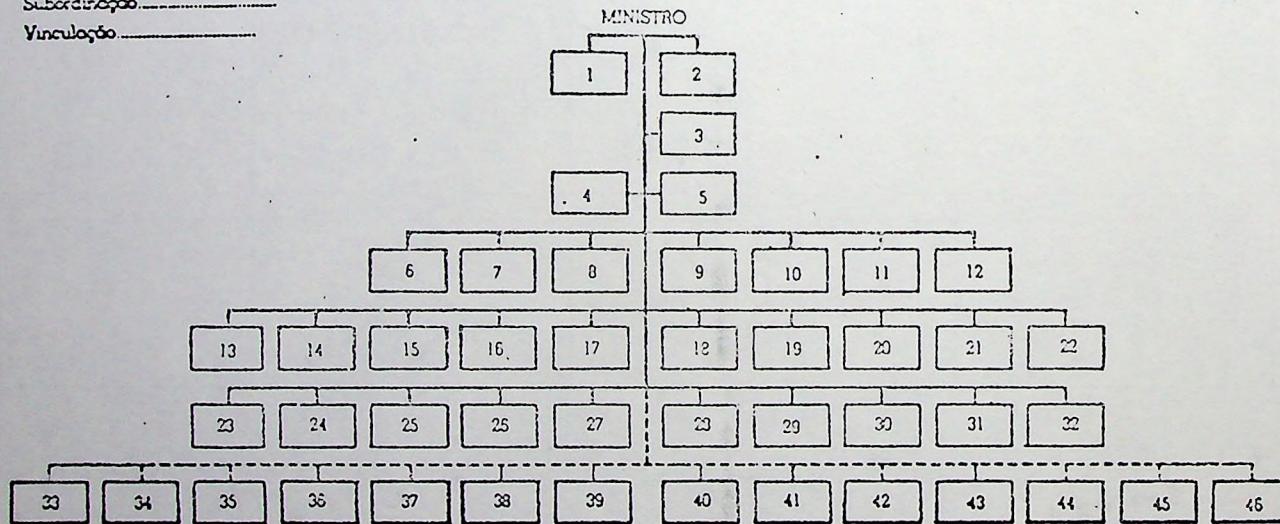
ÁREA DE ATUAÇÃO	ABRANGÊNCIA DA ÁREA	PROGRAMAS ORÇAMENTÁRIOS	UNIDADES ADM. PARTICIPANTES	ÓRGÃO CENTRAL COORDENADOR DA ÁREA
4. AÇÃO DO MEC NA ÁREA DO DESPORTO	DESPORTO AMADOR DESPORTO PROFISSIONAL PARQUES ESPORTIVOS E RECREATIVOS ATIVIDADES FÍSICAS DE LAZER	EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS OUTROS PROGRAMAS ATÍPICOS	SEED SG SEAT SEAC SEPS SESU	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS (SEED)

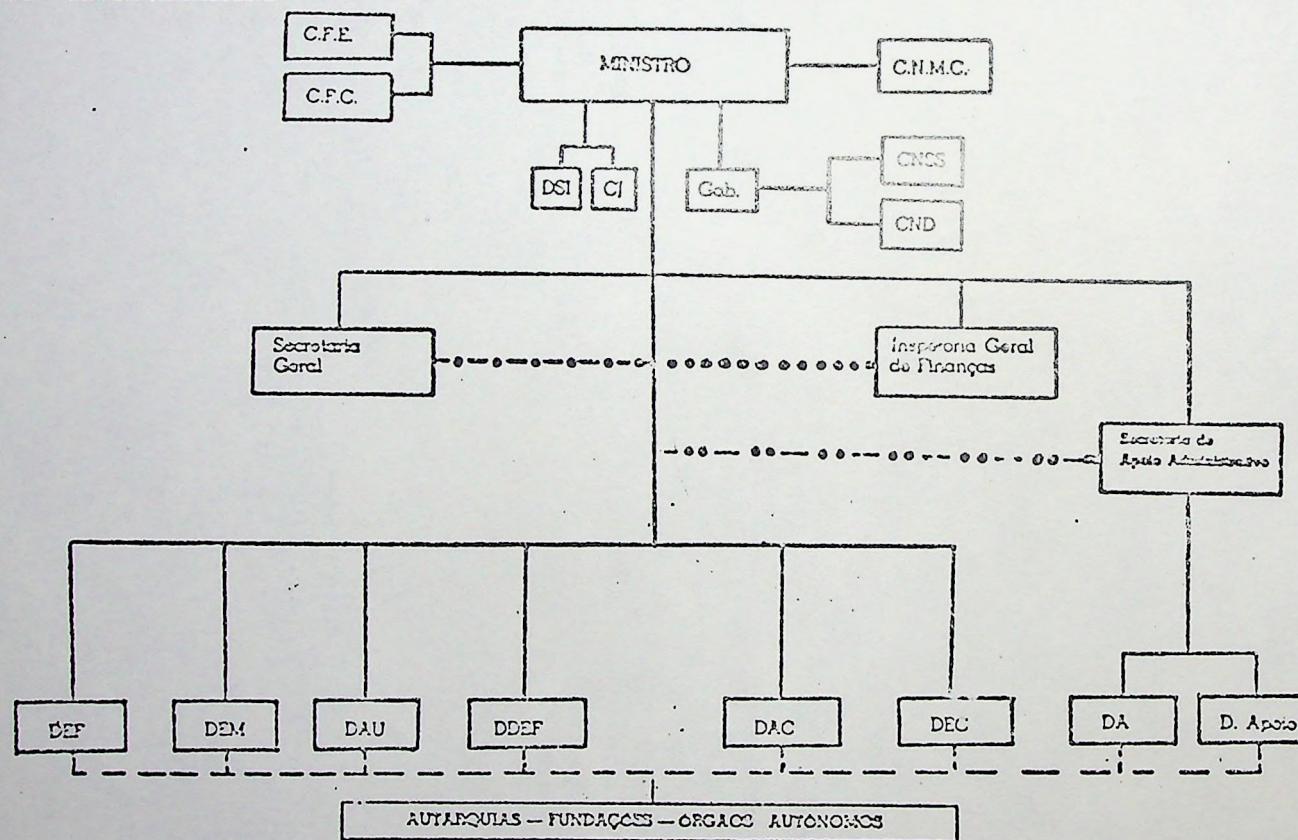
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (Estrutura antes da Reforma Administrativa)

CONVENÇÕES:

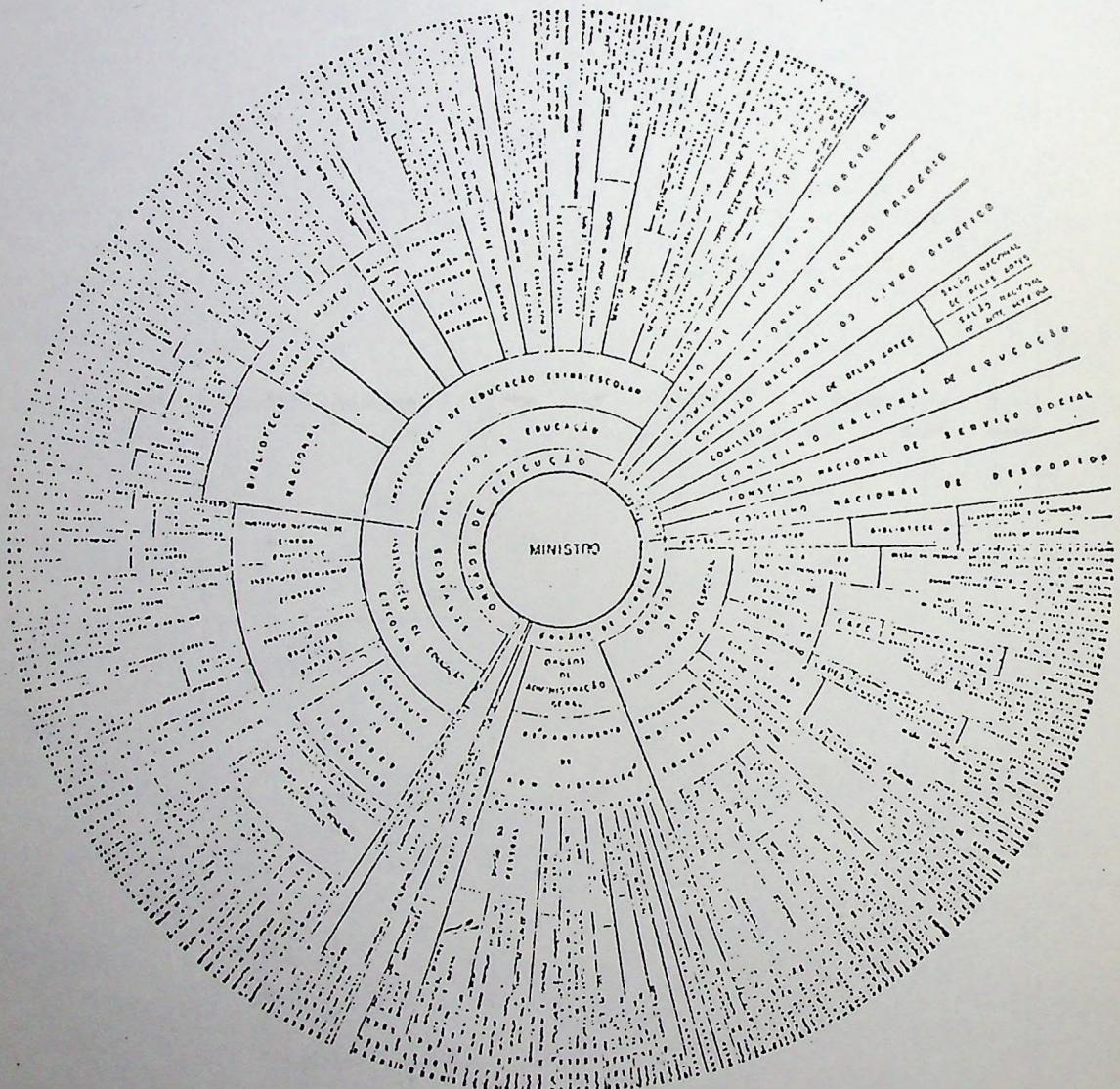
Subordinação \_\_\_\_\_

Vinculação \_\_\_\_\_





**ANEXO 1**  
**ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**



MOBRAL NO CONTEXTO  
DOS OBJETIVOS DA SEPS

## 1. CONCEITUAÇÃO

Procurando cumprir o propósito da Lei que o criou (Lei 5.379 de 15/12/67) e seguir o Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos, aprovado pela mesma Lei, o MOBRAL se caracterizou como o órgão do MEC responsável pela educação de adolescentes e adultos, numa perspectiva de Educação Permanente e voltado, prioritariamente, para a população mais carente.

Presentemente, por determinação ministerial, foram atribuídas ao MOBRAL responsabilidades relativas a atuações numa linha de complementaridade, buscando suprir as deficiências do Sistema Educacional Brasileiro.

Em termo de complementaridade, o MOBRAL se propõe a atender a solicitações, por meio de ações diversificadas – capacitação de recursos humanos, atendimento à criança e outros – nos campos não suficientemente cobertos pelo aludido Sistema.

Esta complementaridade garante o somatório dos esforços desenvolvidos pelos diversos órgãos engajados, aumentando a eficácia e efetividade do processo conduzido em consonância com as diretrizes emanadas da SEPS/MEC, órgão a que o MOBRAL se encontra vinculado.

Convergentemente com a orientação básica do MEC (Referência: "Diretrizes de Planejamento do MEC" - março 1981), o MOBRAL, ao longo da década anterior e através de suas ações, consolidou alguns conceitos relativos à Educação Permanente, conceitos que continuam válidos e atuais dentro da ótica da Educação Básica, conforme proposição das citadas Diretrizes.

Continuam pertinentes as afirmativas de que a Educação Permanente constitui todo um processo que deverá prosseguir

através da vida, para que o indivíduo - homem ou mulher - possa manter-se atualizado sobre as transformações econômicas, políticas, técnico-científicas e sócio-culturais que ocorram no mundo.

Continua pertinente o conceito de que a Educação Permanente prepara as pessoas para as mudanças ou situações que terão de enfrentar no decorrer de suas vidas - matrimônio, paternidade, trabalho, velhice e outras - e para que possam alcançar um potencial para seu desenvolvimento individual.

Continua pertinente o conceito de que na Educação Permanente o aprendizado se realiza em contato com a realidade e o espaço educativo é a própria comunidade. Por outro lado, o adulto, em qualquer momento de sua vida, dentro de sua vivência, utiliza os meios que a educação lhe oferece, constituindo-se a vida no próprio tempo educativo.

O MOBRAL sempre se caracterizou como um movimento de massa envolvendo milhões de pessoas em todos os municípios do País. Movimento de massa não massificador, o MOBRAL mantém esta característica graças à adoção de metodologia informada pelos fundamentos da Educação Permanente. Esta que compreende os princípios metodológicos de uma educação comunitária definida pela UNESCO, como "um conjunto de princípios e atividades formativas que devem originar-se e desenhar-se de acordo com os interesses da comunidade, e devem procurar em suas realizações a melhoria da qualidade de vida de seus membros". Em síntese, o homem em situação constitui a premissa básica, numa perspectiva de autotransformação e transformação do mundo, exigindo a presença do outro em ações interpessoais que levam a apreender, compreender e incorporar. Toda essa metodologia privilegia os ensinos não formal e o informal.

Entende a UNESCO o não formal como resultado de processos organizados de forma flexível, não pressupondo, necessariamen-

te, cronologia ou seqüência de conteúdos, onde professor e aluno estabelecem relações de troca.

E o informal como resultado da vida diária, das influências educativas e recursos do seu próprio meio: família, vizinhança, trabalho, recreação, meios de comunicação e em geral de seu ambiente social: "econômico-cultural".

O MOBRAL utiliza todos os meios de que dispõe para vincular sua proposta educacional. Como seu público alvo se conta por milhões e está disperso de modo irregular, num país de dimensões continentais, não pode dispensar o concurso dos meios de comunicação de massa formais ou artesanais. No entanto, preocupa-se em evitar a massificação ciente ou inconsciente de sua proposta através de uma preocupação constante em orientar o educando para a sua realidade individual e ambiental, para o desenvolvimento de seu censo crítico.

Toda esta proposta, em torno do homem em constante evolução, constitui a base dos princípios do MOBRAL. Coloca-se à disposição do educando um leque de ofertas sob a forma de vários programas, que o habilitam a aprender para reaprender e, até mesmo, desaprender, para mais adiante reaprender, reorganizando seus conhecimentos e experiências.

O MOBRAL procura despertar no educando através do ato de aprender, o desejo de aperfeiçoar-se, constantemente, estimulando a autodidaxia e a construção de seus modelos educativos.

O ato de educar é entendido como uma nova relação entre educador e educando, levando ambos, num esforço conjunto, a conhecer o mundo e interpretá-lo. O homem total é entendido como resultante da integração de sua ação individual com sua participação comunitária. No sentido de atender ao homem como

um todo, o MOBRAL adotou o princípio da globalização, que considera não se poder fragmentar a experiência de vida desse homem.

A globalização, pois, é considerada como um dos meios mais eficazes para se atingir a funcionalidade, princípio metodológico desse processo educativo, segundo o qual "o conteúdo da atividade educativa tem sua origem na experiência de vida do homem. Enriquecido no processo educativo, este conteúdo é vivido pelo sujeito do processo".

## 2. PRIORIDADES E PROJETOS

Periodicamente, indicam-se as prioridades de trabalho com o objetivo de atender às próprias prioridades preconizadas pelo MEC ou por situações emergentes no contexto educacional do País.

Prioridade para o MOBRAL significa determinar a intensidade das ações educacionais a serem desenvolvidas, respeitando-se o temperamento e as vocações das comunidades e os princípios da Educação Permanente. Os demais programas atendem às solicitações dessas comunidades numa linha de manutenção, de melhoria de qualidade e de crescimento quantitativo, de acordo com as ações locais e as propostas oriundas da Direção Central.

Prioridade, pois, significa para o MOBRAL uma tática de atuação em determinado segmento do processo educativo, diagnosticado como merecedor de um tratamento específico, através de um atendimento marcante, mobilizador, e para o qual, em projetos especiais, são canalizados recursos.

Cada Programa, a partir dos objetivos específicos de sua

área, procura, através de projetos e atividades, criar condições ótimas para o atingimento de metas de outros programas considerados mais prioritários. Em verdade, esta aparente dualidade, constitui uma tática para melhor atender às características culturais de cada comunidade.

A vertente do processo educativo do MOBRAL é a própria comunidade, de onde emanam solicitações que subsidiam as ofertas. Posteriormente, estas ofertas retornam à comunidade onde, ganhando configuração local, devem levar o educando a aprender, renovando e reformulando sua vida.

### 3. COORDENAÇÃO E OPERAÇÃO

Esses pressupostos levaram o MOBRAL a assumir uma postura administrativa flexível, com três níveis de atuação, possibilitando a descentralização das ações e garantindo a manutenção da sua unidade ideológica. Esses três níveis - Central/Territorial e Municipal, assumem funções específicas de diferenciação, de formas, de conjugação, de esforços, de compatibilização e de atribuições. A integração é entendida como ocorrência apenas do nível local quando as pessoas e os órgãos julgam oportuno e viável a composição de diversas ações, tanto do MOBRAL como de outras entidades.

A compatibilização constitui a tarefa normal das Coordenações Estaduais e Territoriais do MOBRAL no alcance de coerência entre as ofertas e orientações que partem do MOBRAL Central e das outras entidades, e as solicitações e informações que surgem a partir dos municípios.

A articulação, por sua vez, é a tarefa essencial de trocas de informações entre os diferentes órgãos do MOBRAL Central já se facilitando as compatibilizações e a integrações que se sucederão nos demais níveis.

O planejamento reflete a presença desses três níveis, pela participação da instituição, do agente e da comunidade, em sua formulação.

Nesses esquemas de coordenação incide o esforço do MOBRAL quanto à desburocratização ora desenvolvida pelo Governo Federal e no caso entendida como descentralização de decisões.

Tais antecedentes confeririam validade à adoção desta alternativa de relacionamento com Estados e Municípios por parte dos diversos órgãos do MEC, conforme indicações das Diretrizes anteriormente citadas.

## CONCEITO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

"A área de educação básica compreende o esforço educativo formal e não formal; centrado no 1º grau e em torno dele, incluindo o pré-escolar e, em estágios mais avançados do desenvolvimento, a terminalidade do 2º grau, como forma de garantir aos membros da sociedade a auto-realização como pessoas, a qualificação como agentes econômicos e a preparação para o exercício de suas responsabilidades sócio-políticas".

(Diretrizes de Planejamento do MEC - programação 1982)

1. A conceituação delimita e facilita a compreensão do que se quer hoje no país em termos de educação básica;
2. Tem um sentido amplo, incluindo: modalidades formais e não formais; ações educativas com ou sem grau de escolaridade; ações educativas integradas com elementos de saúde, nutrição e trabalho; valorizando a cultura local e a participação social;
3. Não identificar educação básica com escolaridade obrigatória. A primeira é mais ampla, tanto em termos de duração, quanto de conteúdo ou modalidades sob as quais possa se apresentar;
4. Distinguir entre educação básica e necessidade básica. Para o MEC esta educação é mais ampla que os mínimos educacionais, correspondendo mais um objetivo desejável a médio ou longo prazo e dificilmente viável a curto prazo;
5. O conteúdo e a duração da educação devem variar segundo as características sócio-econômicas e localização urbana e rural.

Esta prioridade (educação básica) na política do MEC é uma consequência da diretriz social do III PND, "que significa o compromisso compartido por todo o Governo de reduzir as desigualdades sociais e regionais, num esforço integrado e intersetorial de cunho sócio-econômico" (\*), ou seja, o reconhecimento de que, por um lado, a educação constitui fator relevante na política de redução da extrema pobreza e, por outro lado, a existência de desigualdades sociais acentuadas exige, na política social em geral e na educativa

---

(\*) Discurso Secretário Geral do MEC por ocasião da visita do Diretor Geral da UNESCO ao Brasil, 1981.

em particular, ações diferenciadas por grupos sócio-econômicos, com forte conteúdo compensatório quando se destinam a populações carentes.

## ESTRATÉGIA DE APOIO À EDUCAÇÃO BÁSICA

### ALGUMAS DIRETRIZES

1. AÇÃO SIMULTÂNEA SOBRE FATORES ENDÓGENOS E EXÓGENOS
2. ENFASE ESPECIAL ATRIBUÍDA A ALGUNS TIPOS E MODALIDADES DE ENSINO
  - 2.1. A Prioridade da Educação Pré-Escolar
  - 2.2. O Ensino de 1º Grau  
(expansão da escolaridade, melhoria do rendimento, utilização de tecnologias, integração supletivo e regular)
  - 2.3. Ensino de 2º Grau  
(concepção de profissionalização, linhas prioritárias)
  - 2.4. Ensino Supletivo  
(suplência, qualificação e aprendizagem, suprimento)

ALGUNS PRINCÍPIOS GERAIS QUE DEVERÃO NORTEAR A OPERACIONALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

1. Direcionamento, em benefício do Pré-Escolar e do 1º grau, de parte dos esforços das instituições de ensino de 2º grau e de outros órgãos vinculados à SEPS.
2. Vinculação horizontal da SEPS com outros órgãos do MEC.
3. Vinculação horizontal da SEPS com órgãos de outros ministérios que envolvem ações complementares à educação básica.
4. Integração de ações formais e não formais nos programas a serem desenvolvidos.
5. Participação comunitária na identificação dos problemas, formulação de programas e projetos, execução e avaliação destes.
6. Canalização, em favor das comunidades às quais se destinam os serviços educacionais, dos benefícios econômicos (especialmente emprego e renda) gerados pela implantação e funcionamento dos projetos da Educação Básica.
7. Atuação, predominantemente através de programas integrados, concentrados em áreas geográficas previamente definidas, num enfoque de planejamento com base territorial.
8. Fortalecimento da capacidade de produção local de material de ensino-aprendizagem e de apoio ao processo educacional.

## DIRETRIZES DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Atendimento a grandes números e a baixo custo, com ênfase em programas não formais e informais de educação pré-escolar, através de:

- uso de espaços físicos disponíveis na comunidade, evitando-se a construção de prédios para fins exclusivos de educação pré-escolar;
- aproveitamento de pessoal da comunidade (especialmente as mães), com ou sem habilitação, para desempenho de atividades de monitoria, multiplicando a capacidade de atendimento da professora;
- equipamento escolar mínimo;
- uso de material de sucata para atividades pedagógicas;
- flexibilidade dos currículos e métodos;
- articulação entre os programas do Setor Educação e os de outros setores, para compatibilizar orientações e garantir continuidade à ação educativa;
- participação comunitária na definição dos programas na sua execução e avaliação;
- aproveitamento do programa do pré-escolar como "porta de entrada" à família, para um posterior atendimento às mães, pais, adolescentes e crianças em idade escolar, através de programas específicos;
- visão dos programas de educação pré-escolar como programas intersetoriais, que envolvam ações educacionais, de

nutrição e saúde e que aproveitem os recursos da comunidade.

#### PRESSUPOSTOS PARA AS AÇÕES SUPLETIVAS

As ações supletivas serão embasadas nos seguintes pressupostos:

- o atendimento prioritário aos grupos carentes urbanos e rurais, visando à participação na política social do Governo;
- ações concebidas com uma orientação intersetorial;
- o envolvimento intensivo da comunidade;
- o aproveitamento dos espaços disponíveis na rede escolar e na comunidade;
- a adaptação de currículos às realidades locais;
- a flexibilidade de horários e calendários;
- a preocupação com o material de ensino-aprendizagem, tendo em vista adaptações regionais e culturais;
- valorização de recursos humanos, visando à profissionalização, à qualificação de mão-de-obra, segundo as demandas locais do mercado, à terminalidade real, antecipada ou não (1º e 2º graus);
- o baixo custo unitário de atendimento;
- a possibilidade de ampliação para ampla cobertura da população;

combinação de ações educacionais com outras que tenham efeitos sobre o emprego, a renda, o nível de saúde e bem-estar da população.

DIRETRIZES DE TRABALHO  
PARA O 2º SEMESTRE DE 1981

GERÊNCIAS-FIM

ENCONTRO DE COORDENADORES

JUNHO/1981

## O MOBRAL NO PRÉ-ESCOLAR

### 1. Fatores que permitiram a ampliação do Programa

Em sua programação para 1982, o Ministério da Educação e Cultura apresenta as "Diretrizes para Planejamento" estabelecendo como prioridade, na área da educação básica, o atendimento à fase da pré-escola.

Nesse mesmo documento, é proposta a "integração das ações educativas não formais com o ensino formal, visando maior flexibilidade e objetividade à educacional".

Além disso, acentua em suas Diretrizes, o "apoio a instrumentos de Promoção Social, atendendo a populações e regiões carentes, dentro da ótica participativa e descentralizada, no que se refere à merenda, ao material didático e a esquemas de financiamento a estudantes".

Assim, garantindo tal realização, deve o plano de atendimento ao menor considerado inadiável a duplicação de programas e agências prestadoras de serviços desse tipo, com a concentração dos recursos financeiros, humanos e materiais, já existentes.

No contexto, o MOBRAL é necessariamente considerado como elemento fundamental, por suas características de órgão planejador e executor e pela utilização de meios não formais em seu trabalho, o que efetivamente oferece condições de viabilizar um atendimento em massa às crianças em idade pré-escolar.

Portanto, o MOBRAL, Órgão até então responsável pelo desenvolvimento da Educação de Adultos no país e cuja

filosofia de trabalho é a de uma Educação Comunitária, dá continuidade a sua ação convocando "pais e amigos das crianças" para juntos desenvolverem um Programa de atendimento educacional às crianças da população de baixa renda, atendimento este feito, sobretudo, pela comunidade junto com os pais e entidades que a ela se agruparem para tal.

Partindo-se do pressuposto de que os vários problemas ligados ao sistema do pré-escolar no Brasil não poderiam ser dissociados e encarados separadamente, não propõe o MOBRAL nenhum esforço isolado, pois não resolveria as dificuldades existentes.

É necessário que se tenha, como estratégia fundamental, o exercício de uma educação motivadora que tenha como ponto de partida o que a comunidade - adulto e criança - vive e expressa, permitindo que se troquem conhecimentos, e se amplie a participação nas alternativas de soluções às solicitações e possibilidades de cada comunidade.

Eis por que no Programa Pré-Escolar do MOBRAL a comunidade tem sido entendida como o conjunto não só de pessoas, mas também de entidades/instituições e lideranças que atuam junto à população, inserindo-se a criança e a família num contexto social mais amplo, continuamente visto e trabalhado como um todo.

Concretiza-se, assim, uma ação educativa mais ampla abrangendo adulto e criança, permitindo, através do Programa, desenvolvê-la de forma mais efetiva, simultânea e interdependente. Esta ação tem como finalidade principal o despertar da família para a criança e a importância de um atendimento básico a essa idade.

Este Programa representa mais uma resposta do MOBRAL às

comunidades, na procura de melhoria das condições para se enfrentar um problema que é, reconhecidamente, um dos que exigem solução a curto prazo.

## 2. Situação atual do Programa

As considerações apresentadas anteriormente determinam que o Programa seja implantado de acordo com as possibilidades concretas de cada comunidade.

Partindo, ainda, dessas considerações, a proposta do MOBRAL dá ênfase a duas formas de iniciar o atendimento ao Pré-Escolar - Núcleo de Desenvolvimento Infantil e Atendimento não Sistematizado - a serem apresentadas às comunidades.

Essas formas se constituem, apenas, em pontos de partida para uma reflexão sobre as necessidades e conveniências da comunidade, quanto à organização do seu trabalho. A partir daí, deverão surgir diversas alternativas mais adequadas às características locais.

É importante ressaltar que o atendimento à criança deve ser contínuo, ou seja, durante todo ano, não se prendendo ao calendário escolar oficial, visando a uma atenção permanente ao processo de seu desenvolvimento.

O Programa de atendimento ao Pré-Escolar, com aproximadamente um ano de execução, pode apresentar os seguintes resultados quantitativos:

- Unidade da Federação: 27
- Núcleos implantados: 1.014
- Crianças freqüentando os núcleos: 30.839

É necessário destacar, ainda, a participação de entidades

governamentais (federais, estaduais, municipais) como também de empresas que, através da conjugação de esforços têm tornado viável a proposta de atendimento ao Pré-Escolar, considerando o problema em toda a sua extensão e diversidade.

### 2.1 - Linhas de atuação

Tratando-se de formas não convencionais de atendimento, o MOBRAL trabalha no sentido de viabilizar ações conjuntas com o sistema formal, de sorte que possam redundar em benefício da criança.

Dessa forma, existem inúmeras alternativas para uma atuação na faixa da pré-escola que, na realidade, se concretizam nas 2 grandes linhas de ação:

- atuação de forma complementar: partindo-se da premissa de que estão sendo desenvolvidos esforços direcionados ao atendimento das crianças em idade de pré-escola pelas Secretarias de Educação e outras entidades, o MOBRAL se integra em ações conjuntas, sobretudo em nível de comunidade (a exemplo no estado de Pernambuco, o trabalho integrado com o PROAPE);
- a atuação de forma suplementar: partindo-se da premissa de que não existe atendimento a essa faixa etária em inúmeros municípios, onde o MOBRAL já tem trabalhado com adultos, pode o Órgão desenvolver mais esta oferta educativa através de um trabalho com o grupo familiar, comunidade e entidades.

Essas duas formas de atuação serão desenvolvidas na medida das necessidades e solicitações das ações já existentes, visando integrar esforços.

### 3. Diretrizes para o Programa

Refletindo sobre seu trabalho de educação pré-escolar nesse 1º ano, o MOBRAL propôs-se a continuá-lo, acreditando que sua estrutura organizacional, com presença física em todo o país, e seu conhecimento técnico vivenciado ao longo desses anos, possibilitam e justificam um desempenho voltado para educação comunitária na criação, implantação e funcionamento dos núcleos, através de uma atitude responsável e consciente de todos envolvidos nas atividades do pré-escolar.

Nessa perspectiva, é importante a preservação dos fundamentos e princípios que norteiam todas as ações necessárias à implantação e funcionamento do Programa. O que se quer com isso é garantir a qualidade da ampliação dos trabalhos a nível nacional, assegurando-se que a execução da proposta seja levada a bom termo desde que observadas tais diretrizes:

#### 3.1 - Enfase na participação comunitária

Considerando-se a pouca oportunidade das famílias, e populações em geral, vivenciarem experiências em atividades grupais, seja com a finalidade organizativa para canalizar reivindicações, surgidas de necessidades expressas por elas, seja com finalidade recreativa e de lazer, torna-se imprescindível para o surgimento do núcleo a criação de associações ou grupo de pais, permitindo a esta unidade ser um pólo irradiador que estimule e favoreça a participação comunitária.

A oportunidade propiciará que pessoas com interesses e necessidades comuns se unam, de acordo com suas próprias decisões, para:

- administrar o núcleo atuando também como grupo de pressão

e controle junto a autoridades, entidades, instituições tendo em vista os interesses e necessidades das famílias e filhos;

- colaborar com o núcleo na promoção e organização das atividades de recreação, lazer, campanha para levantamento de recursos, etc.;
- estabelecer contatos com grupos formais e informais da comunidade local, no sentido de realimentar e enriquecer as iniciativas do núcleo;
- estimular e participar de movimentos comunitários que visem à conquista de recursos necessários à melhoria da qualidade de vida da população local, sobretudo no que se refere à população infantil.

### 3.2 - Respeito à cultura local

A comunidade é, também, o agente da proposta do Pré-Escolar. Por isso, cada grupo deve encontrar sua maneira específica e única de organizar a pré-escola.

Os princípios filosóficos do Pré-Escolar do MOBRAL recomendam que o Programa se desenvolva coerente com a vida, cultura, a história, as formas organizacionais, as atividades de subsistência, etc. de cada comunidade.

### 3.3 - Convergência dos Programas do MOBRAL

Considerando a proposta da Pré-Escola, que prevê um trabalho simultâneo com crianças e adultos, houve necessidade de o MOBRAL redefinir prioridades, objetivos e abrangência dos seus demais programas, para garantir, sobretudo, a própria qualidade do trabalho ora proposto.

Esta posição do MOBRAL realça, mais uma vez, o papel que confere à Educação de Adultos, como fator propulsor da Pré-Escola, motivo este que determinou a definição, a nível nacional, de uma orientação para que os demais Programas continuassem em pleno funcionamento e de maneira a reforçar a atual prioridade de atendimento ao pré-escolar.

Assim, permeando a ação suplementar e complementar, estão presentes os programas que o MOBRAL já desenvolve, dirigidos aos pais, com o objetivo de integrá-los para um esforço conjunto nessa área de pré-escolar.

#### 3.4 - Linhas de ação coerentes com a orientação do MEC

A expansão do Programa se dará de acordo com as linhas de ação complementar e suplementar, entrosando-se, principalmente, com as SEC/SEMEC, compatibilizando as ações propostas para o atendimento às crianças na faixa da pré-escola.

#### 3.5 - Trabalho integrado com outras entidades

Na consecução dessa integração, considera-se de importância fundamental a participação de outros Programas Pré-Escolares, devendo o MOBRAL visar esforços conjuntos com outras entidades, notadamente as de saúde, trabalho e educação, que já atuam nessa área: LBA, INAM, FUNABEM, etc.

### 4. Algumas recomendações voltadas à operacionalização das diretrizes

#### 4.1 - Da participação das comunidades:

- organização e administração do núcleo em apoio ao trabalho dos monitores;

- manutenção do núcleo, em busca de doação de material e equipamentos necessários ao seu funcionamento e consertos para manter o núcleo em perfeito estado, zelando, entre outros aspectos, pela própria segurança das crianças;
- manutenção das condições de higiene do núcleo;
- comprometimento para garantir a existência de alimentação para todas as crianças do núcleo, tanto na obtenção quanto no preparo dos alimentos;
- comprometimento para garantir o atendimento médico às crianças;
- envolvimento e participação contínua dos pais na realização das atividades educativas das crianças.

#### 4.2 - Das instalações físicas dos núcleos

- área coberta, clara e arejada;
- .. ampla o suficiente para a realização das atividades, permitindo a entrada de luz solar e, caso necessário, que haja luz elétrica ou, ainda, providenciar outro tipo de iluminação;
- .. arejada, cuidando para que haja ar suficiente, condição necessária à boa saúde das crianças;
- as atividades ao ar livre do núcleo podem extrapolar o seu próprio local físico, acontecendo próximo ao núcleo, nas praças, no pátio da Igreja, etc., desde que sejam observadas as condições de segurança das crianças;
- local para estocar os gêneros alimentícios, que apresente condições necessárias à sua conservação;

- local reservado para o preparo da alimentação, com água tratada e abundante e utensílios básicos de cozinha (filtro, panelas, pratos, talheres);
- local para higiene: Ex.: lavar as mães e rosto com água limpa ao alcance das crianças.
- .. o núcleo deve ser mantido em condições de limpeza para preservar a saúde das crianças..

#### 4.3 - Do Monitor

- O monitor deve ser um elemento que esteja envolvido com a proposta do Pré-Escolar e com a própria comunidade. Ainda que não tenha participado das discussões iniciais sobre a proposta, é fundamental que esteja sensibilizado e disponível para o trabalho que vai realizar;
- o monitor deve ser um elemento aceito e respeitado pela comunidade;
- o monitor deve apresentar condições de saúde (física e mental) indispensável à função que vai desempenhar;
- o monitor deve receber treinamento do MOBRAL, antes de iniciar seus trabalhos;
- o monitor deve estar disponível para participar de reuniões, treinamentos para reciclagem, sempre que for solicitado;
- o monitor deve estar sempre presente e atuante junto ao grupo coordenador do núcleo;
- a manutenção de uma rotina de participação dos pais/familiares nas atividades do núcleo também é função do monitor;

- o monitor deve orientar/esclarecer os pais sobre o trabalho que vem sendo feito no núcleo e a necessidade de continuá-lo em casa. Deve informar sobre as características das crianças na faixa da pré-escola, permitindo uma compreensão maior, por parte deles, em relação aos seus filhos;
- o monitor deve manter, junto às crianças, a ordem e higiene do núcleo, devendo, também, supervisionar a preparação da merenda;
- o conhecimento e a procura dos recursos existentes na comunidade, que podem contribuir para a qualidade de seu trabalho, é tarefa também do monitor;
- o monitor deve conhecer e respeitar em cada criança:
  - .. suas possibilidades e limitações (mesmo que espontâneas);
  - .. seus interesses mais imediatos;
  - .. seus hábitos;
  - .. suas brincadeiras;
  - .. sua situação na própria família (se trabalha ou não, etc.);
  - .. suas condições de saúde.

#### 4.4 - Do envolvimento de entidades

As entidades devem conhecer e discutir a proposta com o grupo/comunidade desde o início e, com eles, planejar sua atuação no Programa.

Dessa forma poderá ser obtida uma participação constante ao invés de se conseguir colaboração esporádica ao trabalho com a criança.

#### 4.5 - Da assistência médica

- O núcleo deve se integrar ao serviço médico existente na comunidade, para conseguir um atendimento mais frequente e direto às crianças;
- quando não houver serviço médico local, o trabalho na área de saúde deve ser desenvolvido numa ação de prevenção, através de:
  - .. material específico (da GEPES, por exemplo) para orientar o monitor, pois ele poderá assumir um papel de orientador nesse caso;
  - .. orientações dadas por profissionais ligados à área de saúde, que residam no próprio município ou em outro vizinho e, também, por professores da rede de ensino local;
- deve-se considerar como assistência médica básica às crianças:
  - .. um exame clínico anual;
  - .. vacinação nas épocas previstas;
  - .. atendimento de emergência.

#### 4.6 - Da alimentação

- A existência da alimentação nos núcleos é condição essencial para o seu funcionamento;
- a comunidade/grupo coordenador dos núcleos deve esgotar todas as possibilidades locais de obtenção de alimentos para as crianças;
- a plantação de hortas nos núcleos e/ou em áreas próximas deve ser estimulada, de maneira que esses alimentos sejam

canalizados para os núcleos;

- os alimentos devem ser preparados com cuidado, observando-se se as panelas estão bem lavadas e tampadas, se a água usada é limpa ou tratada, se há condições de asseio das pessoas que preparam a alimentação, limpeza dos pratos e talheres das crianças, etc.;
- os alimentos devem ser conservados em local próprio e adequado. Cada tipo de alimento deve ser guardado em vasilha limpa e bem fechada, cuidando para que eles não se deteriorem, devendo ser provados antes de serem oferecidos às crianças, etc.;
- o valor nutritivo dos alimentos é um dos aspectos a serem considerados na alimentação das crianças.

As recomendações acima não esgotam outras orientações que surjam dos grupos, dos monitores, do SUSUG e das COEST/COTER, na medida em que eles, executores do trabalho, aproximam-se mais da realidade local.

## DIRETRIZES PARA OS PROGRAMAS DO MOBRAL - 2º SEMESTRE 1981

### GERÊNCIA PEDAGÓGICA

Reafirmados os princípios metodológicos que informam a ação do MOBRAL, são definidas as seguintes diretrizes para a área pedagógica:

- Manutenção do PAF e PAD, de acordo com as solicitações emanadas do campo e detectadas através do planejamento participativo.
- Desenvolvimento do PEI, procurando atender às necessidades locais, embora não seja possível responder à demanda quantitativa.
- Manutenção das alternativas de diversificação do PAF (PAPEG, PAF/PES, PAFET, PAF/TV e outras), conforme necessidades e interesses locais, já detectados pelo planejamento participativo, ou a serem identificados junto às comunidades.

Por sua vez, o aprimoramento da qualidade da ação pedagógica constitui o referencial básico do trabalho. Dessa forma, recomenda-se a adoção de procedimentos e mecanismos, tais como:

- concentração de esforços na capacitação dos recursos humanos;
- ênfase nas atividades de acompanhamento e avaliação dos programas, com vistas a sua realimentação;
- dinamização, a nível local, de ações integradas que enriqueçam e/ou complementem as atividades pedagógicas;

- ênfase na análise das características locais, interesses e necessidades da clientela, visando à criação de modelos alternativos e/ou à adequação local dos programas pedagógicos quanto à estratégia, conteúdos, atividades e recursos didáticos;
- consolidação da funcionalidade dos programas pedagógicos, como base para um trabalho comunitário, a partir da sala de aula e grupos de estudo.

Considerando que os Programas de Alfabetização Funcional, de Educação Integrada e de Autodidatismo se organizam a partir de temas relativos às necessidades básicas do homem, a saber: educação, saúde, alimentação, habitação, vestuário, lazer, previdência social e liberdades humanas; considerando, ainda, que tais programas se desenvolvem segundo uma metodologia que leva o indivíduo ao conhecimento de sua realidade, a uma reflexão crítica e, finalmente, à participação, pode-se afirmar que, em relação ao atendimento do Pré-Escolar, a nova prioridade do MOBRAL, esses programas oferecem, em potencial, oportunidade de:

- informar os seus participantes sobre as necessidades básicas da infância;
- informar sobre a responsabilidade dos pais, do governo e de todos os membros da comunidade, no sentido de atender a essas necessidades;
- conscientizar a clientela sobre a importância do atendimento específico às crianças de menos de 7 anos;
- mobilizar cada indivíduo no sentido de sua responsabilidade, em relação às crianças a ele ligadas, direta ou indiretamente.

Dentro das atuais diretrizes do Ministério da Educação e

Cultura, o papel do MOBRAL, que tem na educação supletiva uma de suas áreas de atuação, e considerando, ainda, que a prioridade da Instituição foi redimensionada para o Pré-Escolar, a perspectiva da área pedagógica é a da manutenção de seus programas, visando suprir não só as necessidades da educação de adolescentes e adultos, mas, também, as insuficiências do Sistema Educacional.

Dessa forma, prevê-se:

- . o aprimoramento dos modelos de desenvolvimento do PAF, PEI e PAD;
- . a ênfase na avaliação formativa no sentido de possibilitar uma realimentação mais científica da ação e informar procedimentos mais adequados à correção das distorções detectadas;
- . a ampliação da utilização do PAD, como alternativa para o Treinamento e Habilitação dos Professores Leigos (Projeto da SEPS/SES);
- . a ênfase na articulação com as Secretarias de Educação, com vistas ao desenvolvimento de ações integradas;
- . enfim, os programas pedagógicos para adolescentes e adultos têm por objetos desenvolver um processo de educação, no sentido abrangente do termo. Esse processo, fatalmente levará não apenas a uma perspectiva pessoal de desenvolvimento, mas a uma atuação consciente junto àqueles com quem convivem, incluindo, naturalmente as crianças. Nesse sentido, visando a apoiar o atingimento dos objetivos do Pré-Escolar, os programas pedagógicos deverão enfatizar a abordagem de mais essa temática durante seu envolvimento.

## GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA PARA A SAÚDE

A GEPES assume como linhas básicas:

- prosseguir no conveniamento de forma a possibilitar a continuidade do programa com grupos comunitários que, entre outras, realizam atividades relacionadas com a área de saúde;
- estimular a articulação com os diversos Programas do MOBRAL, sobretudo direcionando os recursos humanos do PES para o Pré-Escolar de forma que possam participar efetivamente como elementos organizadores e/ou de apoio principalmente no que concerne às condições mínimas de salubridade, saúde e saneamento - água, lixo, esgoto - dieta alimentar;
- prosseguir na articulação/integração com Órgãos do Sistema Nacional de Saúde, viabilizada através do desenvolvimento de atividades e ações específicas como, por exemplo:
  - .. Programa de Aleitamento Materno
  - .. Campanha de Vacinação (Pólio, Sarampo)
- prosseguir na articulação/integração com as Secretarias Estaduais de Saúde e Educação através de propostas concretas de atuação conjunta;
- promover outras articulações possíveis, a exemplo das já efetuadas: PREVSAÚDE, CNAE (Projeto de Sementes), POLONORDESTE, EMBRATER, CEF, SUDECO, SUCAM, SUDENE, INAMPS, etc.;
- aproveitar grupos já existentes nas comunidades, desenvolvendo-se um trabalho junto às lideranças, inclusive

para a própria escolha dos monitores dos grupos participantes, a partir de discussões das necessidades de saúde, a exemplo de: Associações, Igrejas, Balconistas de Farmácia, Grupos de Profissionais, Clubes de Serviços e Parteiras Leigas.

- manutenção dos trabalhos integrados resultantes do convênio MOBRAL/CNBB, através não só da implantação do Programa de Planejamento Natural da Prole, mas, sobretudo, pela participação/aproveitamento de grupos da Igreja (Pastoral da Família, Pastoral da Saúde) em trabalhos do PES;
- cadastrar mulheres que optarem pelo planejamento com utilização dos métodos naturais e consequente avaliação dos resultados.

## CENTRO CULTURAL

Em relação ao cultural, vale salientar que o programa desde 1977 é descentralizado. O CECUT indica as grandes linhas de atuação e cada Coordenação trabalha voltada para a cultura/realidade locais.

As grandes linhas do CECUT para 81 são:

1. Prioridade do MOBRAL (Pré);
2. Política de Cultura do MEC;
3. Princípios do Programa.

Partindo dessas grandes linhas de atuação, o CECUT lança as diretrizes e estratégias do MOBRAL Cultural para a consecução dessas grandes linhas.

As diretrizes do CECUT para 81 continuam válidas e são:

1. Enfase na atuação junto às bases;
2. Interiorização;
3. Trabalhos sobre aspectos pouco explorados do Programa;
4. Integração de áreas;
5. Agenciar as várias formas de expressão cultural;
6. Dinamizar o trabalho na periferia das grandes metrópoles e zona rural;
7. Engajamento e atuação efetiva junto às entidades;
8. Retomar o Programa dentro de uma linha de Ação Comunitária.

As estratégias - formas de atuação para se cumprir as diretrizes são:

1. Apoio à qualificação de RH;

2. Realimentação com material apto;
3. Apoio/estímulo a grupos e iniciativas locais;
4. Expansão quantitativa do Programa;
5. Manutenção do Programa;
6. Documentação.

Todos os Agentes estão orientados para trabalhar nessa perspectiva (diretrizes e estratégias) e voltados para o tripé apresentado.

Assim deverão:

- . Inaugurar/dinamizar Postos Culturais/Comunitários e procurar levar o participante a criar o hábito de freqüentar o posto, centro aglutinador e irradiador do Programa na comunidade.
- . Manter Encontros de Encarregados Culturais de acordo com o disposto no item 1 deste documento e inserindo, no Núcleo Comum da programação, orientação para o atendimento não sistematizado (no Posto Cultural/Comunitário) à população do Pré-Escolar.
- . Estimular o engajamento de pessoas/grupos à área cultural, ao trabalho de Pré-Escolar desenvolvido nos Postos Culturais/Comunitários e demais unidades operacionais.
- . Dar continuidade aos trabalhos já deslanchados pela Agência (planejamento estadual/territorial) e adequar projetos, ainda por implantar, a estas recomendações.
- . Adequar a programação a nível de UF à medida que emanem do MOBRAL Central as orientações para continuidade ou reformulação de cada projeto nacional.

- Manter a programação prevista - feiras de artesanato, grupos de teatro, de folclore, música, MOBRALTECAS, mini, etc. - conforme orientação do Encontro de ACULT de 80 e diretrizes anuais para 81, enviadas pela ASSOP (fls. 53 a 56).
- Envolver adolescentes e adultos em atividades (nas unidades operacionais) voltadas para o pré-escolar, conforme orientações recebidas nos treinamentos do Pré e/ou emanadas do MOBRAL Central.
- Pôr em prática o preconizado pelos documentos da Política Nacional de Cultura, do Plano Setorial de Cultura, Educação e Desportos.

## GERÊNCIA DE PROFISSIONALIZAÇÃO

### DIRETRIZES

Quanto a área de formação de recursos humanos:

A gerência continuará promovendo cursos de qualificação, semiqualificação profissional e iniciação ocupacional em convênio com entidades afins, empresas e/ou Comissões Municipais do MOBRAL, nas modalidades:

- . Educação Comunitária para o Trabalho (PETRA)
- . Treinamento Formal:
  - .. Famílias Ocupacionais (F.O.)
  - .. Ocupações Específicas (O.E.)

É importante esclarecer que o Treinamento Formal segue mais rigidamente os preceitos tradicionais de formação de mão-de-obra, embora adequando-se à clientela do MOBRAL. Isto implica na manutenção de algumas exigências conceituais e operacionais do ensino profissionalizante. Através do Treinamento Formal deverá se buscar uma conexão direta com o mercado formal de trabalho, apesar de capacidade de absorção limitada desse mercado. No sentido de alargar esses limites do mercado deverão ser buscadas oportunidades para trabalhar integradamente com empresas e em conexão com projetos econômicos regionais.

Já os cursos do PETRA realizados sobretudo através de aulas práticas ministradas por elementos capacitados sem a obrigatória formação técnica - devem ser orientados para oferecer oportunidades para a ampliação de conhecimentos e experiências de modo que possam seus participantes desempenhar suas atividades no lar, no trabalho, na comunidade em geral.

Assim, este programa não possui um vínculo tão estreito com o chamado mercado formal de trabalho. Esta modalidade de cursos estaria mais ligada a uma perspectiva mais ampla de habitação/preparo/formação das populações, tendo em vista suas atividades no lar, na comunidade, e em alguns casos, no mercado informal de trabalho. Seus conteúdos devem, por isso mesmo, levar em conta a abrangência das atividades e dos interesses individuais e comunitários.

#### Quanto à colocação de mão-de-obra

A área de colocação de mão-de-obra deverá continuar a ser viabilizada através dos Balcões de Emprego fixos e volantes. Esta atividade está vinculada às necessidades e exigências do mercado formal e, nesse caso, concentra-se basicamente nos centros econômicos de maior importância.

No entanto, tendo em vista a diversidade de situações econômicas e consequentes condições de emprego/obtenção de renda, a atuação dos Balcões deverá ser ampliada para agenciar o trabalhador autônomo. Desse modo, o chamado mercado informal estará também sendo considerado através dos Balcões de serviço que podem ser operacionalizados como extensão dos Balcões de Emprego ou poderão ser operados como unidades independentes.

Este tipo de trabalho implica constante relacionamento com empresas públicas e privadas e manutenção de informações atualizadas sobre as atividades econômicas do Estado/Território.

#### Quanto à orientação/informação profissional

Esta atividade continuará sendo operada através do fornecimento de informações relativas à área de trabalho e emprego no Estado/Território produzindo e repassando

conteúdos apropriados através da realização de férias, promoções de palestras e trabalho conjunto com a FUNDACENTRO, produção e distribuição de folhetos informativos e exibição de audiovisuais.

#### Outras linhas de trabalho - perspectivas

Devem ser desenvolvidas atividades/projetos relacionados como incentivo e apoio à produção de bens e serviços a nível local mediante a criação de grupos organizados a partir das situações de treinamento, de comercialização, de produção (férias), etc. O objetivo dessa linha de trabalho seria a de reforçar a importância da organização grupal para fins produtivos.

Deverão ainda ser facilitadas as atividades relacionadas com o escoamento de bens e serviços através dos Balcões de Emprego e Serviços e das Férias Comunitárias. O objetivo maior é uma aglutinação dos trabalhadores autônomos e avulsos e que esses agrupamentos possam extrair benefícios da criação e do desenvolvimento dos mercados locais.

Será importante desenvolver igualmente atividades/projetos que levem em consideração o aproveitamento e o desenvolvimento da mão-de-obra feminina, especificamente. Este é um ponto a ser explorado em situações de treinamento, de incentivo à produção de bens e serviços, etc.

Quanto a perspectivas de atuação como área de apoio às atividades de profissionalização do MOBRAL, temos:

##### . Junto ao Pré-Escolar

Realização de cursos de treinamento relacionados à construção, instalação e manutenção de núcleos e creches. Uma boa parcela dos cursos do PETRA poderá ser orientada com essa

finalidade.

Quanto aos cursos de categoria formal, podem ser desenvolvidos convênios especiais que atendam, igualmente, às necessidades acima citadas.

Extensão dos serviços específicos do Programa de Profissionalização - em qualquer de suas áreas, como informação, treinamento profissional e colocação de mão-de-obra aos pais/responsáveis/parentes sob cuja tutela vivam as crianças do Pré-Escolar - nas localidades onde esse programa se desenvolva. Esta seria uma modalidade de apoio indireta mas não menos importante, uma vez que se dirige para obtenção de renda adicional.

. Junto ao sistema educacional

Simultaneamente, poderá a área de profissionalização contribuir para a qualificação ou formação de recursos humanos/agentes, que atuem tanto no sistema formal quanto no informal de educação geral, isto é, no ensino de 1º e 2º grau regulares, bem como na sua equivalência, na linha do supletivo. Ainda dentro de uma atuação complementar, a área de profissionalização poderá contribuir para a viabilização de objetivos pré-profissionalizantes ou profissionalizantes do sistema educacional, através de modalidades de trabalho mais flexíveis.

## I - PERSPECTIVAS DE TRABALHO DA GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA ESCASSEZ PARA O SEGUNDO SEMESTRE DE 1981 e o ANO DE 1982

A Gerência de Tecnologia da Escassez - GETEC, desenvolverá as seguintes linhas de trabalho:

1. realimentação do Programa, sobretudo através dos questionários 1, 2 e 3 e o de Transformação de Refugos, que são aplicados pelas COEST/COTER em campo. Por outro lado continuarão, a nível central, pesquisas junto a institutos técnico-científicos para coletar conteúdos que deverão ser incorporados à cultura técnica popular.
2. ativação de Projetos como, por exemplo:
  - MOBRAL/FUBEMCE (CE). Este projeto visa, através do Programa Tecnologia da Escassez, a reconstituição das instalações físicas de colônias da FUBEMCE utilizando a mão-de-obra dos próprios menores internos. Além disso, serão desenvolvidas atividades profissionalizantes com os menores e a comercialização de bens produzidos nas colônias;
  - MOBRAL/PLANEPR (PR). Trata-se da construção de protótipos de dois biodigestores na Sociedade Hípica de Curitiba, em conjunto com a PLANEPR. Após aprovação deste protótipo, será iniciado um trabalho de divulgação e captação de financiamento no Estado com a finalidade de permitir que as populações de baixa renda possam construir biodigestores para uso próprio.
3. atendimentos localizados, a casos específicos, respondendo a solicitações da comunidade através das COEST/COTER. Exemplo: problemas relativos ao combate à erosão, ao controle da esquistossomose e à revitalização de solos

áridos.

4. a ênfase do trabalho da GETEC durante o segundo semestre de 1981 e o ano de 1982 será a elaboração de grandes sistemas para o atendimento às comunidades. Assim, quando as COEST/COTER detectarem vários problemas em uma mesma região - como produção insuficiente de alimentos, falta de água potável e focos de doenças causadas pela qualidade da água - será elaborado um Sistema de Nutrição/Saúde/Saneamento envolvendo agricultura orgânica, alimentos alternativos, captação/armazenamento/condução/tratamento de água, até o cultivo e o processamento apropriado de ervas medicinais. Dentro desses Sistemas serão intensificadas a otimização/aperfeiçoamento das técnicas populares e a fusão dessas técnicas com os procedimentos científico-tecnológico sofisticados.

A expansão do programa estará diretamente correlacionada com o cumprimento destas linhas de trabalho e a difusão e interiorização em campo das propostas e atividades do Programa Tecnologia da Escassez.

## II - DIRETRIZES GERAIS PARA A ATUAÇÃO DO PROGRAMA TECNOLOGIA DA ESCASSEZ JUNTO AO PRÉ-ESCOLAR

Estas recomendações são baseadas no documento "Perspectivas da Atuação da Gerência de Tecnologia da Escassez junto ao Pré-Escolar", distribuído no Encontro de Coordenadores realizado no Rio de Janeiro, em abril de 1981.

Os conteúdos do Programa Tecnologia da Escassez devem ser amplamente aproveitados nas várias etapas do processo de atendimento à criança. Essa medida visará baixar os custos do Programa Pré-Escolar, sem perda de qualidade nas suas instalações e equipamentos. Para isso será necessário

utilizar recursos materiais locais de baixo custo e de fácil obtenção.

O fascículo "Bento Que Bento O Frade", que será distribuído brevemente, merece uma atenção especial dos monitores quanto:

- à adequação dos conteúdos às diferentes idades;
- à adaptação das técnicas do fascículo às realidades locais, no que diz respeito à matéria-prima e às atividades a serem desenvolvidas;
- ao desenvolvimento de novas técnicas e atividades (jogos, equipamentos recreativos, brinquedos educativos, entre outros), baseadas ou não nos conteúdos do fascículo, que deverão ser enviadas à GETEC, para serem difundidas a nível nacional.

Quando a comunidade não detiver conhecimentos necessários para a recuperação ou instalação de novos núcleos (necessidades no que diz respeito ao espaço físico, mobiliário, equipamentos, material de apoio didático, saneamento básico, por exemplo) os fascículos do Programa Tecnologia da Escassez devem ser consultados.

Se os conteúdos dos fascículos se mostrarem insuficientes, a GETEC se propõe a elaborar novos conteúdos, à medida em que forem enviadas à Gerência as seguintes informações:

- caracterização do problema existente;
- existência de tecnologia popular local que possa ajudar na solução do problema;
- qual a disponibilidade de matéria-prima;
- outras informações consideradas importantes pelas comunidades e COEST/COTER.

Detectadas carências alimentares não solúveis através da CNAE e/ou pela própria comunidade e/ou dificuldades de obtenção de produtos alimentares de elevado teor nutritivo e constatado que os conteúdos dos fascículos já editados não contêm contribuições suficientes para solucionar esses problemas, a GETEC - na linha de uma tecnologia alimentar adequada - desenvolverá novos conteúdos quanto a formas não convencionais de alimentação, preservação, enriquecimento e aproveitamento integral de alimentos. Para isso, a Gerência deverá receber as seguintes informações:

- . idade das crianças a serem atendidas;
- . produtos cultivados no local;
- . produtos silvestres do local;
- . hábitos alimentares locais;
- . outras informações julgadas importantes pelas comunidades e COEST/COTER.

Caberá à GETEC capacitar e prestar assistência técnica ao campo para levantar informações sobre: os recursos locais, a tecnologia local a ser aproveitada, a utilização dos conteúdos do Programa Tecnologia da Escassez e elaboração de projetos que visem a atendimentos específicos, na área do Programa, aos problemas detectados.

## GEPAC - GERÊNCIA DE PROGRAMAS DE AÇÃO COMUNITÁRIA

### 1. Sistematização de conteúdos de Educação Comunitária do MOBRAL (unidade conceitual).

A GEPAC deverá conhecer e analisar as propostas educativas da Organização, com vistas a identificar os aspectos convergentes e globais referentes a Educação Comunitária e disseminar este conteúdo de forma organizada.

Ao realizar esta tarefa de análise, síntese e de retorno, a GEPAC estará trabalhando num nível de conhecimento sistematizado que enriquecerá os vários grupos técnicos do MOBRAL, permitindo um trabalho consensual e mais compreensivo do que seja a proposta de Educação Comunitária da Organização.

### 2. Capacitação de recursos humanos em Educação Comunitária, em todos os níveis da Organização.

Capacitar os elementos direta ou indiretamente envolvidos no processo, em conteúdos básicos da proposta de Educação Comunitária com vistas à manutenção dos princípios norteadores dessa proposta, na prática.

### 3. Favorecer o surgimento de formas mais globais de organização comunitária.

Pode-se dizer que, em geral, as ofertas educativas do MOBRAL são trabalhadas em grupos não interligados e dirigidos para necessidades mais imediatas, sem que ocorra uma dimensão mais global de organização da população trabalhada.

Diante disso, é importante que se favoreça o surgimento e a consolidação dessas formas organizativas mais globais.

Por exemplo: Estimular e orientar a formação de associações de moradores, associações de produção, consumo e comercialização (grupos pré-cooperativos), cooperativas, sindicatos e de formas de representação/sistematização de grupos comunitários, tais como conselhos de representantes e Conselhos Comunitários.

#### 4. Articulação com entidades (Projetos Especiais)

O desdobramento da educação comunitária desenvolvida pelo MOBRAL implica articulação com entidades que atuam na área social, no sentido de sensibilizá-las em relação à problemática da população que o MOBRAL vem trabalhando.

Estas articulações terão como objetivo a proposta de possíveis formas de trabalho conjunto com o MOBRAL, no sentido de possibilitar o melhor desdobramento da proposta educativa da Organização.

##### Projetos Especiais

Quanto aos Projetos Especiais, cabe à Gerência, fundamentalmente, a tarefa de planejar/executar/acompanhar, projetos a serem desenvolvidos com entidades que atuam no campo social. Esses projetos devem ser resultantes das articulações MOBRAL/Entidades, visando à consolidação das metas e prioridades estabelecidas nos planos governamentais.

Neste sentido, as ações conjuntas a serem desenvolvidas deverão decorrer da compatibilização das formas de atuação das entidades convenientes.

#### 5. Acompanhamento dos PRODAC implantados.

É o acompanhamento que permite analisar a contribuição do

processo educativo desencadeado pelo PRODAC frente aos grupos sociais, no que se refere as suas formas de organização e participação social. Este acompanhamento constante é que fornece novos elementos ao trabalho, na medida em que, ao procurar conhecer e analisar o processo educativo desencadeado, introduz as mudanças que se fazem necessárias.

A GEPAC desenvolve este trabalho de acompanhamento ao Programa, criando mecanismos de avaliação/realimentação do processo através da análise dos seguintes aspectos: objetivos, clientela e seu contexto sócio-econômico, papel dos agentes, atividades, entidades, resultados, etc.

#### 6. Diagnósticos sócio-econômicos.

Promover a realização de diagnósticos sócio-econômicos que se façam necessários à implantação/desenvolvimento dos diferentes programas do MOBRAL.

Esse processo de conhecimento que a comunidade desenvolve acerca de sua própria realidade constitui-se em condições propícias ao seu fortalecimento, traduzindo-se na sua participação em termos de planejamento das atividades prioritárias a serem desenvolvidas.

#### 7. Reforço às COMUN.

Têm sido motivo constante de preocupação a estrutura e a atuação das COMUN.

No sentido de engajá-las na proposta da Organização, caberá à GEPAC intensificar o trabalho de capacitação junto às mesmas, através da realização de encontros de COMUN, e envolvê-las diretamente no processo de Educação Comunitária

junto aos grupos sociais da comunidade.

8. Assistência técnica às ANPAC.

- Assistir tecnicamente às agências de ação comunitária com relação a:
  - .. seu papel e funções;
  - .. contribuições técnicas relativas aos aspectos globalizadores da Educação Comunitária.
- Fornecer materiais básicos e complementares a informação e formação das agências de ação comunitária.
- Subsidiar tecnicamente as agências de ação comunitária, com o objetivo de que estas realizem um processo analítico da proposta de Educação Comunitária, desenvolvida no seu Estado/Território com vistas a um aperfeiçoamento/correção desse processo.
- Capacitar as agências para a realização de análise de planos/programas/projetos a nível estadual que representem oportunidades para um trabalho integrado com o MOBRAL.
- Orientar os ANPAC na elaboração de perfis sócio-econômicos de municípios e regiões estaduais/territoriais, para indicação de possíveis áreas prioritárias de atuação do MOBRAL na proposta de Educação Comunitária.
- Assessorar as agências de ação comunitária na realização de seminários/encontros com entidades/Prefeituras/COMUN/grupos comunitários.

9. Mobilização/organização de comunidade como apoio aos programas do MOBRAL.

COMPATIBILIZAÇÃO

PALESTRA/TROCA DE IMPRESSÕES

DR. CLAUDIO MOREIRA

ENCONTRO DAS COEST/COTER

RIO DE JANEIRO

23/24 DE JUNHO DE 1981

## COMPATIBILIZAÇÃO

PALESTRA/TROCA DE IMPRESSÕES - Dr. CLAUDIO MOREIRA

## ROTEIRO

a) Relações do MOBRAL com as SEC no contexto da proposta da Educação Básica

- . Documento anexo entregue à maioria dos Secretários de Educação dos Estados, em Brasília.
- . O Documento aborda sucintamente as duas posições a serem analisadas nas duas palestras antecedentes a esta, ou seja: 1º) MEC/SEPS/MOBRAL e 2º) POSICIONAMENTO DO MOBRAL. A seguir, apresenta propostas formais de compatibilização (vide item 6 seguinte).

ANOTAÇÕES:

b) Alternativas:

1. Ação política individual
2. Reunião encontros do SUSUG
3. Participação reuniões de Coordenação

O documento citado no item anterior estabelece as relações possíveis de compatibilização sob o ponto de vista formal e na perspectiva do MOBRAL como órgão pertencente ao MEC e, portanto, sem vínculo hierárquico com a SEC. Agora é possível abordar o aspecto informal, isto é, a ação política individual do Coordenador, uma vez que o documento entregue aos Secretários de Educação só poderia propor dispositivos formais de compatibilização.

A base para entendimento do valor do enfoque político na compatibilização é estabelecida a partir do conceito de que esta ação de ajustamento não ocorre através de decisões emitidas através de canais hierárquicos como na coordenação (vide item c seguinte em "Definições"). A compatibilização é obtida por meio de aproximações sucessivas tanto por canais informais como formais, dependendo das reações de cada parte.

A ação política, assim sendo, é essencial na compatibilização que flutuará continuamente, dependendo da capacidade de negociar vantagens mútuas e da personalidade do Coordenador (flexibilidade em admitir e administrar novas situações).

Por sua vez, as duas outras alternativas – reunião nos encontros do SUSUG e participação em reuniões de Coordenação – são mais concretas pela natureza formal e podem servir de ponto de partida para sondagens e negociações. A apresentação desses dois caminhos de entendimento para os Secretários foi com a intenção de posicionar adequadamente as Secretarias de Educação, afastando-as da subordinação ou anulação do MOBRAL, condições não aceitáveis para o MEC dentro da sua perspectiva.

legal de "Sistema de ações complementares ou supletivas aos sistemas estaduais de ensino".

De qualquer modo a opção por (2), por (3) ou pela combinação das duas não exclui a (1), o que leva a conduzir que estamos diante de um posicionamento caso-a-caso das Coordenações do MOBRAL em relação à compatibilização com as SEC.

#### ANOTAÇÕES:

- . Explicitar "*Planejamento em Conjunto*" - ajuste das ações (P. Parte) com o Planejamento da SEC.
- . "*Intercâmbio de Informações*".

#### c) Caracterizações para discussão

#### DEFINIÇÕES

Entende-se compatibilização como o ato de ajustar ações no sentido de interesses ou objetivos de duas ou mais partes que atuem num mesmo setor de atividade e/ou áreas geográficas.

A compatibilização pode ocorrer por convergência das partes, isto é, por interesses ou objetivos mútuos, ou por iniciativa de uma das partes que busca adequar suas ações a outras que estão perseguindo objetivos próprios.

Não se deve confundir compatibilização com coordenação. Esta última é uma função administrativa que se baseia em decisões ao contrário da primeira que ocorre por entendimentos e troca de informações. Portanto, a coordenação necessita de vínculos hierárquicos entre pessoas, órgãos e entidades para sua plena realização. Em outros termos, a coordenação é resultado da subordinação e flui normalmente pelos canais hierárquicos

entre as partes envolvidas neste processo.

O ajustamento das ações, neste caso da coordenação, é função de objetivos e interesses próprios. A coordenação pode ser obtida pelo emissor da decisão — que emite decisões complementares de ajustamento — ou por um órgão (assessoria, grupo especial, comissão, etc.). Em ambas as situações, as decisões de coordenação se apóiam em informações sobre as ações em andamento e o ideal acontece quando há reajustes de modo continuado, sempre em função dos objetivos e suas reformulações.

Nessas circunstâncias, observa-se outra diferença entre compatibilização e coordenação, ou seja, a primeira é descontínua, necessitando de permanente entendimento entre as partes que mudam normalmente de posições, enquanto que a segunda é contínua por ter como referência uma posição comum a ser perseguida.

ANOTAÇÕES:

## EVOLUÇÃO DO MOBRAL

Historicamente o MOBRAL, como Movimento de mobilização popular, isto é, de execução local, sempre se compatibilizou com os interesses das Prefeituras Municipais e ao longo de sua evolução descobriu que a integração ocorria em sua plenitude ao nível da execução. Outra compatibilização mostrou-se necessária com o Governo Estadual – incluindo-se ou não a SEC – gestor da política na área geográfica da COEST/COTER. A sobrevivência do Movimento deveu-se ao bom andamento desses dois pontos de compatibilização e da integração da execução dos programas com as comunidades-alvo.

Internamente as COEST sempre compatibilizaram as orientações do MOBRAL Central com as circunstâncias locais (Municípios e Estados), adequando e dosando os Programas, mas mantendo a unidade de princípios e conceitos do Movimento (alguns chamam de "*ideologia do MOBRAL*")

Agora o desafio incide sobre a compatibilização com as SEC, além da imprescindível articulação com os demais órgãos do MEC, sempre sob a coordenação da SEPS, órgão a que está subordinado. Assim sendo, o recomendável para as COEST/COTER é transferir a experiência de ajustamento aos Governos estaduais para os contatos com as SEC.

ANOTAÇÕES:

ASPIRAÇÕES E ENTENDIMENTO DA DESCENTRALIZAÇÃO PELAS SEC  
(Vide documento de moções)

Compatibilizar tem significado quando se entende a posição da outra(s) parte(s). Isto ocorreu na evolução do MOBRAL quando se compatibilizou com as Prefeituras e com os Governos Estaduais. Agora temos que entender quais são as posições das SEC, as quais evidentemente apresentam interesses peculiares por Estado/Território. Contudo, um posicionamento global pode ser obtido pelo documento das moções. Estas não foram inteiramente referendadas pelo MEC, porém dão um perfil de aspirações que pode servir de base a futuros entendimentos.

ANOTAÇÕES:

## ENFOQUES DA COMPATIBILIZAÇÃO

Do ponto de vista da prática da compatibilização há vários enfoques que podem ser assumidos para facilidade das negociações:

*espaço* - área onde as ações de mútuos interesses ou objetivos podem ocorrer;

*tempo* - períodos combinados para as ações em conjunto ou ritmo das ações de cada entidade em operações compatibilizadas;

*natureza do trabalho* - aspectos específicos de determinadas tarefas que podem ser sujeitos a trabalhos em comum acordo, geralmente de natureza complementar ou suplementar.

Referenciados ao MOBRAL tais enfoques podem ser exemplificados:

*espaço* - Municípios distanciados da Capital onde a SEC não tem possibilidades de alcance e o MOBRAL pode instalar o pré-escolar;

*tempo* - recuperação de excedentes do 1º Grau pelo MOBRAL em condições de compactação de séries em períodos mais curtos de modo a tornar possível o retorno a seriação normal seguida pelas SEC.

*natureza do trabalho* - mobilização das comunidades pelo MOBRAL para as ações da Educação Básica a ser desenvolvida pelas SEC.

Cumpre destacar que a compatibilização deve ser marcada por

eventos, ou seja, ocorrências educacionais ou culturais onde seja evidente a mútua participação do MOBRAL e da SEC local. A experiência dessas atuações em conjunto mantém os canais de entendimento abertos e oferece base de sustentação para futuras compatibilizações.

ANOTAÇÕES:

## RISCOS E LIMITES

Alguns exemplos de riscos de compatibilização do MOBRAL com a SEC:

- excessiva demanda de tarefas a serem cumpridas pelo MOBRAL no início dos contatos com as SEC, prevendo-se o preenchimento de hiatos/carências na área educacional/cultural do Estado;
- entendimento deficiente ou reduzido da educação não-formal, incluindo-se aí a ação comunitária;
- enfoques diferentes para o planejamento participativo (para as SEC trata-se da participação delas no planejamento do MEC; para o MOBRAL é uma rotina que envolve o nível comunitário local);
- quebra dos princípios conceituais e operacionais do MOBRAL, diluindo os objetivos e fragmentando o Movimento no Estado/Território;
- absorção da COEST pela SEC;
- simples repassagem de certos objetivos para o MOBRAL (pré-escolar, por exemplo) criando carga excessiva para a COEST e inviabilizando compatibilizações futuras;
- pressão para execução de tarefas além das possibilidades da COEST e de respostas das comunidades (inclui COMUN).

Por seu turno, os limites discernidos a priori são:

- âmbito de atuação do MEC, ou seja, o de atividades complementares/suplementares aos sistemas estaduais;

- condições de atuação não-formal;
- orientações de ordem geral originadas do MOBRAL Central;
- orientação da política do Governo Federal e não de partidarismos locais.

## PERSONALIDADE E/OU PERFIL POLÍTICO DO COORDENADOR

Evidentemente, na visão caso-a-caso da compatibilização das COEST com as SEC, é importante o estilo até hoje seguido pelo Coordenador. De um modo geral a flexibilidade é a tônica da atuação da COEST/COTER sendo o conflito extremado exceção nas ocorrências dos relacionamentos com os diversos órgãos estaduais. No caso peculiar das SEC trata-se de uma mudança de ênfase: o que sempre se fez com relação aos Governos Estaduais deve ser estendido às SEC.

Relativamente aos casos "crônicos" de incompatibilização entre a COEST e a SEC de alguns Estados ou eventuais conflitos que ultrapassem os limites de possibilidades políticas e/ou autoridade do Coordenador, o MOBRAL Central será o elemento moderador, atuando através de um grupo especial.

ANOTAÇÕES: *Evitar fatos consumados.*

## **CONFLITO/NEGOCIAÇÃO**

Em anexo informações básicas sobre técnicas de administração de conflitos e de negociação para eventuais citações na palestra.

**ANOTAÇÕES:**

## DESCENTRALIZAÇÃO PARA OS MUNICÍPIOS

Após o exame das caracterizações da compatibilização que o levam naturalmente a uma percepção de dificuldades – não somente por ser uma inovação para uma parcela das COEST, como também por ser uma tarefa difícil no início – é cabível observar esta atividade de ajustamento através de seus aspectos positivos como se segue:

- 1º) A verdadeira descentralização da Educação Nacional (referência 1<sup>a</sup> palestra) acontecerá quando houver maior envolvimento e participação dos Municípios. O presente estágio atinge os Estados, o que já constitui um avanço informante, considerando os esforços realizados desde 1930 (Reforma Francisco Campos); contudo, é preciso estabelecer, desde já, a perspectiva municipal para os problemas do pré-escolar, do 1º e do 2º Graus. O MOBRAL pode constituir a via de acesso das SEC aos Municípios, tanto considerando a descentralização administrativa (recursos principalmente) com as condições de Educação Básica (referência 2<sup>a</sup> palestra).
- 2º) O MOBRAL pode se apresentar para as SEC como elemento importante para implantação da Educação Básica, em razão de sua experiência operacional junto às comunidades e de sua visão multidisciplinar com relação à Educação.

ANOTAÇÕES:

## DICAS PARA A NEGOCIAÇÃO

1. Comece a negociação fornecendo e solicitando informações, fatos; deixe para depois os tópicos que envolvam opiniões, julgamentos, valores.
2. Procure vestir a pele do outro negociador, isto o ajudará a compreender melhor a argumentação e as idéias dele.
3. Quaisquer idéias somente serão aceitas se forem boas para ambas as partes.
4. Procure sempre fazer perguntas que demandem respostas além do simples SIM ou NÃO.
5. A dimensão confiança é importantíssima no processo de negociação; procure ter atitudes geradoras de confiança.
6. Evite fazer colocações definitivas ou radicais, mostre-se sempre pronto a render-se a uma argumentação diferente ou a idéias melhores que a sua.
7. Nunca "encurrale" ou "pressione" o outro negociados; é sempre interessante deixar uma "saída honrosa" para a outra parte.
8. Cada pessoa tem seu estilo de negociação e determinados tipos de necessidades e motivações; ao negociar lembre-se dessas diferenças.
9. Saiba ouvir, procure não atropelar verbalmente o outro negociador, isto aumentará a confiança dele em você.
10. Procure sempre olhar o outro negociador pelos aspectos positivos, pelas suas forças; evite concentrar-se em suas

características negativas, em suas fraquezas.

## O PERFIL DO NEGOCIADOR BRASILEIRO

*Luiz Augusto Costacurta Junqueira*

*Diretor da OPC*

*Consultor em Negociação*

Há cerca de um ano e meio estamos desenvolvendo programas de treinamento na área de habilidades de negociação gerencial. Neste período tivemos oportunidade de conviver com cerca de 430 Diretores e Gerentes, do 1º ao 3º escalão hierárquico, predominantemente oriundos do Setor privado (70% contra 30% do setor público).

Esta convivência e os instrumentos que aplicamos durante os seminários, nos permitiram subtrair suficiente informação para descrever algumas das principais características do Executivo Brasileiro como negociador. Estas características não devem ser tomadas como definitivas, mas sim como indicadoras do perfil de um determinado segmento no processo de negociação.

### *. IMPROVISA MUITO, PLANEJA POUCO*

Nosso executivo, não raro, vai para uma negociação com apenas uma opção, acrescendo-se a isso o fato de não estudar a fundo todas as implicações dessa opção. Este caráter de improvisação gera a insegurança e defensivismo durante a negociação. Qualquer argumento da outra parte tem um impacto desastroso, pois sempre se constitui, para ele, em novidade, em algo que não foi previsto.

- . *TENDE A VER MUITO O SEU LADO, ESQUECENDO-SE DO OUTRO NEGOCIADOR (NÃO PROCURA DESCOBRIR EXPECTATIVAS E NECESSIDADES DO OUTRO)*

A visão da negociação como um processo unilateral, em que apenas uma parte tem coisas importantes e interessantes a oferecer, é algo muito comum. Há uma despreocupação com as necessidades e motivações do outro lado, partindo-se do princípio "do que é bom para mim também é bom para ele".

- . *APLICA MUITOS TRUQUES, MACETES, ARTIMANHAS E NÃO FAZ SEGREDO DISSO*

A estratégia de curto prazo, quando o negócio é "enganar" o outro, usando todos os stratagemas possíveis, somente dá certo quando não se volta a negociar com aquela pessoa. As consequências, em decorrência desse tipo de comportamento, foram agressividade e desconfiança por parte do outro negociador.

- . *TENDE A ENFATIZAR AS FRAQUEZAS DO OUTRO NEGOCIADOR*

Todos temos forças e fraquezas. Ninguém gosta de ver ressaltadas as fraquezas pessoais ou os pontos fracos de um bem, serviço ou idéia. Qual sua reação ao vender seu carro quando o possível comprador começa a falar do paralama amassado, da ferrugem, etc. A ênfase nas forças do outro negociador aproxima as partes, aumenta sua boa vontade, diminui o conflito desnecessário e facilita o consenso.

- . *NÃO SEGUE UMA LINHA SEQUENCIAL, OBEDECENDO A ETAPAS ESPECÍFICAS*

Pesquisas têm mostrado que o processo de negociação tem uma seqüência ótima, representada pelas etapas: Preparação

(fixação de objetivos); Abertura (criação de um clima positivo); Exploração (descoberta das necessidades e expectativas da outra parte); Apresentação (enunciação de sua proposta e dos benefícios que ela traz à outra parte); Clarificação (esclarecimento de dúvidas reais e potenciais); Ação Final (fechamento do negócio).

As etapas de Exploração e Clarificação têm sido aquelas mais esquecidas. Nossos executivos iniciam a negociação pela etapa de Apresentação, pulando as anteriores. O resultado é que a Ação Final fica extremamente mais difícil, pois há obstáculos decorrentes do não correlacionamento entre minha proposta e expectativas da outra parte (exploração) e da existência de dúvidas reais e potenciais não esclarecidas (clarificação).

. VAI COM MUITA SEDE AO POTE

O Executivo Brasileiro não é muito paciente. Ao considerar ter uma boa proposta parte do princípio de que tudo o que é lógico é psicológico, o que quase sempre não é verdade. Para a outra parte, negociar, aceitar algo novo proposto por nós, representa uma mudança e toda mudança demanda tempo para ser incorporada. A preocupação maior do nosso Executivo é com o resultado, esquecendo-se do processo.

. TEM EXTREMA DIFICULDADE EM OUVIR A OUTRA PARTE

Nosso Executivo está mais preparado para falar do que para ouvir. Para apresentar e discutir suas idéias do que ouvir os pontos de vista do outro. O resultado é um processo em que cada um puxa para um lado, em que o produto final dificilmente será, do ponto de vista qualitativo, maior que a soma das partes.

*. TENDÊ A NÃO QUANTIFICAR VANTAGENS E DESVANTAGENS DO PROPOSTO (TRABALHA MAIS COM OPINIÕES DO QUE COM FATOS)*

A negociação se processa mais na base do "achismo" do "feeling" do que dos fatos. É importante lembrar que fatos e dados concretos são mais facilmente aceitos que opiniões. Os fatos aproximam os negociadores, as opiniões, não raro, os separam. Primeiro os fatos e depois as opiniões, seria a sequência desejável durante uma negociação.

*. É RAZOAVELMENTE DEFENSIVO (VOU ATACAR ANTES DE SER ATACADO)*

A postura inicial é quase sempre defensiva, o que limita sobremaneira a possibilidade de maior interação com a outra parte e a própria qualidade do produto final, pois este acaba sendo fruto de contribuições parciais. Não se explora o potencial total de cada uma das partes.

*. É RELATIVAMENTE FLEXÍVEL*

O negociador brasileiro é flexível, criativo e extremamente adaptável a novas realidades, talvez até como resultado do grau de mutabilidade do contexto brasileiro. Isto contribui sobremaneira para alargar os horizontes da negociação. Esta flexibilidade é maior no plano de aceitação de novas idéias do que na concordância com a operacionalização dessas idéias.

*. É ENVOLVENTE, SOCIAVEL*

Sua grande facilidade de relacionamento tende a aproximar as pessoas facilitando sobremaneira o início do processo de negociação, especialmente no que tange à criação de um clima de abertura. Muitas vezes o resultado da negociação é mais fruto do bom relacionamento anterior entre as partes do que propriamente da utilização de habilidades específicas durante

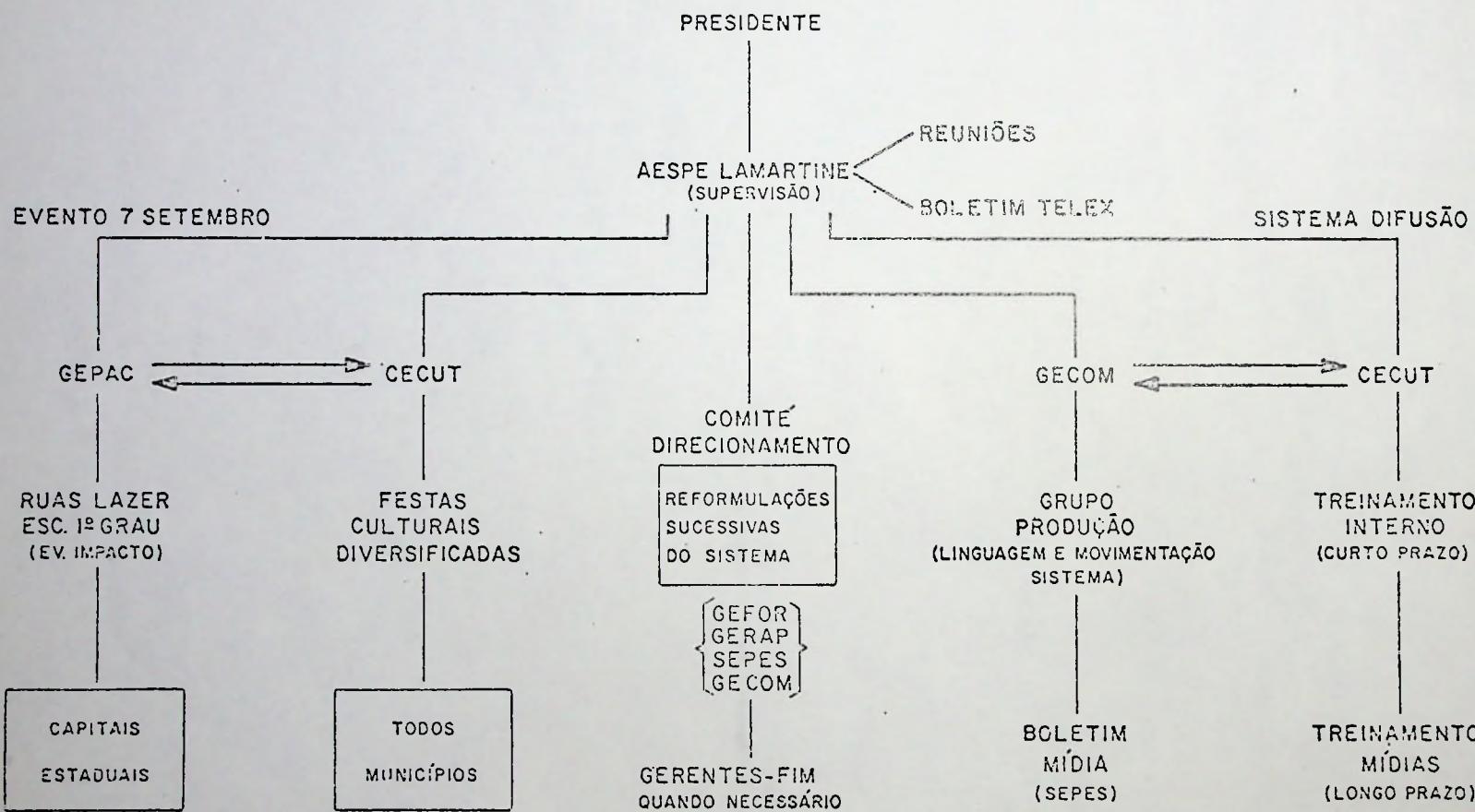
a negociação.

A par do perfil apresentado vale observar algumas tendências que já começam a ser evidenciadas no panorama gerencial brasileiro com respeito ao tópico negociação:

- Preocupação em sistematizar o processo de Negociação através de treinamento de pessoas-chave na organização.
- Maior respeito à parte que está do outro lado da mesa (especialmente nas negociações salariais).
- Maior preparação prévia para a negociação, inclusive através de simulação.
- Inscrição do item habilidade de negociação no perfil de Executivos a serem selecionados para determinadas posições.

Todas as informações e conclusões constantes do texto apresentado resultaram da aplicação de um questionário com 30 perguntas. Este questionário foi respondido pelos próprios Executivos e Gerentes que, a cada pergunta, dispunha de 3 alternativas. O total máximo possível era de 90 pontos, caso fossem escolhidas as melhores alternativas de resposta para cada item, o escore mínimo era de 30 pontos, o que representaria a escolha da alternativa mais disfuncional em todas as respostas. A média das respostas foi de 68 pontos e a moda se situou entre 65 e 69 pontos. Constatou-se uma média mais alta entre os questionários respondidos por Executivos e Gerentes do setor privado.

## TRANSPARÊNCIA UTILIZADA NA PALESTRA SÔBRE DIFUSÃO PROFERIDA PELO CTE. LAMARTINE PEREIRA DA COSTA



GRUPO PRODUÇÃO= 1 REPRESENTANTE DE CADA  
GERÊNCIA-FIM

DIREÇÃO: CARLOS FONSECA (CECUT)